

Vítor Alves – O Revolucionário Tranquilo
(Contributos de Vítor Alves para a instauração da Democracia em Portugal)

Carlos Ademar Fonseca

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Janeiro de 2014

Vítor Alves

O Revolucionário Tranquilo

(Contributos de Vítor Alves para a instauração da Democracia em Portugal)

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Orientação da Dissertação: Professor Doutor Pedro Aires de Oliveira

Coorientação da Dissertação: Professora Doutora Maria Inácia Rezola

Carlos Ademar Fonseca

2012/2014

«A história é uma ficção controlada. A verdade é coisa muito diferente e jaz encoberta debaixo dos véus da razão prática e da férrea mão da angústia humana».

Agustina Bessa Luís - *Adivinhas de Pedro e Inês*

Índice

Dedicatória	5
Resumo	6
<i>Abstract</i>	7
Agradecimentos	8
Introdução	9
 Capítulo I – O Homem e as Circunstâncias	15
O cadinho social que marca	15
A formação militar	21
Moçambique 59-63	24
Angola 63-70	26
Metrópole 70-73	30
 Capítulo II – O Conspirador	34
O “Estado a que isto chegou”	34
Os decretos agregadores	40
Da reivindicação profissional à politização do Movimento	43
O livro gota de água	49
16 de Março	51
O Programa	53
Um amigo especial	59
 Capítulo III – Na Era Spínolista	62
O 25 de Abril	62
O Conselho de Estado	66
O Plano Palma-Carlos	71
A lei nº 7/74	73
O II Governo Provisório	77
O 28 de Setembro	80
 Capítulo IV – Do 28 de Setembro ao 11 de Março	82
O desfazer do “triângulo”	82

O falso ministro sem pasta	84
As viagens pela Europa	85
Vítor Alves e os americanos	87
Os partidos e o MFA	93
 Capítulo V – “Verão Quente”	 96
O 11 de Março	96
“ Assembleia Selvagem”	99
Conselho da Revolução	101
Descolonização	104
Contactos com o MDLP	114
O <i>Documento dos Nove</i> e o 25 de Novembro	117
 Capítulo VI – O MEIC	 124
Conclusão	131
Siglas a ter em conta	134
Fontes e Bibliografia	136
Anexos	144

Dedicatória

- Aos homens que, cansados da guerra e da tirania, fizeram História quando gritaram: «Basta!»
- Aos homens que, resistindo à onda de utopias que o deslumbre da viagem causava, foram a bússola que fez com que a barca não perdesse o Norte.

Resumo

Com o estudo do contributo individual de Vítor Alves para a instauração da liberdade e democracia em Portugal, que ora se apresenta, pretende-se usar o género biográfico para abordar o processo de democratização da sociedade portuguesa no seu todo.

O trabalho propõe-se dar a conhecer o homem, as suas origens, formação e carreira profissional, perseguindo as marcas que o percurso de vida lhe foi deixando, vincando-lhe o carácter e o pensamento.

Intenta revelar o papel deste militar na politização e coesão do MFA, bem como na elaboração do Programa político que acabou por ver a sua versão final aprovada no quartel da Pontinha, na madrugada de 26 de Abril, após um percurso não isento de escolhos, debelados em múltiplos encontros clandestinos.

Contempla, igualmente, a intervenção de Vítor Alves no Portugal efervescente que saiu do 25 de Abril e perdurou até à tomada de posse do I Governo Constitucional, ocorrida em Julho de 1976.

Ao longo do estudo deste período, o autor visou perceber a postura deste «Capitão de Abril» face aos ventos da História, para concluir que o seu pensamento estava bem estruturado e cimentado, já que, sempre que dependeu dele ou da sua influência, Portugal escapou a projetos individuais ou a caminhos ínvios. Quando não o pôde evitar, tudo fez para que o país retomasse os trilhos da liberdade e da democracia plural.

O trabalho apresenta ainda evidências que atestam que, naqueles tempos agitados, a utopia, qual sereia encantada, assediava ao virar de cada esquina. Vítor Alves, porém, sabia que as viagens inopinadas, ainda que aparentemente fascinantes e fantásticas podem conduzir a eras negras de onde é muito difícil sair, e nunca se sai incólume.

Palavras-chave: Vítor Alves; 25 de Abril; MFA; Conselho da Revolução; Guerra Colonial.

Abstract

With the study of the individual contribution of Vítor Alves towards the establishment of freedom and democracy in Portugal, which we have in hands, the intention is to use the biographical genre in order to approach the process of democratization of the Portuguese society as a whole.

This study aims to show and let the public be acquainted with this man, his origins, education and professional career, pursuing the marks that his life path has left on him, though stressing his character and way of thinking.

It attempts to reveal the role of this military man in the politicization and cohesion of the MFA (*Movimento das Forças Armadas*, i.e., Armed Forces Movement) as well as the production of the political program which turned out to have its final version approved in Pontinha Barracks HQ in the early hours of the 26th of April 1974, after a long way full of obstacles sorted out in multiple clandestine meetings.

It also observes the intervention of Vítor Alves in the stormy Portugal which was just raising up, out of the “25th of April” and that lasted until the inauguration of the 1st Constitutional Government, held in July 1976.

Throughout the study of this period, the author aimed to understand the attitude of this “Captain of April” facing the winds of History, to conclude that his thoughts were well structured and cemented, since whenever it depended on him or on his influence, Portugal escaped to individual projects or trackless paths. When he could not avoid it, he did everything for the country to restart the way towards freedom and plural democracy.

This paper still produces evidence proving that, during those troubled moments, anything was possible, since utopia, like an enchanted mermaid, harassed around every corner. Vítor Alves, however, knew that the unannounced trips, although apparently fascinating and fantastic, could lead to dark ages from where it is very difficult to leave, and one never comes out unscathed.

Keywords: Vítor Alves; 25 April; MFA; Council of the Revolution; Colonial War.

Agradecimentos

- Agradeço aos meus orientadores, Professores Doutores Pedro Aires de Oliveira e Maria Inácia Rezola, pelos ensinamentos e pela disponibilidade que sempre manifestaram.
- Agradeço a todos quantos, de alguma forma se disponibilizaram para prestar os seus depoimentos, sem os quais, diga-se, este trabalho jamais veria a luz do dia. Para que o agradecimento esteja à altura de quem o merece, não bastam generalidades, é preciso que os nomes emirjam. Agradeço, antes de mais, a Maria Teresa Ferreira de Almeida Alves, que se dispôs a fazer a ponte com todas as pessoas com quem falei; à mãe e irmãos de Vítor Alves: Maria Palmira Alves, Eduardo Alves, Maria João Alves; e ainda aos camaradas e amigos Henrique Hollanda, Jorge Peneda, José António Cavaleiro Ferreira, Manuel Martins Lopes, Otelio Saraiva de Carvalho, Sanches Osório, Vasco Lourenço, Jorge Velasco Martins, Vítor Crespo, Manuel Costa Braz e Luís Costa Correia. Agradecimento especial a António Brotas por me ter permitido usar neste trabalho o título do seu artigo publicado no *Referencial* nº 100, por ocasião da morte de Vítor Alves. Não obstante a insistente busca, não encontrei outro melhor.
- Agradeço a Paula Almeida Franco da Biblioteca da Academia Militar; a Ana Fernandes e Paulo Tremoceiro da Torre do Tombo; ao Gabriel Fonseca do Arquivo Geral do Exército; aos funcionários da Biblioteca Museu República e Resistência, e, de uma forma geral, a todos quantos nos arquivos públicos, sempre deram o seu melhor para irem ao encontro das minhas necessidades do momento.
- Agradeço também a Luísa Amaral por me ter possibilitado conhecer e conversar com Vítor Alves.
- Por fim, mas nunca em último, agradeço à Minoca, minha mulher, por se ter visto privada da minha companhia nos muitos serões domésticos, ao longo dos quais este trabalho se desenvolveu. Quero pensar que lhe foi penoso. Sei que foi.

Bem hajam

Introdução

Investigar é pôr questões e procurar respostas. Perante um desafio, não podemos deixar de colocar as perguntas certas com o propósito de encontrarmos as fórmulas mais adequadas à supressão do problema. Consistindo a presente dissertação na abordagem à trajetória parcial de vida de Vítor Alves, com o objetivo de encetar uma reflexão, enquadrando-a, como se julga necessário, por breve apontamento biográfico antes de abordar o seu papel na instauração da democracia em Portugal, a pergunta que se impôs foi: Como se deve reconstituir o fragmento de vida que se pretende abordar, de alguém com as especificidades de Vítor Alves?

Antes porém, faremos uma breve abordagem geral ao género biográfico no contexto da realidade portuguesa. Parece consensual que a biografia não tem tradição na historiografia nacional. As exceções são poucas e quase sempre relacionadas com as histórias de vida de alguns escritores e políticos de maior nomeada. Contudo, os últimos anos vieram introduzir uma nova tendência, com o surgimento de inúmeras biografias de figuras que, de alguma forma, se notabilizaram em diversos ramos de atividade. Este fenómeno não é uma exclusividade portuguesa e, segundo Benito Schmidt, podemos encontrar influências para o paulatino, mas consistente interesse por este género, na historiografia americana, nos historiadores britânicos de inspiração marxista, na nova história francesa, na micro-história italiana e nas mais recentes historiografias alemã e brasileira¹.

Roger Chartier defende que esta nova tendência pode querer indicar uma alteração ao modelo estruturalista que cunhou a historiografia nas últimas décadas. Enquanto no estruturalismo, a história deveria, «antes de mais nada (...) identificar as estruturas e as relações que, independentemente das perceções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos económicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso», os historiadores atuais «quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais»².

Neste quadro, em Portugal, as personalidades políticas continuam e merecer as preferências dos historiadores e jornalistas, classe profissional que também se tem

¹ Benito Bisso Schmidt, «Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos», in *Revista de Estudos Históricos* da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

² Roger Chartier, «A história hoje: dúvidas, desafios, propostas», *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, Vol. 7, 1994.

dedicado ao género. No entanto, o leque de opções abriu-se consideravelmente, tocando, entre outros, o grupo dos empresários de sucesso, como são os exemplos das obras dedicadas a António Champalimaud, Manuel de Melo, Alfredo da Silva e Belmiro de Azevedo. Também o campo artístico tem merecido atenção, tal como se encontra exemplificado nas biografias de Raul Solnado, José Afonso e Amália Rodrigues.

Mais recente, pelo menos na quantidade de obras dadas à estampa, é o aparecimento no mercado de biografias de militares que tiveram papel de relevo no 25 de Abril e na revolução que se lhe seguiu. Paralelamente à publicação das quatro entrevistas biográficas elaboradas por Maria Manuela Cruzeiro, no âmbito do projeto História Oral, do Centro de Documentação 25 de Abril, referentes a Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Melo Antunes e Vasco Lourenço, entre 1998 e 2009, outras obras dedicadas a militares de Abril têm aparecido nos escaparates. Neste período mereceram particular destaque três personalidades: os dois primeiros presidentes da República do pós-golpe militar, António de Spínola e Francisco Costa Gomes, e Salgueiro Maia. Sobre Spínola, descortinámos quatro obras, publicadas entre 2002 e 2010, sendo que uma é fotobiografia, editada pelo Museu da Presidência da República, com texto de Maria Inácia Rezola. Relativamente a Costa Gomes, para além da já referida entrevista biográfica, Luís Nuno Rodrigues, que também é autor de uma biografia de Spínola saída em 2010, dedicou ao segundo presidente da democracia um estudo em 2008. Das três figuras falta referir Salgueiro Maia, cuja morte prematura terá, talvez, contribuído para a sua mitificação como herói da revolução, encarada na sua pureza. Foi o primeiro a ser biografado, saindo o livro ainda no final do século passado, aquando dos 25 anos do 25 de Abril. Alguns anos volvidos, em 2004, do mesmo autor, António de Sousa Duarte, foi editada uma fotobiografia. 2012, foi, porém, um ano particularmente rico nesta matéria, já que foram quatro as biografias publicadas, concretamente as dedicadas a Otelo Saraiva de Carvalho, Alpoim Calvão, Jaime Neves e Melo Antunes.

Alguns destes trabalhos foram usados como fontes bibliográficas para a realização deste ensaio. Delimitámos o estudo ao focar a ação política de Vítor Alves no período de três anos, balizado por Setembro de 1973, quando aderiu ao Movimento dos Capitães, e Julho de 1976, quando o VI Governo Provisório, a que pertenceu como ministro, cessou funções, por entendermos ser este um período crucial na História de Portugal do século XX. Integrámos, contudo, um primeiro capítulo que aborda,

resumidamente, o percurso de vida do homem e do militar, onde procuramos dar resposta às perguntas: Quem era Vítor Alves e que influências o levaram a aderir ao Movimento? A história daqueles três anos de vida política ficaria menos clara sem este primeiro capítulo. Algumas das suas opções poderiam não ser cabalmente perceptíveis sem conhecermos um pouco melhor este «capitão de Abril».

Porque os homens fazem a História, mas também a História faz os homens; porque, como argumenta Giovanni Levi, haverá sempre uma interação entre o indivíduo e a sociedade, dado ser esta formada por indivíduos e estes constituintes da sociedade, não nos parece acertado relatar um facto histórico ignorando o indivíduo, como errado será narrar uma história de vida descartando os factos em que o biografado esteve envolvido ou que o influenciaram³. Na mesma linha estará Pierre Bourdieu, quando considerou «indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo»⁴. Contudo, também através das histórias de vida é possível chegar ao conhecimento do tempo em que viveu o biografado, bem como dos usos e costumes do meio social em que se inseriu. Assim interpretamos as palavras de Giovanni Levi quando escreveu: «O micro-historiador (...) trabalha com indícios encontrados em narrações de casos, vida grupal ou indivíduos (...) buscando esclarecer, a partir destes, questões mais globais (...)»⁵.

Na pesquisa efetuada, optámos por diversificar as fontes o mais possível, tendo em vista obter uma maior fiabilidade da informação, por força da confrontação dos dados recolhidos, que desta forma é possível fazer. Esta operação permite-nos separar a boa, da má ou da não confirmada informação, incluindo uma e excluindo ou trabalhando melhor as outras. Após a necessária confrontação dos elementos, estaremos em condições de os organizar num todo que se quer coerente. A investigação foi efetuada em frentes de trabalho distintas, a saber: material deixado por Vítor Alves, que reflete o seu pensamento político; fontes bibliográficas e jornalísticas; arquivos documentais e

³ Giovanni Levi, «Usos da Biografia», in Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira, *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 187.

⁴ Pierre Bourdieu, «A ilusão biográfica» in Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira, *Usos e abusos da história oral...*, p. 204.

⁵ Giovanni Levi, «Sobre micro-história» in Peter Burke, (org.), *A escrita da história: Novas Perspetivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

entrevistas feitas pelo autor a familiares, amigos e camaradas de armas do militar de Abril.

Para o período que nos interessa, Vítor Alves não deixou qualquer obra publicada. Deixou-nos, contudo, várias entrevistas, impressas, em áudio e vídeo, e um artigo sobre a descolonização, inserto na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pela abrangência dos temas abordados, demos preferência a cinco entrevistas concedidas por Vítor Alves: duas em 1975, publicadas em Janeiro e em Setembro, pelo *Século Ilustrado* e *Expresso*, respetivamente, bem dentro, portanto, do período estudado, e às realizadas nos últimos anos de vida, designadamente as concedidas a Maria Inácia Rezola, em 2002, a Maria Manuela Cruzeiro, em 2006, e, por último, a uma equipa composta por Luísa Amaral, José Luís Andrade e o autor, em 2010, poucos meses antes da sua morte. Também o lapso de tempo que medeia as duas primeiras entrevistas e as restantes três, pode ser um motivo de interesse suplementar para testarmos a consistência do discurso. Deixou-nos ainda o trabalho de final do Curso de Estado-Maior, que se revelou um instrumento precioso não só para melhor compreendermos as suas preocupações relativamente à realidade portuguesa de então, Abril de 1973, como também a sua adesão ao Movimento dos Capitães, uns meses depois. Ao conhecermos o texto⁶ e atentos ao papel de altíssima relevância que Vítor Alves teve na politização do organismo, não podemos considerar mera coincidência a proximidade, quase colagem, entre as grandes linhas orientadoras dos conspiradores e as vertidas naquele trabalho, de que, aliás, encontraremos reflexos nos principais documentos do MFA.

Procurámos, com este material, obter uma perspetiva do homem, do militar, do político, sobre os factos abordados na presente dissertação, e sobre os quais Vítor Alves se pronunciou no duplo papel de testemunha/protagonista da História, mas que, de alguma forma, ou definitivamente, marcaram a cadência da evolução do MFA e da revolução. Conhecendo o seu pensamento político, a história deste período, as inflexões ideológicas do processo revolucionário e os caminhos que acabaram por ser trilhados, acreditamos, por esta via, chegar a uma lúcida interpretação dos contributos que poderão ter sido os de Vítor Alves.

⁶ Reportamo-nos apenas à Conclusão, visando a sua inserção neste trabalho como Anexo.

Atentámos, igualmente, na vasta produção bibliográfica dedicada a este período, produzida por protagonistas dos factos históricos, jornalistas e historiadores, dando-se, naturalmente, preferência às obras onde o nome de Vítor Alves é mais citado. Da mesma forma, valorizámos fontes jornalísticas, onde associamos o então major aos factos em que esteve envolvido e aos pormenores desse envolvimento, visando também perceber o pulsar do quotidiano no escrutínio das reacções a essas ações. Servimo-nos igualmente do mundo que se nos abre quando acedemos à Internet, visando fazer uma primeira abordagem a questões mais gerais, ou para consulta de arquivos aí disponíveis.

Acedemos a arquivos físicos em busca de documentos que dificilmente se podem encontrar noutros locais. Destes, destacamos o Arquivo Nacional Torre do Tombo, o arquivo da Biblioteca e Museu da Academia Militar, o Arquivo Geral do Exército, o Arquivo da Biblioteca do IAEM e o Centro de Documentação 25 de Abril. Neste último acedemos às entrevistas concedidas por Vítor Alves no âmbito do Projeto História Oral, e ao seu espólio pessoal, apesar de não ter sido totalmente explorado, devido a não se encontrar ainda trabalhado em termos arquivísticos. Não obstante, acabou por fazer luz, particularmente no que concerne à passagem do militar de Abril pelos vários governos.

Por fim, contámos com o contributo de familiares, amigos e antigos camaradas de armas de Vítor Alves para, em entrevistas gravadas, nos facultarem o seu testemunho sobre os contextos em que com ele privaram: familiar, formação e carreira militar, em sede de conspiração contra o Estado Novo e, por fim, ao longo do chamado PREC. Pretendeu-se com esta iniciativa confirmar, aprofundar ou infirmar alguma informação publicada, mas essencialmente, perscrutar elementos ocultos, conotados com a ação de Vítor Alves, que, por uma ou outra razão, não tivessem chegado ao conhecimento público e que só quem os viveu pudesse deles dar fé. Demos preferência a entrevistas presenciais e só quando a distância o desaconselhava recorremos ao telefone, o que sucedeu em dois casos na dezena e meia de entrevistas realizadas. Não obstante a maior disponibilidade necessária e os recursos para suprir as questões práticas que tal metodologia implica, optamos por este caminho por nos parecer o mais ajustado, talvez o único ao nosso alcance para pesquisarmos informação que não descortinámos noutras fontes. Nos dois casos em que as entrevistas não foram realizadas presencialmente, não dispomos de gravação por falta de condições técnicas. As gravações áudio existentes acompanharão o trabalho.

Dito isto, recuperemos então a pergunta que deixámos para trás: Como se deve reconstituir o fragmento de vida de alguém com as especificidades de Vítor Alves?

Em termos do travejamento do presente trabalho, este pareceu-nos o caminho a seguir: através das fontes, procurar conhecer o indivíduo e os factos históricos, e tentar encontrar pontes de ligação entre o homem e a história, para percebermos onde, quando, como e porquê se deu esse contacto. Assim fica explanado o objetivo primeiro deste trabalho: refletir sobre a ação do homem, que resulta de uma forma de ser e pensar, e os factos históricos, detetar e expor evidências que atestem a relevância da intervenção de Vítor Alves na instauração e consolidação da democracia em Portugal.

Neste pressuposto, não sendo conhecida qualquer obra que responda a estas questões, não obstante a vasta produção bibliográfica existente, este estudo aborda matéria inovadora. Assim, parece-nos legítima a expectativa de que faça emergir elementos até agora mergulhados na penumbra, que possam contribuir para um melhor conhecimento da história do período em causa, tendo como foco, naturalmente, a intervenção de Vítor Alves.

Capítulo I – O homem e as circunstâncias

O cadinho social que marca

A 30 de Novembro de 1935, no Hospital de São Luís dos Franceses, em Lisboa, morria Fernando Pessoa. Nesse mesmo ano, a PVDE prendeu um operário do Arsenal da Marinha, que era secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves. Contava 33 anos e morreria sete anos depois, no Campo de Concentração do Tarrafal. O Estado Novo tinha dois anos e como presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar tinha três, no entanto, havia sete que entrara no comboio em Coimbra para ocupar a cadeira das Finanças. As polícias e a censura limpavam os escolhos que pudessem surgir no caminho que o regime entendia trilhar e a União Nacional consolidava-se como partido único, tentando cumprir a missão impossível de representar os diversos sentires de toda uma Nação.

Nos EUA, começavam a sentir-se alguns resultados positivos da política de Roosevelt para vencer a grande depressão; na Europa, porém, aproximavam-se nuvens negras: Hitler rasgava o Tratado de Versalhes, rearmava a Alemanha e difundia o vírus do ódio, com destinatários bem definidos; ao invadir a Etiópia, Mussolini dava início ao expansionismo dos países que viriam a integrar o Eixo; em Espanha, a República tentava impor-se num clima de enorme instabilidade social. O rastilho já ardia, faltava que a chama atingisse o paiol, primeiro no país vizinho, no ano seguinte, depois no centro e leste do continente a partir de 1939.

Dois meses antes da morte de Fernando Pessoa, a 30 de Setembro, às 3 da manhã, na vila de Mafra, na Casa dos Corações, uma «vivenda bem murada, com portadas de madeira e recortes em forma de coração para a entrada da luz»⁷ nascia Vítor Manuel Rodrigues Alves (Anexo I), o primeiro filho de um casal de funcionários públicos, Eduardo Manuel Alves e Maria Palmira Rodrigues Alves. A Casa dos Corações, que já não existe e onde nasceu praticamente toda a família Rodrigues Alves, dava para a estrada principal, e distava pouco mais de cem metros do Convento, no sentido de Torres Vedras.

Até aos 38 anos, Vítor Alves foi um português como muitos outros, cumpridor zeloso da profissão que escolhera como oficial do Exército, mas anónimo. Nessa fase da

⁷ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

sua vida, porém, tornou-se notado porque, juntamente com outros camaradas de armas, resolveu que tudo faria para que nenhuma outra polícia política voltasse a prender qualquer outro operário do Arsenal, ou qualquer outro cidadão por razões de divergência de pensamento político. Em finais de Setembro de 1973, Vítor Alves compareceu numa reunião clandestina, juntando-se a outros oficiais das FA para conspirar contra o Estado Novo. Menos de três anos depois, em Julho de 1976, o VI Governo Provisório, que o então major integrava como ministro, cessava funções para dar lugar ao I Governo Constitucional. Neste espaço de tempo, Portugal sofreu um golpe de Estado que pôs fim a um regime totalitário de quase meio século; pôs fim a um império anacrónico e a uma guerra que durava há treze anos e ceifara milhares de vidas; percorreu caminhos titubeantes, mas tumultuosos, no calor de uma revolução; chamou o povo para que livremente escolhesse o seu destino, e um dos responsáveis por tudo isto foi, precisamente, Vítor Alves.

Os ramos familiares de Vítor Alves têm a sua origem no norte do País: o paterno de Braga, e o materno da zona de Vila Real, Bisalhães. Ambos os avôs eram sargentos de Infantaria e a condição profissional fê-los radicar em Mafra. O avô materno, Manuel Rodrigues Ferreira Machado, casado com Zulmira Adelaide Continho Rodrigues, era monárquico. Acumulava os afazeres militares com a exploração de um estabelecimento comercial, mas deu-se mal com a implantação da República. Estava conotado com a Monarquia e a estabilidade familiar ressentiu-se. Participou ativamente na primeira incursão liderada por Paiva Couceiro, foi preso, mas talvez pior do que isso, o negócio perdeu-se e com ele, o ganha-pão. Assim, a filha, Maria Palmira, futura mãe de Vítor Alves, que nasceria em 1915, acabaria por ver-se privada de prosseguir os estudos, não obstante as capacidades que lhe eram reconhecidas⁸.

O avô paterno, Alexandre José Alves, casado com Alzira da Silva Alves, pelo carisma que tinha, «era conhecido em Mafra como o “Pai Alves”». Foi ele a primeira grande referência cultural de Vítor Alves. Ensinou-lhe as primeiras letras através da leitura do jornal *O Século*, e orientou-o na escolha dos primeiros livros⁹. «Em menino, o

⁸ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

⁹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

Vítor era muito loirinho»¹⁰ e o avô gostava de passear com ele pelas ruas de Maфра. Assim se foi estabelecendo uma relação forte entre os dois. Alexandre Alves era uma pessoa muito curiosa pelas coisas da vida e lia sobre tudo, característica que o neto herdaria. Sendo autodidata, o avô Alves acabou por acumular uma vasta cultura, vendendo-se reconhecido e respeitado por esse facto. Quando, no final dos anos quarenta, os avós paternos venderam a Casa dos Corações, mudaram-se para junto dos pais de Vítor Alves, em Torres Vedras, na Rua Conde de Tarouca, 28-1¹¹. Neste apartamento, a biblioteca do avô contemplava centenas de livros e ocupava uma dependência das muitas que a casa alugada tinha. Era num prédio de três pisos. A família Alves ocupava o 1º andar e a senhoria o 2º. Teresa Alves, a mulher de Vítor Alves, que ali foi muitas vezes, refere-se-lhe como a «casa do risco ao meio», por ter um corredor longo e muitas divisões de um e de outro lado. Vítor ainda viveu com o avô Alexandre em Torres Vedras uns quatro ou cinco anos. O seu ingresso na Escola do Exército, que se deu em 1954, ocorreu dois ou três anos após a morte do avô¹².

O pai, Eduardo Manuel da Silva Alves, escriturário na Junta Nacional dos Vinhos, como muitos funcionários públicos de então, pertencia à Legião Portuguesa, criada no ano a seguir ao do nascimento do filho Vítor. «Tinha para lá a farda...Seria apenas para tirar proveito de alguma situação»¹³, como, aliás, era recorrente. Foi um homem marcado pela doença. Estivera no Caramulo uma temporada por lhe ter sido diagnosticada tuberculose, acabando por falecer de cancro no duodeno em 1968, aos cinquenta e quatro anos. Talvez a falta de saúde tenha pesado na sua forma algo leve de encarar a vida. Nunca se sujeitou a concursos para promoção e foi-se deixando andar. «Se acharem que mereço, que me promovam» dizia¹⁴. Na doença que se revelaria fatal, foi assistido pelo professor Tomé Vilar, pai do Dr. Rui Vilar. Não obstante, todos os esforços desenvolvidos foram inúteis e o óbito ocorreria quando o filho mais velho fazia a sua última comissão em Angola, pelo que não pôde assistir ao funeral¹⁵.

No dizer do irmão de Vítor Alves, Eduardo, a mãe, Maria Palmira Rodrigues Alves, reformada dos CTT, foi o grande motor da família. Exerceu funções de telefonista e

¹⁰ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

¹¹ Maria João Alves em entrevista, S. Pedro do Estoril, 2013.

¹² Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

¹³ Vítor Alves em entrevista a Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹⁴ Citado por Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

¹⁵ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

passou posteriormente para o apoio à secretaria. Por este filho, entre todos os membros da família, é considerada a mais dotada intelectualmente. Dada a sua avançada idade, numa decisão difícil e não consensual, os filhos optaram por poupá-la à notícia da morte de Vítor. Quando o marido faleceu mudou-se com a descendência que tinha a cargo para Oeiras, perto da casa onde vivia o filho mais velho. «Devemos mais à minha mãe do que ao meu pai. Ela sempre foi uma lutadora. Apesar de pertenceremos a uma família da classe média baixa, nunca aceitou que os filhos fossem empregados de balcão ou simples funcionários públicos, como os pais. Por vezes, a minha mãe levantava-se às quatro da manhã para nos obrigar a estudar». Proferiu Eduardo Alves, com admiração.

Vítor Alves nunca deixou de se identificar como o mais velho de onze irmãos, ainda que os cinco que nasceram a seguir a ele tivessem morrido à nascença, ou pouco tempo depois. Durante oito anos, ou seja, até que Eduardo nasceu, sentiu-se como que filho único. Da prole Rodrigues Alves, sobrevivem cinco: Eduardo, Luís Filipe, Maria João, José Manuel e Carlos António. «Quase por imposição»¹⁶ do avô Alexandre, os netos iam nascer à *Casa dos Corações*, não obstante os pais de Vítor já ali não residirem. Só os dois mais novos, José Manuel e Carlos António, nasceram em Torres Vedras.

A escolaridade iniciou-a Vítor Alves em Mafra, passou depois para Vila Franca de Xira, para concluir o ensino secundário no Liceu de Torres Vedras. Não foi possível aprofundar o estudo relativo à passagem da família por Vila Franca de Xira, necessariamente curta. Na sua entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vítor Alves foi parco quanto a isso, referindo apenas que andaria pelos oito anos e que vivia na Rua Direita. Já depois do 25 de Abril, em conversas com o jornalista e escritor Álvaro Guerra, que à data do golpe militar trabalhava no *República* e fez a ponte entre os conspiradores e os homens da rádio para a emissão das necessárias senhas, chegaram à conclusão de que, em crianças, haviam brincado juntos em Vila Franca de Xira, na Rua Direita, onde então residiam. A mãe, Maria Palmira, sem conseguir situar-nos no tempo em que tal sucedeu, confirmou-nos que morava na Rua Direita, na casa de uma amiga, e que foi naquela localidade que começou a trabalhar nos Correios.

Segundo Vítor Alves, já em Torres Vedras, quando passou para o 2º Ano, por iniciativa própria e para ganhar algum dinheiro, passou a dar explicações a quem lhas

¹⁶ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

pedia. Quando chegou ao 7º Ano chumbou por faltas, por ter contraído febre-de-malta. Remontam a estes tempos dolorosos as memórias mais remotas que a irmã, Maria João, tem dele. Rondaria os cinco ou seis anos, e recorda-se de ver a mãe com o Vítor quase às costas, a arrastá-lo nas deslocações entre o quarto e a casa de banho. A irmã não tem dúvidas: a doença foi grave e prolongou-se no tempo, ao ponto de ele ter perdido a locomoção e levá-lo a ter de repetir o ano.

Dos tempos do Liceu de Torres Vedras, na entrevista que concedeu a Manuela Cruzeiro, Vítor Alves partilhou algumas memórias relativamente aos professores que mais o marcaram, positiva e negativamente. «O professor Mesquita, de português, era extraordinário, bem como o de matemática. Ambos eram de esquerda»¹⁷. Os irmãos Maria João e Eduardo, que uns anos mais tarde conheceriam os mesmos professores, ajudaram nos pormenores. O professor Mesquita, de seu nome completo José de Carvalho Mesquita, seria saneado do liceu por razões políticas e abriu uma escola particular. Havia sido administrador de posto em Angola, no planalto de Huila, antes de ir para Torres Vedras. O professor de matemática era o «Dr. Grilo – Albarran Grilo. Formara-se em Coimbra. Falava baixo, mas era sibilino em tudo o que dizia»¹⁸. Vítor Alves também gostava do de ginástica, Carlos Diegues, embora lhe reconhecesse uma maior moderação em questões políticas, «seria hoje um CDS»¹⁹. Segundo Maria João, que também foi sua aluna, o professor Diegues dizia que os Alves não tinham força de braços. O diretor do Liceu, João Carlos Cunha, concentrava os ódios dos irmãos Alves. Vítor desconfiava que ele fosse da PIDE, enquanto Eduardo se ficava pela convicção de que pertenceria à Legião Portuguesa. Terá mandado investigar o grupo de amigos de Eduardo por faltarem às aulas, suspeitando que o absentismo estava relacionado com atividades políticas. Segundo Maria João, o doutor Cunha vivia na mesma rua que a família Alves e não longe, no prédio mais chegado à Igreja da Graça.

Relacionado ainda com o então diretor do Liceu de Torres Vedras, após o 25 de Abril, o comandante Costa Correia, que esteve colocado na Comissão de Extinção da PIDE/DGS, ofereceu a Vítor Alves o processo em seu nome que ali foi encontrar, onde constavam referências às muitas e longas conversas que em jovem manteve com o seu amigo João Antunes, mais esclarecido politicamente, e de esquerda. João Antunes tinha

¹⁷ Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

¹⁸ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

¹⁹ Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

três ou quatro anos a mais que Vítor Alves e ambos eram colegas do liceu. Morava também na mesma rua, quase em frente da casa do doutor Cunha. Os dois ficavam a falar até altas horas da noite, à porta de um ou de outro, o que não passaria despercebido ao diretor. Além das referências às conversas com João Antunes, entretanto falecido, o processo da PIDE em nome de Vítor Manuel Rodrigues Alves continha também cópias de duas cartas, uma que dirigira a Firmino Miguel, quando este se encontrava em Paris a frequentar um curso, e uma outra que enviara ao coronel Costa Matos, que foi seu comandante em Lourenço Marques, ambos igualmente falecidos. Quanto a Costa Matos, pela sua inteligência e prestígio, Vítor Alves admirava-o profundamente, ao ponto de o convidar para padrinho de batismo da sua única filha, Ana Cristina²⁰. Questionado pelo autor sobre o teor das cartas, referiu Vítor Alves que abordara nelas a situação política do país, em traços muito genéricos, sem nada que o pudesse comprometer, como, de resto, se comprova pela falta de consequências mais gravosas. Relativamente ao aludido processo, afirmou-nos desconhecer o destino que lhe deu, sendo certo que no levantamento primário efetuado pelo Centro de Documentação 25 de Abril ao espólio do biografado, não consta dele qualquer referência.

Relativamente a outras pessoas que de alguma forma marcaram o seu pensamento nestes verdes anos, Vítor Alves falou também de um primo, entretanto falecido, o mais velho de todos os primos da família, o Edmundo Pires, por ser bastante politizado para a época. Era um judoca com alguma notoriedade, fora aluno do mestre Kobayashi e, à boca pequena, como não podia deixar de ser, dizia-se militante do PCP. Morava em Oeiras e foi «amigo do número dois da FRELIMO, o Marcelino dos Santos»²¹.

O Convento joanino, onde foi instalada a Escola Prática de Infantaria, fez de Mafra uma terra de militares, onde afluíam homens de todos os recantos do País. O facto de Vítor Alves ter passado os primeiros anos neste ambiente, em que predominavam as fardas, associado ao carisma e influência do avô Alexandre, e, por último, mas não de somenos importância, a questão prática ligada à não abundância de recursos na família, terão sido determinantes na sua opção pela carreira militar. Muitos anos mais tarde, confessaria a sua mulher, Teresa Alves, questionando-a: «Fazes ideia do que é um rapazinho poder calcorrear todos estes corredores em alegres correrias?» Referia-se ao

²⁰ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

²¹ Eduardo Alves em entrevista, S. João do Estoril, 2013.

Convento de Mafra para justificar, talvez, as fantasias que então terá criado e o peso que terão tido na sua opção futura²².

Não foi, contudo, o Exército a sua primeira escolha. Foi ele quem o referiu ao autor, acrescentando, com um toque do seu refinado sentido de humor, que nunca acertava à primeira: «Primeiro quis ir para a Força Aérea, tocou-me o Exército, depois quis ir para Macau, calhou-me Moçambique» referindo-se inicialmente à reprovação nos testes para a Força Aérea, devido a problemas de visão, e, mais tarde, à primeira comissão de serviço que foi chamado a cumprir nas províncias ultramarinas, em 1958.

A formação militar

Em 14 de Outubro de 1954 a Escola do Exército recebeu-o. Acompanharam-no dois colegas do liceu de Torres Vedras, e juntos se mantiveram, já que todos fizeram o curso de Infantaria: Orlando Hélder Serra Passos da Silva, que mais tarde ficaria paraplégico num acidente de cavalo, e António João Rocha de Carvalho²³, que faleceu em Angola, na sequência de um excesso de voluntarismo no decurso de um exercício militar²⁴.

Fronte: média; Nariz: regular; Boca: média; Mento: regular; Dentadura: boa, com duas faltas; Aspeto e forma geral: bom; Rosto: oval; Cabelo: castanho e liso; Olhos: cinzentos esverdeados. Assim ficaram registados os traços fisionómicos gerais de Vítor Alves na ficha individual, que fomos encontrar no seu processo, no Arquivo Geral do Exército. Foi-lhe atribuído o 4 como número de ordem no Curso Geral Preparatório. Assim se denominava o primeiro ano na Escola do Exército, onde ainda não havia distinção de ramos das Forças Armadas. Após a aprovação no Curso Geral, transitou para o curso da arma, que tinha a duração de dois anos. Assim, segundo o coronel Velasco Martins, camarada de curso de Vítor Alves, a permanência na Escola era de três anos letivos: o primeiro na Amadora e os restantes na sede, na Rua Gomes Freire em Lisboa. «No fim, já aspirantes, seguiam para a escola da arma respetiva a fim de efetuarem o tirocínio»²⁵.

²² Teresa Alves em entrevista, Oeiras, 2012.

²³ Relação de Cadetes/Alunos por Cursos - Arquivo da Biblioteca e Museu da Academia Militar.

²⁴ Eduardo Alves em entrevista ao autor, S. João do Estoril, 2013.

²⁵ Velasco Martins em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

Vítor Alves usava bigode quando foi para a Escola do Exército. A mãe afirmou-o na entrevista que concedeu ao autor, e foi o bigode a gerar a primeira questiúncula que envolveu o jovem Alves com um dos seus professores, tornando-o notado. Logo na primeira aula, *O Maravilhas*, alcunha que os alunos atribuíram ao dito professor, quis que todos os jovens se apresentassem e, segundo os apelidos, ia perguntando se tinham algum grau de parentesco com camaradas seus conhecidos. Quando chegou a vez de Vítor Alves, fixando-o, fez questão de o deixar bem informado: «Nunca passei um aluno com bigode. Portanto, se queres passar tens de o cortar»²⁶. A ameaça estava lançada, dependia do aluno ceder ou não. Arriscou porque não cedeu, o bigode sobreviveu e o aluno passou. Vítor Alves, na entrevista que concedeu ao autor, referiu-se ao professor como sendo Machado dos Santos, mas na verdade, consultado o anuário da Escola do Exército de 1956/57, encontrámos ali vários professores com nomes semelhantes, mas nenhum igual. Segundo informação colhida junto de Paula Almeida Franco, funcionária da Biblioteca da Academia Militar, então Escola do Exército, após uma lacuna de várias dezenas de anos, foi aquele o primeiro anuário a ser elaborado. Apesar de, entre os alunos, a forma de tratamento dos professores ser pelas alcunhas, se as tinham e quase todos as tinham, Jorge Velasco Martins, que se recorda bem do episódio, considerando que caracteriza de forma clara a personalidade de Vítor Alves, esclareceu que o dito professor dava pelo nome de Machado de Sousa.

O «Senhor Aluno» Tomé Pinto, do ano anterior ao de Vítor Alves, que no chamado «Verão Quente» de 1975 estaria envolvido com o Grupo dos Nove, é que o praxava. Alves recordou sem especificar, sorrindo apenas, a árvore decorada com as camas penduradas. Quando o «Senhor Candidato Alves» passou a «Senhor Aluno Alves» e, com o título, ganhou o direito a praxar, as suas vítimas foram dois «senhores candidatos» do ano a seguir ao seu, que mais tarde viriam a ser bem conhecidos, ainda que por razões diferentes: Otelo Saraiva de Carvalho e Valentim Loureiro. Enquanto Otelo exibia já os seus dotes de bom ator e uma personalidade extrovertida, divertindo-se e divertindo, o futuro presidente do Boavista Futebol Clube e da Câmara de Gondomar «aburrava e perdia a piada praxá-lo»²⁷. Não se sabe se Vítor Alves alguma vez saltou os muros que dão para a Rua Gomes Freire depois das dez da noite, quando

²⁶ Citado por Jorge Velasco Martins em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

²⁷ Vítor Alves em entrevista a Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

os portões da Escola fechavam, como tantas vezes terá feito Valentim Loureiro²⁸. Fazia-o, disse, a fim de calcorrear as ruelas de má fama do Bairro Alto e de Alfama, onde era possível saciar os apetites gerados pela falta de «fêmea» que o regime de internato propiciava. Ainda que Vítor Alves o tivesse feito, a sua reserva impor-se-ia, e não é crível que fosse possível sabê-lo por ele. Soubemos, não por ele, mas pela irmã, Maria João, que enquanto se manteve na Escola do Exército, nos fins-de-semana em que podia ir a casa, levava sempre consigo alguns camaradas que, por residirem mais longe, não se podiam dar ao luxo de ir visitar os familiares²⁹.

Na Escola pertencia ao grupo cultural e manteve atividade na ligação às universidades e a cineclubes, particularmente ao Imagem, no Rato. Melo Antunes e Ramalho Eanes, que eram do ano anterior ao seu, pertenciam igualmente ao grupo cultural e aí terá nascido uma amizade para a vida. Na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vítor Alves manifestou-se convencido de que a consciência de esquerda lhe nasceu nesses contactos com a cultura e com a gente a esta ligada. Não associou essa inclinação ideológica às longas conversas que tivera uns anos antes com o seu amigo João Antunes, que terão gerado o interesse do diretor do Liceu de Torres Vedras e da polícia política, nem aos professores que admirava, nem ao seu primo comunista. Toda essa troca de experiências não terá deixado de o marcar, ainda que apenas ao entrar na idade adulta, com os contactos por ele referidos, essa consciência tenha emergido.

Se fez o curso na Escola do Exército entre a Amadora e Lisboa e ascendeu a aspirante em 1 de Outubro de 1957, o tirocínio fê-lo entre esta data e 12 de Abril do ano seguinte, na sua terra natal, em Mafra, na Escola de Infantaria, entre as paredes do Convento, que foi omnipresente nos seus primeiros anos de vida. Apesar de habituado a ver o seu nome quase sempre nos primeiros lugares das classificações escolares, as notas não foram propriamente brilhantes. O curso da arma concluiu-o com 13,2 valores, enquanto no tirocínio não ultrapassou os 12,62. Foi promovido a alferes por portaria de 1 de Abril de 1958, porém, o Juramento de Fidelidade só seria prestado em 3 de Julho desse ano quando se encontrava já colocado no Regimento de Infantaria nº 7, em Leiria, onde se apresentara em 14 de Abril³⁰ (Anexo II). É na cidade do Lis que verdadeiramente inicia a sua carreira profissional. Ali se encontrava quando decorreram

²⁸ Felícia Cabrita, «Valentim Loureiro - Um português tranquilo» in *Expresso*, 6 de Julho de 1996, p. 40.

²⁹ Maria João Alves em entrevista ao autor, S. Pedro do Estoril, 2013.

³⁰ Processo individual de Vítor Alves - AGE

as famosas eleições presidenciais desse ano. Os militares estavam autorizados a votar fora dos quartéis se assim entendessem, e Vítor Alves fê-lo, embora não dissesse em quem votou. Disse, contudo, que no meio castrense se acreditava poder haver sublevação no dia das eleições, o que não se confirmou. Em Leiria, o patriarca da oposição era Vasco da Gama Fernandes, futuro presidente da Assembleia da República, porém, conversas mais críticas relativamente à situação política, nesta fase tão sensível, só eram recomendáveis entre conhecidos. Vítor Alves confessou ter namorado uma das filhas do famoso advogado, mas no momento em que falava não se recordou do nome da senhora e ficou visivelmente embaraçado³¹. Datada de 4 de Junho de 1958, fomos encontrar no processo individual, uma declaração onde Vítor Alves afirma aceitar o convite que lhe fora dirigido para fazer uma comissão de serviço em Moçambique.

Moçambique 59-63

Desde que ingressou no quadro permanente até 1970, Vítor Alves fez quatro comissões, duas em Moçambique e outras tantas em Angola. Esteve onze anos em África, seis dos quais em zona de guerra. As duas primeiras comissões foram em Moçambique e seguidas, de 1959 a 1963. Entrou no vapor *Pátria* em Lisboa, a 18 de Dezembro de 1958, e pisou terra moçambicana a 6 de Janeiro. Apresentou-se no dia seguinte no Centro de Instrução de Infantaria de Boane, próximo de Lourenço Marques. Levava uma incumbência: implementar a ginástica de aplicação militar, que era uma inovação. Rapidamente se apercebeu que em Moçambique havia um *apartheid* sem leis. Reconheceu, porém, que «com um olho tapado, Moçambique era um paraíso»³².

Após ter cumprido uma escola de recrutas como instrutor, Vítor Alves foi colocado no Serviço de Informações, como adjunto da 2ª Secção da 2ª Repartição do Quartel General, em Lourenço Marques, trabalhando sob as ordens do então capitão Costa Matos, seu futuro compadre. Na «Informação anual sobre Instrução»³³ em nome do alferes Vítor Manuel Rodrigues Alves, ficha de avaliação individual para o ano de 1959, pode ler-se: «É um oficial especialmente dotado para o Serviço de Informações, não só pelo grau de conhecimentos militares que possui, mas, especialmente pelos conhecimentos que tem de línguas estrangeiras e cultura geral, o que, em conjunto, se pode considerar invulgar no seu posto» (Anexo III). Com o almirante Sarmento

³¹ Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

³² Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

³³ Processo militar de Vítor Alves - Arquivo Geral do Exército.

Rodrigues como governador, o que aconteceu a partir de Junho de 1961, o já tenente Vítor Alves foi muitas vezes solicitado para servir de tradutor aquando de visitas de entidades estrangeiras, pela facilidade que tinha de se expressar em várias línguas (francês, inglês, castelhano e italiano). Esta proximidade com o poder serviu-lhe para se inteirar dos meandros da política e tomar consciência do que se passara, ou se passava, em conflitos como aquele que Portugal travava, as potências coloniais acabavam sempre derrotadas³⁴.

Vítor Alves casou em Moçambique. Em 1961 conheceu uma jovem recém-chegada, Maria Teresa Ferreira de Almeida, filha do Secretário Provincial, capitão-de-mar e guerra Ferreira de Almeida, que, à data do 25 de Abril, era Chefe do Estado-Maior da Armada. Em Lourenço Marques, Vítor Alves travou conhecimento com Carlos Sousa, filho do proprietário do Hotel Girassol, um dos mais conhecidos da cidade, e foi ele que o inseriu no núcleo de jovens da sociedade local. Foi neste círculo que acabou por ingressar numa então existente comissão de receção às raparigas recém-chegadas. O paraíso de que falava Vítor Alves passava também, certamente, pela disponibilidade mental reinante que permitia a criação de tais comissões. Foi na boíte do Hotel Polana, então considerado um dos mais luxuosos do continente africano, onde tocavam os *Cinco di Roma*, recordou Teresa Alves esboçando um sorriso, que se conheceram. Foram apresentados pelo primeiro-tenente Mário Aguiar, que viria a ser Secretário de Estado de Vítor Alves no VI Governo Provisório³⁵.

Teresa Alves confessou que não apreciava a vida castrense, pelo que não estava nos seus horizontes vir a casar-se com um militar. A questão da guerra, que já começara em Angola, bulia no seu íntimo. No entanto, por aquele tempo, Vítor Alves trajava à civil e, pela postura, as apostas da jovem iam no sentido de que ele estivesse ligado ao corpo diplomático. Os encontros a dois foram-se sucedendo e só ao fim de quinze dias soube que ele era, de facto, oficial do Exército, mas, como acrescentou, na altura já era tarde³⁶.

Em Lourenço Marques, os ótimos bifes levavam o casal a frequentar a pastelaria Princesa; o *glamour* vivia-se no Polana e as belas vistas para o Índico e para a Catembe, tinham-nas na *boíte* do hotel Girassol, ou na esplanada do Hotel Cardoso. «Com um olho tapado, Moçambique era um paraíso». Casaram em 29 de Março de 1962 e, no ano

³⁴ Vítor Alves, entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

³⁵ Teresa Alves, entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

³⁶ Teresa Alves, entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

seguinte, a 3 de Janeiro, nasceu a única filha do casal, Ana Cristina. Em 14 de Julho de 1963, Vítor Alves foi promovido a capitão e, menos de um mês depois, a 7 de Agosto, finda a segunda comissão de serviço, regressou à Metrópole com a família³⁷.

Angola 63 a 70

Uma nota do Estado-Maior do Exército, de 16 de Agosto de 1963, cria o Batalhão de Caçadores 547. Soldados, sargentos e oficiais concentraram-se no Regimento de Infantaria nº1, na Amadora, e aí decorreu a instrução das tropas. O capitão Vítor Alves foi nomeado Oficial de Informações, Operações e Reconhecimento. No texto por ele assinado, redigido para o livro de memórias *Batalhão de Caçadores 547 – Angola 1963-1966* (Anexo IV), onde sucintamente deu conta do seu historial, pode ler-se que, com o 2º Comandante e o Oficial do Pessoal, embarcou para Luanda num avião da Força Aérea, a 30 de Novembro de 1963, a fim de prepararem a receção do Batalhão, que embarcaria no paquete *Vera Cruz* em 5 de Dezembro e atracaria em Luanda a 12.

O primeiro «estacionamento» das tropas em terras angolanas deu-se no Campo Militar de Grafanil, a cerca de seis quilómetros de Luanda. Seguiram depois para Salazar, a atual Ndalatando, capital da província de Cuanza Norte, onde permaneceram cerca de quatro meses, para que as tropas se ambientassem. A 2 de Maio de 1964, tomaram a direção Norte, visando Quitexe, zona de combate, a trezentos quilómetros da capital, aí permanecendo quase metade de toda a comissão, cerca de catorze meses. Quitexe era uma pequena povoação, com uma estrada de alcatrão a meio, a mesma que ligava a Luanda, e três ou quatro ruas de terra batida que cruzavam a principal. A 28 de Julho do ano seguinte rumaram a Leste, para Lubalo, na província de Lunda, a cerca de 1100 quilómetros da capital, onde o Batalhão de Caçadores 547 concluiu a missão de serviço em Angola, já no decurso de 1966. Regressaram a Luanda, aguardando ali por transporte cerca de três semanas. Fizeram-se ao mar em final de Março, no *Niassa*, e a 5 de Abril atracaram em Lisboa³⁸.

Destes pouco mais de dois anos que Vítor Alves passou em Angola, destacam-se os catorze meses em Quitexe, dadas as condições adversas que ali foi encontrar, criadas pelos guerrilheiros da FNLA, que por aquela região se instalaram no início da guerra³⁹.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Batalhão de Caçadores 547, Angola 1963-1966*. Neográfica-Luanda, 1966: s/nº de pág.

³⁹ Henrique Hollanda, em entrevista telefónica ao autor, 2013.

No texto acima referido, Vítor Alves ilustra com alguns exemplos a zona de guerra com que se depararam em 1964 e o clima de paz que deixaram no ano seguinte ao batalhão que foi render o 547. Aludiu a vários redutos do «inimigo» intocáveis há anos, que foram destruídos, refletindo-se isso na confiança que as populações locais ganharam, ao ponto de os estabelecimentos comerciais começarem a florescer. Por outro lado, os guerrilheiros movimentaram-se como não tinham sentido necessidade de fazer até ali, em busca de zonas menos tocadas pelos portugueses, sendo que a pressão exercida levou a que muitos abandonassem a região e outros se entregassem às autoridades⁴⁰.

Apesar de Lubalo se situar bastante mais longe da capital, a povoação estava integrada em zona pacificada. Assim, os meses que ali passaram foram usados basicamente na melhoria das instalações militares, em atividades culturais e desportivas, estas levadas a cabo pelo capitão Vítor Alves, ou sob a sua direção. Foi aliás na sequência de um campeonato de futebol, que Henrique Ferreira Carvalho de Hollanda, o então furriel miliciano Hollanda, de Transmissões, colocado na Companhia de Comando e Serviços, ficou melindrado com o seu capitão. Para que a equipa dos soldados ganhasse o campeonato, era necessário fazer uma alteração ao regulamento, mas fazendo-a, tal prejudicaria a equipa a que pertencia Hollanda, o que o levou a «protestar veementemente», como ele próprio nos confessou na entrevista que nos concedeu. O capitão, que tinha o furriel em muito boa conta, sorriu-lhe e disse-lhe, apontando para as divisas que tinha nos ombros: «As minhas são a direito e as tuas foram tocadas pelo vento». O furriel ficou-se, «não tive outro remédio». Porém, o episódio não foi suficiente, longe disso, para diminuir a admiração que Hollanda já sentia pelo oficial, e não tardou a entender perfeitamente o alcance da decisão batoteira de Vítor Alves, que visava, tão só, elevar o moral dos soldados, e proporcionar-lhes uma alegria fugaz, um escape para a alta tensão em que viviam.

Na quarta comissão em África, segunda em Angola, Vítor Alves esteve como comandante de companhia em zona de combate ao longo do primeiro ano, 1968, nas chamadas Terras do Fim do Mundo, em Cuando Cubango. Era um local a que apenas a tropa deu existência, conhecido como N`Riquinha, terra encostada à fronteira com a

⁴⁰ Vítor Alves, *Batalhão de Caçadores 547, Angola 1963-1966*. Neográfica-Luanda, 1966: s/nº de pág.

Zâmbia e por onde se cruzavam três movimentos de libertação: MPLA, UNITA e SWAPO. Mas para ali chegar, a viagem foi longa⁴¹.

O Batalhão de Caçadores 1929 reuniu-se na Amadora, no Regimento de Infantaria, em Outubro de 1967. Embarcou no paquete *Vera Cruz* para Luanda nos primeiros dias de Dezembro. Foi nessa viagem que Vítor Alves e Sanches Osório se conheceram. O então capitão de engenharia tinha como destino a cidade do Luso, mas sob a sua alçada, uma área do tamanho da «Península Ibérica»⁴², que incluía a região para onde ia a Companhia de Caçadores 1779, cujo comandante era Vítor Alves.

Chegados a Luanda, as tropas do Batalhão estacionaram em Grafanil, onde passaram o Natal. Ainda antes do fim do ano, a 1779 partiu para a zona do Zenga, a menos de cem quilómetros de Luanda, até um aquartelamento avançado, que serviria de base para as «operações de limpeza ao longo do rio Zenga, tentando desalojar grupos infiltrados do MPLA»⁴³. Era esta a sua primeira missão. No decurso destas operações surgiu o batismo de fogo quando, na sequência de um maior afastamento da margem do rio e consequente penetração na mata, foram alvo de vários disparos efetuados a partir de uma colina. Com os necessários cuidados, foram progredindo na direção da elevação de onde provinham os disparos, que, a dada altura, deixaram de se ouvir. Quando, por fim, a alcançaram, deparou-se-lhes um enorme acampamento do MPLA, abandonado apressadamente pela ação da tropa portuguesa.

Cumprida a primeira missão, era tempo de tomarem o caminho para o destino longínquo que os aguardava: N`Riquinha. O comandante Vítor Alves não podia, contudo, acompanhar os seus homens. Devia regressar a Luanda. Passou o comando ao seu adjunto, alferes Martins Lopes, e seguiu para a capital a fim de receber instruções. Dali, a companhia seguiu de viatura até Nova Lisboa, depois de comboio até ao Luso e de avião, até N`Riquinha. O voo foi num *Nord Atlas* ou «amendoim com asas» como lhe chamou Jorge Peneda, o médico alferes que cuidou da companhia nos primeiros tempos e que, para o resto da vida, foi médico e amigo de Vítor Alves. «N`Riquinha reduzia-se a um aquartelamento de tropas e à sua pista de aviação, de terra, que,

⁴¹ Manuel Martins Lopes em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

⁴² Sanches Osório em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

⁴³ Manuel Martins Lopes em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

contudo, lhe garantia ligações todo o ano, pois, de outra forma, era muito difícil ali chegar, em especial no tempo das chuvas»⁴⁴.

No processo de Vítor Alves não encontramos qualquer documento que ajudasse a perceber esta súbita deslocação a Luanda. Porém, Martins Lopes mostrou-se convencido de que se prendeu com contactos com militares sul-africanos, tendo em vista a utilização do seu material bélico, material sofisticado, face ao disponível no Exército português. Este intercâmbio, inédito naquela região, era altamente secreto e exigia todos os cuidados. O então adjunto mostrou-se igualmente convencido de que a escolha de Vítor Alves para ser colocado naquela região, teve a ver precisamente com os contactos que era necessário estabelecer com os sul-africanos, pelas características pessoais do seu comandante de companhia, que passavam pela fluência na língua inglesa, mas acima de tudo, com as suas características naturais de competente diplomata. A SWAPO usava aquela região de Angola, pauperrimamente povoada, para instalar alguns dos seus aquartelamentos a fim de que os guerrilheiros pudessem pôr-se em segurança facilmente, após as ações cometidas do outro lado da fronteira, na Namíbia. O entendimento secreto entre Portugal e a África do Sul, mas que envolveu também a Rodésia⁴⁵ passava, como atrás consta, pelo fornecimento de material de guerra, que incluía aviões e helicópteros, para que os portugueses pudessem com mais facilidade pôr cobro às movimentações da SWAPO.

A missão principal da companhia 1779 era criar condições para abrigar as populações que se estendiam por uma vasta zona, sendo assim, presas fáceis para os guerrilheiros da UNITA, que delas se serviam para se manterem. Criando uma aldeia nas imediações do aquartelamento, as populações mudavam-se para ali por razões de segurança e esse problema ficaria resolvido. Assim nasceu a aldeia de Samujuto e, entre a gente que a ocupou, uma milícia para defesa da própria aldeia e para intervir em ações ao lado do exército português.

Na entrevista que nos concedeu, Vítor Alves referiu, convictamente, que no Arquivo da PIDE/DGS deixou de existir qualquer documento em seu nome, depois de o seu camarada Costa Correia lhe ter facultado o processo, a que já nos referimos. Porque não conseguimos chegar a esse processo, na expectativa de obtermos uma cópia ou uma

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes abordam o tema na obra que tem por título o nome de código do tratado, *Alcora – O acordo secreto do colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013.

simples referência, deslocámo-nos ao dito Arquivo. Na ficha de Vítor Manuel Rodrigues Alves, constam três itens, dois dos quais têm correspondência com documentos existentes, a que acedemos, o terceiro não, que respeita, certamente, ao processo em falta, e tem por cota: PIDE/DGS, SC, CI (2) 12644. As cotas das duas pastas a que acedemos são: PIDE/DGS, SC, Boletim 179.131 e PIDE/DGS, Delegação de Angola, PI 235 NT 11.555⁴⁶ (Anexo V). A primeira é identificada como «Boletim de Informação nº150» e diz respeito à pesquisa básica que a polícia política fez junto da Câmara Municipal de Torres Vedras, pouco depois da entrada de Vítor Alves na Escola do Exército. O presidente da edilidade respondeu em 10 de Fevereiro de 1955 com um lacónico: «Nada consta em seu desabono». A segunda reporta uma situação ocorrida em Angola, no decurso da passagem de Vítor Alves por N`Riquinha. A peça principal foi classificada como «Secreto». Trata-se de um ofício da PIDE, emitido pela brigada de Cuíto, datado de 16 de Agosto de 1968, assinado pelo inspetor Óscar Cardoso e tendo como destinatário o subdiretor da polícia, em Luanda. Ali se encontra transcrita uma mensagem rádio de Vítor Alves, enquanto comandante da companhia 1779, dirigida ao comando do batalhão 1929, a que pertencia, sediado em Serpa Pinto, dando conta da existência de «fortes presunções» de que a PIDE eliminara fisicamente dois indígenas, pai e filho, apresentando razões para tais suspeitas. A mensagem de Vítor Alves termina com críticas diretas à atuação da polícia política e indiretas a quem permitia que assim atuasse: «considero atitudes como esta altamente inconvenientes e contrárias aos interesses nacionais. (...) Posso acrescentar estarem a destruir o nosso trabalho (devido) à liberdade excessiva de ação que possuem». Na mesma pasta constam outros dois documentos: um, datado de 5 de Julho de 1968, dá conta da fuga dos dois negros em causa, e de que foram perseguidos pelo agente Tavares da PIDE, acompanhado pelos «nossos Flechas». O segundo, com data de 29 de Agosto e sem assinatura, procura aligeirar a situação. «A bem das boas relações com as autoridades militares, sugiro que se archive o processo referente ao capitão Vítor Rodrigues Alves», afinal, um «bom militar».

Metrópole 70/73

⁴⁶ Arquivo da PIDE/DGS – ANTT/DGA

De regresso à metrópole, Vítor Alves foi colocado em Mafra, ou «Máfrica»⁴⁷ como também era conhecida uma das localidades portuguesas que mais alimentava com homens as três frentes da guerra do continente africano. Ocupou o lugar que já fora de Pezarat Correia, de comandante do Batalhão de Instrução do Curso de Milicianos, curso que decorreu de 2 de Abril a 13 de Junho de 1970. Vítor Alves comandava aquele que na EPI era conhecido por «batalhão dos insurras», por albergar instruendos já com alguma idade, geralmente licenciados, politizados, muito reivindicativos, além de alguns ex-líderes estudantis, expulsos do ensino e incorporados nas fileiras militares. Vítor Alves considerava uma injustiça, este tipo de castigo infligido aos jovens, e compreendia alguma da revolta que neles ia sentindo. Manifestava-o nas conversas, às sextas-feiras, antes de os instruendos irem de fim-de-semana, reflexões que acabaram por lhe valer uma repreensão do comandante da Escola, quando este tomou conhecimento de que o discurso do capitão Alves passava muito por: «Se vocês saírem agora e não voltarem, ninguém vai atrás de vocês»⁴⁸. No entanto, na nota de avaliação final não há qualquer referência à repreensão e pode ler-se que Vítor Alves desempenhou as funções «com zelo, proficiência e aptidão». Além de que «demonstrou possuir qualidades de organização e chefia. Evidenciou desembaraço, bom senso e sentido de justiça»⁴⁹.

Em Outubro de 1970, Vítor Alves passou a frequentar o Curso de Estado-Maior, que só terminaria em Junho de 1973. Ali foi reencontrar os camaradas Sanches Osório e Jorge Velasco Martins e, no ano seguinte, a eles se juntaria Manuel Costa Brás. Findo o curso e as férias de 1973, Costa Brás ficou na 3ª Repartição do Estado-Maior, enquanto Sanches Osório e Vítor Alves ficaram juntos na 4ª, a de Material. A partir do final desse ano partilhariam a sala com o seu chefe, o tenente-coronel Franco Charais, então regressado de uma comissão de serviço em Angola.

Vítor Alves subordinou a tese de fim de curso ao título *As Forças Armadas - O Grupo de Pressão?* e «(...)fê-la em quatro dias, na Beira Alta», perto do Fundão, na Quinta das Tílias, pertencente a familiares⁵⁰. As ideias que a sustentam estavam, contudo, devidamente amadurecidas e bem cimentadas. O trabalho é fortemente crítico

⁴⁷ Jorge Peneda em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

⁴⁸ Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

⁴⁹ Processo militar de Vítor Alves – Arquivo Geral do Exército.

⁵⁰ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

da política seguida pelo regime e, ao lê-lo, percebemos melhor a adesão de Vítor Alves ao Movimento dos Capitães e até a onda que se elevou nas FA e deu origem ao Movimento e depois ao golpe militar. Encontram-se expostas de forma clara as preocupações de Vítor Alves, que serão depois os grandes trunfos do Movimento para arregimentar muitos oficiais, por compreenderem bem a mensagem que lhes chegava: a luta pelo prestígio das FA; a insustentabilidade da guerra e, sem ser explícito mas dando pistas que não permitem dúvidas, a necessidade de construir em Portugal uma sociedade democrática e desenvolvida. Questões que serão as ideias-força do documento *O Movimento, as FA e a Nação*, aprovado quase um ano depois na reunião de Cascais, a que nos referiremos mais adiante, e, em certa medida, do próprio Programa do MFA.

Não cabe aqui fazer uma análise profunda a este trabalho, datado de 15 de Abril de 1973, no entanto, não podemos deixar de aflorar algumas questões pertinentes, plasmadas nas «Conclusões» (Anexo VI). Interessa-nos realçar o seu pensamento sobre Portugal, que «vive em estado de guerra desde 1961, com precário desenvolvimento industrial, estagnação da agricultura e, como resultante, a emigração desenfreada (...)» Mais adiante acrescenta que a «sociedade encontra-se dividida: os mais novos contestam e os mais velhos não encontram as respostas adequadas – se é que existem.» Cita depois uma professora de Coimbra, a Dra. Amélia de Matos: «A geração a que pertencemos habituou-se a não contestar, a não exigir; solicita, aguarda e, no fim, se vê deferidas as suas pretensões, agradece! Tempos difíceis lhe deixaram impressos no carácter este vinco de obediência, resignação e reconhecimento». Vítor Alves fez um levantamento do papel das Forças Armadas na História de Portugal do século XX, nunca perdendo de vista o seu prestígio junto da Nação, em função da maior ou menor intervenção dos seus mais destacados membros na vida política. Evocou as várias convulsões sociais desde o 28 de Maio, a que o Estado respondeu através dos militares, muitas vezes violentamente, para depois se referir à forma como o regime desejava que as FA fossem: «Há que transformar as FA, base inicial do regime, num instrumento dócil que o apoie e dissuada os seus inimigos». Vítor Alves pugna pela integração das FA na Nação, em detrimento do Estado, onde considera estarem inseridas, para de seguida questionar porque entende não ser possível essa integração: «(...) Como será possível a integração sem objetivos concretos definidos? Como será possível a integração sem prestígio e sem respeito? E acima de tudo, como será possível a integração, quando se pretende ter sempre à mão um “bode expiatório”?».

Considerou Vítor Alves que, desde 1933, o descrédito das FA foi-se acentuando. «De isoladas até à implantação da República (...) a integradas no período da ditadura militar, ao processo de isolamento atual, por tudo têm passado as FA». Também sobre a guerra em África, mostrou-se convencido de que ela teria de terminar, «num futuro imprevisível», passando a solução do problema ultramarino pela constituição da comunidade portuguesa «luso-afro-brasileira, dentro do espírito de autonomia progressiva, expresso na Constituição» ou, pura e simplesmente, pela «independência daqueles territórios». Critica o poder político por não apresentar «claros objetivos nacionais», limitando-se a continuar a exigir das FA. Deixou, por isso um alerta: «O militar está cansado (...) e pouco disposto a sofrer mais, sem razão aparente». Volta a alertar porque, embora não perspetive num curto prazo aquilo a que chama o «perigo militar», considera-o uma «ameaça que o futuro reserva ao País, se não forem desde já postas em prática medidas positivas para o evitar». Termina o seu trabalho de forma mordaz, embora muito simbólica, talvez o mais incisivo e veemente dos vários alertas que foi deixando ao longo do texto, ao evocar uma carta de Marcus Flavinius, centurião da Legião Augusta, para o seu primo Tertullus, em Roma, de que se deixam alguns fragmentos: «Tinham-nos dito, no momento em que deixámos a terra natal, que partíamos em defesa dos direitos sagrados que nos são conferidos por tantos cidadãos instalados lá longe, tantos anos de presença (...). Não hesitámos em derramar o imposto de sangue, em sacrificar a nossa juventude, as nossas esperanças (...). Dizem-me que em Roma se sucedem as intrigas e as conspirações, se desenvolve a traição e que muitos (...) aviltam a nossa Nação (...). Não posso acreditar que tudo isso seja verdade (...) tranquiliza-me o mais breve possível e diz-me que os nossos concidadãos nos compreendem, nos defendem, nos protegem como nós próprios protegemos a grandeza do Império. Se tudo fosse diferente, se tivéssemos de deixar em vão os nossos ossos embranquecidos sobre as pistas do deserto, então, cuidado com a cólera das legiões!»⁵¹.

⁵¹ Trabalho de Vítor Alves de fim do Curso Complementar de Estado-Maior – Arquivo da Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares.

Capítulo II – O Conspirador

«O estado a que isto chegou»⁵²

Quando o dia 25 de Abril de 1974 chegou, o Estado Novo era uma barca já fora daquele tempo e tão frágil, que parecia não suportar mais consertos. Os últimos anos, particularmente desde o início da guerra em África, encarregaram-se de provocar o desgaste na estrutura ao ponto de tornar inútil qualquer reparação por falta da robustez necessária. E os protagonistas políticos tinham consciência disso, a começar por Marcelo Caetano, que após ser abandonado pelos deputados da Ala Liberal, que passaram a fazer-lhe oposição nas colunas do *Expresso*⁵³, manifestou três vezes o desejo de abandonar a presidência do Conselho. A primeira, na sequência da leitura que fez de *Portugal e o Futuro*⁵⁴, ao sugerir aos generais Costa Gomes e Spínola que fossem reivindicar o poder junto do Presidente da República e depois, formalmente, junto de Américo Tomás.

Fora Caetano o responsável pela ascensão aos mais altos lugares da hierarquia das FA por parte destes dois generais, que desde há muito vinham a alertar para o facto de a solução do problema ultramarino não passar pela ação dos militares na guerra, mas pela dos políticos. Spínola fê-lo em privado, em 1968, ao chegar à Guiné⁵⁵, e Costa Gomes em 1970, num discurso proferido em Angola⁵⁶. Quando Caetano apresentou a demissão pela última vez, a 11 de Março de 1974, na sequência da exigência de Américo Tomás para que demitisse os ditos generais, o velho almirante respondeu-lhe que era tarde para qualquer um deles abandonar a barca; tinham de ir até ao fim⁵⁷.

Por sua vez, os *ultras* do regime, que nunca viram de bom grado que Caetano ocupasse o lugar de Salazar, também se agitavam, acreditando que se conseguissem

⁵² Salgueiro Maia (excerto do discurso proferido aos militares da EPC que iam participar no 25 de Abril) in António Amorim, «Capitão Maia - Um homem na revolução», *Flama*, 24 de Junho de 1974, p.46.

⁵³ Fernando Rosas (coordenador), *O Estado Novo (1926-1974)*, VII Volume, *História de Portugal* (coordenação geral de José Matoso). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 555-556.

⁵⁴ Livro da autoria de Spínola, cuja publicação dependeu da anuência do CEMGFA, Costa Gomes.

⁵⁵ António de Spínola citado por Carlos Fabião in João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa - O regresso das caravelas...*, p. 54: «Uma guerra subversiva não pode ser ganha militarmente, quem tem de ganhar a guerra sou eu. A vocês só peço que não me percam a guerra e que me deem tempo para eu conseguir ganhar politicamente a guerra.»

⁵⁶ «Com uma certa mágoa, verifico que, em Angola, há muitas pessoas que julgam que a paz pode ser retomada apenas com o esforço das FA militarizadas. Esta convicção perigosa, e falsa, trouxe e traz-nos alguns dissabores.» In José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe, VIII Volume, História de Portugal* de José Matoso (coordenação geral). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

⁵⁷ Vasco P. Valente, *Marcelo Caetano – As desventuras da razão*. Oeiras: Gótica, 3ª edição, pp.136-137.

afastar o homem do leme, poderiam ainda salvar a nave da tormenta em que fora envolvida. O Congresso dos Combatentes do Ultramar, que decorreu no Porto de 1 a 3 de Junho de 1973, a chamada *Kaulzada*, uma tentativa de golpe militar encabeçado por Kaúlza de Arriaga, e a carta que este general enviou a Américo Tomás, a 13 de Abril de 1974, onde escreveu que só o PR «pode sustentar a evolução no sentido do abismo»⁵⁸, devem inserir-se na dinâmica gerada pelos mais ortodoxos para desgastar e, por fim, derrubar o governo de Caetano.

O espírito reinante no Congresso os Combatentes foi classificado por Fernando Rosas como «nacionalismo colonialista radical»⁵⁹, que ousamos resumir no chavão já então anacrónico, mas muito em uso por esta facção: «Dialogar e ceder é trair os que já morreram»⁶⁰. Tal postura impedia qualquer passo que visasse encontrar uma solução política para o problema ultramarino; era tudo quanto os mais petrificados defensores do regime desejavam. O encontro fora organizado em jeito de resposta ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado entre 4 e 8 de Abril, em Aveiro, onde se defendeu abertamente o fim da guerra e a abertura de negociações, tendo em vista a independência de Angola, Moçambique e Guiné⁶¹. De sinal contrário, o evento do Porto pretendeu enaltecer a guerra, a luta dos bons portugueses contra os terroristas, e um Portugal uno e indivisível do Minho a Timor. Pretendeu ainda atacar o Governo, ao manifestar oposição às reformas encetadas por Caetano, «por irem contra os ideais do 28 de Maio de 1926»⁶².

Por razões de natureza diversa, o conflito bélico nas três frentes africanas tornava-se cada vez mais impopular em Portugal⁶³. «O peso económico da guerra mantinha o atraso económico do País e punha em causa a sua própria sobrevivência»⁶⁴. O insuspeito Marcelo Caetano escreveu: «...as despesas militares não deviam exceder os 40% do Orçamento do Estado, mas nunca eram inferiores a 45%»⁶⁵. Sendo que em 1969, essa taxa terá atingido os 55%⁶⁶. Aquando do 25 de Abril, Vítor Alves, integrava

⁵⁸ José Freire Antunes, *Os americanos e Portugal (1969-1974), Nixon e Caetano...*, p. 340.

⁵⁹ Fernando Rosas (coordenador), *Estado Novo in História de Portugal ...*, p. 551.

⁶⁰ Vasco Lourenço in Joana Pontes et al., *A Hora da Liberdade*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012, p. 44.

⁶¹ Fernando Rosas (coordenador), *Estado Novo in História de Portugal...*, p. 555.

⁶² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993, pp. 146-147.

⁶³ Vasco Pulido Valente, *Marcelo Caetano – As desventuras da razão...*, p. 105.

⁶⁴ Vasco Pulido Valente, *Marcelo Caetano...*, p. 130.

⁶⁵ Marcelo Caetano, *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 97.

⁶⁶ João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa - O regresso das caravelas...*, p. 49.

a 4ª Repartição do Estado-Maior do Exército, que tinha a incumbência do aprovisionamento de munições. Sobre o assunto afirmou que era cada vez mais difícil a aquisição desse tipo de material, dada a resistência dos países fornecedores devido às interdições internacionais, pelo que as compras tinham de ser efetuadas nos mercados paralelos, o que implicava o consequente aumento do preço⁶⁷. De acordo com Franco Charais, «um dos importantes estudos por ele (Vítor Alves) realizados foi o Plano de Aquisição de Munições para o Exército (...). Para o ano de 74 atingia o valor de 1,2 milhões de contos e sabíamos que o poder político só iria disponibilizar 0,2 milhões de contos»⁶⁸. O conhecimento deste tipo de informação «deu-nos a certeza de que a guerra estava falida»⁶⁹. A alta posição que Costa Gomes ocupava, autorizava-o a afirmar: «A partir de 1970, todo o armamento utilizado pelos grupos de libertação era melhor que o nosso»⁷⁰, ou «(...) As informações diziam que a guerra em Moçambique piorava dia-a-dia e que na Guiné se estava à beira do colapso. Só em Angola se vivia um sossego pelo menos aparente»⁷¹. Vítor Alves, na entrevista que nos concedeu, em Setembro de 2010, referiu os anos de 1964/65 como os ideais para que o regime português desse um passo em frente na abertura de corredores de diálogo com os nacionalistas. Considerou que, por esses anos, a situação militar estava controlada, o que proporcionaria um certo conforto aos negociadores portugueses. Porém, apesar das vantagens temporárias conseguidas no terreno, o regime continuou na sua obstinada recusa em entabular negociações, apesar de Portugal se ir esgotando e isolando internacionalmente, enquanto os movimentos independentistas ganhavam importantes apoios externos, diplomáticos e militares.

Na Igreja emergiram uns quantos dos seus membros a condenar a guerra, declarando até que os povos tinham o direito a escolher os seus destinos, casos, entre outros, do bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, que por isso se viu expulso de Moçambique nas últimas semanas do regime⁷². No santuário de Fátima, os crentes

⁶⁷ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

⁶⁸ Franco Charais in *Referencial...*, p. 22.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes - O último marechal*. Lisboa: Notícias Editorial, 3ª edição, 1998, p. 164.

⁷¹ *Idem*, p. 199.

⁷² António Costa Pinto, *O fim do Império português - A cena internacional, a Guerra Colonial, e a descolonização (1961-1975)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 55.

pediam o fim da guerra e rezavam pela paz. As famílias estavam cansadas de ver partir os filhos para África.

Nos últimos anos, os estabelecimentos de ensino transformaram-se em verdadeiros ninhos de problemas para o regime. Marcelo Caetano, sobre esta matéria, defendeu que o aburguesamento do operariado alterou os termos da conceção clássica da contestação. «Os jovens intelectuais viriam a substituir os proletários como tropa de choque». As universidades transformaram-se em centros de catequização revolucionária, contagiando a juventude que havia de formar os quadros da estrutura económica e comandar os soldados na guerra. «A constante injeção de antigos estudantes universitários nas Forças Armadas agitaram os quartéis. Nas salas de oficiais, onde é tradicional a conversa e a discussão, os milicianos doutrinavam». As teorias democráticas e socialistas conquistavam terreno e a Guerra Colonial perdia apoiantes. Carlos Fabião jamais esqueceu uma resposta que ouviu a um miliciano na Guiné: «Eu estou aqui apenas para defender o direito de viver em Portugal»⁷³. E assim, nos «últimos tempos, o Exército ia cumprindo sem entusiasmo e sem zelo»⁷⁴. A este propósito, Vítor Alves afirmou que em 1970, quando deu instrução pela última vez, na EPI, particularmente entre a classe dos milicianos, era comum questionarem a razão de estarem ali, e faziam-no com total abertura, sem o receio de represálias hierárquicas ou da PIDE. Parecia generalizar-se a consciência de que iam lutar para terras estranhas, não por Portugal, mas em nome de um «punhado de ricalhaços» e de políticos que, fechados nos seus labirintos mentais não sabiam mais que fazer, além de os mandarem combater. Os jovens militares sentiam que o seu sacrifício era o verdadeiro sustentáculo do poder instituído e cada vez pareciam menos disponíveis para continuar a sê-lo.

Como lembrava Vítor Alves no seu trabalho de fim do curso de EM, os oficiais do quadro permanente estavam cansados de fazer sucessivas comissões de serviço em África. No seu caso, entre 1959 e 1970, foram escassos os meses que passou na Metrópole e, quando tal aconteceu, o seu trabalho consistiu em dar instrução e organizar novas companhias a fim de rapidamente regressar a África. O oficialato receava que o ónus da derrota, que se adivinhava em algumas frentes, recaísse nas FA e estas servissem, de novo, de «bode expiatório», como referiu no mesmo texto. Os militares

⁷³ Maria João Avelaz, *Do fundo da Revolução*. Lisboa: Público Edições, 1994, p. 183.

⁷⁴ Marcelo Caetano, *Depoimento...*, p. 31.

temiam que o fantasma da Índia Portuguesa despertasse. Por esse tempo, o regime tudo fez para que os militares estacionados naquela Província asiática surgissem como os responsáveis pela ocupação dos territórios por parte da União Indiana, afastando o odioso da política de olhos vendados aos ventos da História seguida por Salazar, que preferia vê-los mortos e, assim, mártires do Império, do que vivos e derrotados. Prova-o o excerto da carta que, em 14 de Dezembro de 1961, enviou ao governador Vassalo e Silva: «Não prevejo a possibilidade de tréguas nem de prisioneiros portugueses, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos»⁷⁵. Não obstante saber que o contingente português dispunha apenas de três mil homens mal armados, dispersos por Goa, Damão e Diu, e, por isso, incapacitados de fazer frente a um exército numeroso, que facilmente destacou cinquenta mil dos seus para a invasão das três possessões portuguesas.

Em meados de 1972, na sequência das conversações entre Spínola e Senghor, o governador da Guiné deslocou-se a Lisboa para delas dar conta ao chefe do Governo, já que a proposta do presidente do Senegal foi no sentido de patrocinar um encontro entre o general e Amílcar Cabral, líder do PAIGC. Caetano recusou e um dos argumentos que usou para justificar a decisão foi: «É preferível sair da Guiné com uma derrota militar honrosa do que com um acordo negociado com terroristas»⁷⁶. Haviam decorrido onze anos, mudara o presidente do Conselho e os nomes de alguns organismos salazaristas, porém, a matriz do pensamento oficial mantinha-se intacta.

A falta de perspectivas falou mais alto numa franja das FA, através de oficiais que nas várias frentes do conflito, mas também na Metrópole, se foram unindo em torno da ideia de salvaguardar o que restava do prestígio das FA, em desgaste acelerado perante a sociedade. Salgueiro Maia, que frequentou a Academia Militar entre 1964 e 1968, passou a sentir uma certa hostilidade por parte da restante comunidade estudantil, hostilidade que descreveu do seguinte modo: «Nós (os alunos da Academia Militar) éramos apupados nos campeonatos universitários, aconteciam sempre cenas de pancadaria, quer dizer: vivíamos numa situação de gueto e isso começou, de algum modo, a pôr-me dúvidas»⁷⁷. Era mais um reflexo do isolamento das FA face à Nação de que falava Vítor Alves, mas outros havia. A cada ano que passava, a Academia Militar

⁷⁵ João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa - O regresso das caravelas...*, p. 43.

⁷⁶ Marcelo Caetano, *Depoimento...*, p. 191.

⁷⁷ Fernando Assis Pacheco, «Retratos Falados», *O Jornal Ilustrado* de 29 de Abril a 5 de Maio de 1988.

apresentava menos candidatos a frequentá-la. No curso da arma de Infantaria de Vítor Alves, que terminou em 1957, houve 66 cadetes⁷⁸; no mesmo curso, mas de Marques Júnior, concluído em 1970, houve apenas 5 cadetes⁷⁹. Nos últimos anos, cerca de 25% dos recenseados eram refratários ou desertores⁸⁰. No fim da guerra, entre uns e outros, contavam-se cerca de 200 mil portugueses. Não obstante, os efetivos em África tinham de aumentar todos os anos. O crescente poderio dos movimentos de libertação assim o exigia. Na Guiné, por exemplo, em 1970, esse número era de 26765, em 1973 passara para cerca de 32 mil; em Moçambique, nos mesmos anos, a relação foi de 38712 para 51463, enquanto para Angola foi de 55233 para 65592⁸¹. É a partir de 1961, com o início da guerra em Angola, que o número de ingressos na Academia Militar decresce de forma considerável. De cerca de 550 nesse ano, chegou aos 100 em 1969. Em 1967, terminaram o curso 146 cadetes, mas em 1974 apenas 34 passaram a aspirante⁸². A uma necessidade de colocar mais efetivos no terreno, havia uma correspondência negativa do número de oficiais para os comandar.

Assim, quando se começou a falar do Congresso dos Combatentes, logo surgiram vozes dissonantes dispostas a fazerem-se ouvir. São conhecidos alguns dos nomes que desde a primeira hora estiveram envolvidos na redação e distribuição do abaixo-assinado: Ramalho Eanes, Hugo dos Santos, Carlos Fabião, Firmino Miguel, Dias de Lima, todos ligados ao general Spínola, por terem servido sob as suas ordens. A eles se juntaria, entre outros, Vasco Lourenço, que viria a ter um papel de destaque na mobilização das hostes para o trabalho de recolha de assinaturas⁸³. «E como era de uma terra próxima da do Eanes, este ficou de olho nele», adiantou Carlos Fabião⁸⁴. Na fuga ao protagonismo que o caracterizava, Vítor Alves limitou-se a afirmar ter sido mais um dos muitos que participaram no protesto, apondo a sua assinatura no documento⁸⁵. Contudo, Costa Brás, seu camarada no Curso Complementar do Estado-Maior, que então concluíam, foi bastante mais longe ao afirmar ter sido Vítor Alves «...dos mais

⁷⁸ Registo de Cadetes/Alunos por Cursos – Arquivo da Biblioteca e Museu da Academia Militar.

⁷⁹ Jorge Velasco Martins (foi professor deste curso) em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

⁸⁰ José Medeiros Ferreira, Portugal em Transe..., p. 20.

⁸¹ *Idem*, p. 83.

⁸² David Martelo, *A espada de dois gumes – As FA do Estado Novo (1925-1974)*. Mem Martins: Europa América, 1999, pp. 288-289.

⁸³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço - Do interior da Revolução*. Lisboa: Âncora Editora/Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 2009, p. 68.

⁸⁴ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução*. Lisboa: Público Edições, 1994, pp. 180-181.

⁸⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

entusiastas e desassombrados na contestação que transmiti (em representação dos alunos) ao diretor do Curso»⁸⁶. O sucesso alcançado animou não só quem esteve por trás das movimentações de contestação, mas também muitos outros que se limitaram a subscrever o documento. Os contactos não pararam por aí. Vasco Lourenço afirmou que, até à saída do decreto da discórdia, o nº 353/73, de 13 de Julho, andou a reunir-se e a conspirar com spinolistas, pessoas que lhe mereciam algumas reservas pela proximidade que tinham com o general, de quem nunca tivera boa impressão⁸⁷. Tinham contudo em comum, uma visão crítica da forma como o regime tratava a questão ultramarina.

No mundo laboral, devido ao agravamento da crise económica que fez disparar a inflação, agudizou-se o processo reivindicativo. Entre Outubro de 1973 e Abril do ano seguinte, cerca de 100 mil trabalhadores fizeram greve⁸⁸. «O regime caíra num impasse, sem respostas para fazer face à crise que se abria em todas estas frentes: as finanças, as FA, a guerra, a agitação social e política, o crescente isolamento internacional»⁸⁹ levava Marcelo Caetano, ainda que em privado, a lamentar-se: «Isto está tudo perdido. Os capitalistas traíram-me. A Igreja traiu-me. E o Champalimaud ainda patrocina o Spínola»⁹⁰.

Os decretos agregadores

A 13 de Julho foi publicado o célebre Decreto nº 353/73, que, não obstante tentar colmatar a crescente carência de oficiais subalternos nas frentes de guerra, se revelou desastroso para o regime. Procurava dotar o quadro com oficiais oriundos de milicianos, após frequentarem um curso de dois semestres na Academia. Num dos primeiros encontros do que viria a ser o MFA, Vasco Lourenço, com a sua intuição bem afinada, afirmou que ainda um dia teriam de erguer uma estátua a Horácio Sá Viana Rebelo, o então ministro da Defesa, por ter criado o decreto. Carlos Fabião elogiou o então capitão por ter compreendido desde logo as vantagens que os decretos poderiam trazer para a

⁸⁶ Manuel Costa Brás, «Carta a um amigo», *Referencial*, Outubro-Dezembro de 2010, p. 29.

⁸⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço - Do interior da Revolução...*, p. 68.

⁸⁸ Fernando Rosas (coordenador), *História de Portugal...*, p. 555.

⁸⁹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 26.

⁹⁰ José Freire Antunes, *Os americanos e Portugal (1969-1974), Nixon e Caetano...*, p. 344.

causa maior, que ambos perseguiam: «Puxou-me para o lado e disse-me que os decretos são a chave para o derrube do Estado Novo»⁹¹.

Se para os milicianos o decreto representava uma boa solução, para os ex-cadetes era uma afronta. No final desse mês de Julho já o assunto era debatido entusiasticamente nos quartéis, gerando a divisão entre oficiais em função da sua origem. Não tardaram os abaixo-assinados, com centenas de assinaturas e até pedidos de demissão, a inundarem as secretárias dos ministros da Defesa e do Exército⁹², situação que Otelo e Dinis de Almeida bem documentam nos títulos de que são autores. Também o historiador catalão Sánchez Cervelló, no seu *A Revolução Portuguesa...*, detalha as repercussões que os decretos tiveram nas Forças Armadas, tanto na Metrópole, como nas províncias ultramarinas onde havia guerra. Esta obra é particularmente interessante porque não se limita a dar conta das iniciativas dos antigos cadetes, fá-lo também relativamente aos oriundos de milicianos e vai traçando o percurso dos dois grupos até à aproximação, conseguida a 3 de Março de 1974, quando, numa reunião em que marcaram presença Vítor Alves, Vasco Lourenço e Hugo dos Santos, este lhes prometeu: «primeiro derruba-se o regime e depois, damos-lhes a nossa palavra de que o vosso problema será resolvido»⁹³. Porém, para que este entrosar de interesses se desse, Luís Nuno Rodrigues salientou o papel de Spínola, que, usando o ascendente que tinha sobre os oficiais oriundos de milicianos, aconselhou-os a irem entender-se com os camaradas da Academia. O mesmo investigador citou Maria Inácia Rezola, quando esta historiadora qualificou a atitude de Spínola como demonstrativa da sua «habilidade», ao interpretá-la como uma clara «tentativa de unificar o movimento de contestação»⁹⁴. Apesar de conseguido este acordo, o limar de arestas entre spinolistas e não spinolistas perdurou, mesmo depois da reunião de Cascais, em encontros restritos⁹⁵.

Na Metrópole, após os maiores que frequentavam o Instituto de Altos Estudos Militares terem tomado uma posição de contestação, o que aconteceu quatro dias após a saída do decreto, cerca de quinze dias depois, circulavam minutas dirigidas ao ministro a criticar a norma legal, onde bastava escrever o nome de quem se dispusesse a

⁹¹ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução*. Lisboa: Público Edições, 1994, p. 181.

⁹² Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes - O último marechal...*, p. 178.

⁹³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, pp.169-170.

⁹⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 245.

⁹⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola...*, p. 249.

manifestar o seu protesto⁹⁶. No Ultramar, foi Otelo Saraiva de Carvalho quem redigiu o primeiro documento de contestação⁹⁷, assinado a 21 de Agosto, em Bissau, na sequência de algumas reuniões clandestinas que contaram com a presença de dezenas de oficiais descontentes, não só com a situação profissional, mas também com o eternizar da guerra⁹⁸. Particularmente no aspeto político, era palpável o efeito das sementes deixadas pelo general Spínola, que, em Setembro de 1973, recusou a recondução no cargo de governador e comandante-chefe da Guiné⁹⁹.

A onda contestatária levou o Governo a dar meio passo atrás ao fazer sair o Decreto nº 409/73, de Agosto, afastando os oficiais superiores dos problemas gerados pelo decreto anterior. Logo, em termos individuais, o major Vítor Alves deixava de ser afetado pela recente legislação, contudo, aderiria ao Movimento em finais de Setembro e, nas palavras de José Freire Antunes, «tornou-se o principal aglutinador dos “políticos” do MFA»¹⁰⁰. Porém, para os capitães e oficiais subalternos, a situação desfavorável mantinha-se. Estavam reunidos os condimentos para um grande encontro de contestação, que ocorreu em Alcáçovas. Para alguns dos organizadores, as questões profissionais eram apenas o chamariz, porque eram animados por outros e mais altos voos. A verdade é que, quem geriu todo este processo fê-lo com saber, já que, mesmo após a suspensão dos decretos, que ocorreu a 12 de Outubro¹⁰¹, o Movimento continuou a ganhar dinamismo. A razão pode ser encontrada no subtil, porque paulatino, crescimento da componente política. As carreiras deixaram de ser um problema para os antigos cadetes, embora a questão profissional nunca deixasse de estar presente, atendendo à preocupação com o prestígio das FA, mas este era um problema exclusivamente político, porque estava agregado à continuação da guerra. A saída de cena de alguns militares que estavam na contestação por razões meramente corporativas, de que é exemplo Mariz Fernandes¹⁰², e a entrada de outros com objetivos

⁹⁶ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, pp. 154-155.

⁹⁷ Otelo Saraiva de Carvalho em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

⁹⁸ *Idem*, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, pp. 127-133.

⁹⁹ Maria Inácia Rezola, *António de Spínola in Fotobiografias Século XX* (Direção de Joaquim Vieira). Lisboa: Temas e Debates, 2004, p. 101-109.

¹⁰⁰ José Freire Antunes, *Os americanos e Portugal (1969-1974), Nixon e Caetano...*, p. 346.

¹⁰¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, p. 158.

¹⁰² «Missão cumprida!» terá proferido aquando dos aumentos salariais de Dezembro de 1973, segundo Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

mais nobres, de que Vítor Alves é um bom exemplo, contribuiu para a transição do Movimento, que, nas palavras de Fernando Rosas, «continua por si e politiza-se»¹⁰³.

Da reivindicação profissional à politização do Movimento

A origem e desenvolvimento do MFA mereceram, ao longo dos anos, a atenção de muitos autores, particularmente entre os militares, protagonistas da História. Das obras que abordam o tema, Vítor Alves dava preferência a *Alvorada em Abril*, argumentando ser a mais fidedigna em termos factuais. Justificou a sua afirmação com o facto de Otelos se fazer acompanhar sempre por um caderno de apontamentos, «o livro da mercearia» como era conhecido entre os camaradas, e nele ia registando o que acontecia no decurso dos diversos encontros¹⁰⁴. Também Luís Ataíde Banazol, Dinis de Almeida, Sousa e Castro, David Martelo, entre outros, se debruçaram sobre esta temática e, noutra área profissional, merece registo o trabalho do trio de jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso. A entrevista biográfica de Vasco Lourenço a Maria Manuela Cruzeiro, publicada em 2009, parece-nos, igualmente, um ótimo documento pelo detalhe, uma vez que o entrevistado esteve na génese do Movimento e, com a exceção do período em que permaneceu recluso na Trafaria, e depois, com a sua colocação nos Açores, portanto, entre 9 de Março e 29 de Abril, acompanhou de perto ou, mesmo por dentro, todos os acontecimentos, devido à capacidade de iniciativa e ao carisma que caracterizam este capitão de Abril. Assim, face à extensa panóplia de obras existentes, limitar-nos-emos a abordar os passos que consideramos essenciais no percurso do MFA até ao 25 de Abril.

Das muitas reuniões clandestinas levadas a cabo, pela importância do que lá foi decidido, Vítor Alves elegeu três: a de São Pedro do Estoril, a 24 de Novembro de 1973, onde se preparou a agenda para a reunião de Óbidos, que considerou estruturante para o Movimento, realizada a 1 de Dezembro e, por fim, a de Cascais, a 5 de Março¹⁰⁵. Contudo, para que estes encontros se dessem, como acrescentou, foi essencial a reunião de Alcáçovas, onde ele não marcou presença, já que, nas suas palavras «(...) era coisa de capitães»¹⁰⁶ querendo significar que o encontro esteve ligado a questões corporativas,

¹⁰³ Fernando Rosas (coordenador), *Estado Novo in História de Portugal...*, p. 557.

¹⁰⁴ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

¹⁰⁵ Vítor Alves in Joana Pontes *et al.*, *A Hora da Liberdade...*, pp. 66-67.

¹⁰⁶ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

associadas aos decretos, de que ele, oficial superior, ficara liberto com a publicação do 409/73.

Vítor Alves aderiu ao Movimento ao marcar presença, em 24 de Setembro de 1973, em casa do major Mendonça Frazão, em Oeiras. Sanches Osório foi o responsável por esta aproximação. Já anteriormente fizera outras tentativas para o levar, mas «eu fui esperando e dizendo, por estratégia cautelar» que nada queria com a política. Pretendia conhecer melhor as reais motivações das cabeças pensantes do Movimento, para então decidir¹⁰⁷. No livro que o major de Engenharia escreveu em Espanha, onde se exilou na sequência do 11 de Março, quando os azedumes estavam mais assanhados, referiu-se a este episódio dizendo que Vítor Alves temia que o movimento redundasse exclusivamente em aspetos políticos, acrescentando que teve de lhe garantir que não havia nada de político, mas sim de reivindicações profissionais. Só então ele aceitou comparecer¹⁰⁸. Os meses seguintes provariam que, independentemente da argumentação que Vítor Alves tivesse usado, o que ia no seu espírito não se prendia a questões profissionais. Com 37 anos de idade tinha quatro comissões em África, um trajeto sem mácula, o Curso Complementar do Estado-Maior, vários louvores e condecorações, nada lhe faltava para prosseguir o brilhantismo da carreira e com facilidade chegar ao generalato, como ele próprio reconheceu na entrevista que concedeu ao autor, reafirmando-o a Maria Manuela Cruzeiro. Sobre as cautelas que então tomou, não podemos ignorar o ser racional que era, bem como o facto de ser casado com uma filha do CEMA, almirante Ferreira de Almeida. Tudo o que pudesse fazer a este nível, não deixaria de perigar a alta posição ocupada pelo familiar. Na mesma obra, mais adiante, Sanches Osório classifica Vítor Alves como um «homem extraordinariamente ativo», que passou a dedicar-se com grande entusiasmo ao Movimento, considerando-o uma peça fundamental no planeamento e na condução da Comissão Coordenadora¹⁰⁹.

Nesse primeiro encontro conspirativo, Vítor Alves registou agradavelmente uma conversa que manteve com Vasco Lourenço que o deixou desperto e motivado para o que, daquele grupo, poderia sair. Ficou com a nítida convicção de que aquele capitão, que mais tarde qualificaria como «um touro de vontade» por nos primeiros tempos ter sido o principal impulsionador do Movimento, pois «andava com os outros às

¹⁰⁷ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

¹⁰⁸ Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1975, p. 21.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 22-23.

costas»¹¹⁰, também não estava preocupado com questões profissionais, servindo-se delas, contudo, para arregimentar camaradas a fim de poder organizar um golpe e derrubar o regime. O episódio que terá convencido definitivamente o então major, foi referido pelo próprio Vasco Lourenço a Maria Manuela Cruzeiro. Quando, a dado momento, os dois se encontraram mais ou menos a sós, o capitão afirmou-lhe: «Andamos para aqui com abaixo-assinados... Temos é que pensar em fazer um golpe de Estado»¹¹¹. Neste mesmo encontro, uma outra afirmação que ia no mesmo sentido, foi registada. Fê-la Carlos Fabião quando se despediu: «Quando for preciso pegar numa espingarda avisem-me, que eu não estou para aturar isto»¹¹².

A primeira reunião considerada por Vítor Alves como «a sério» ocorreu a 6 de Outubro. Aí foram discutidas quatro hipóteses de intervenção, sendo que uma delas já previa o uso da força. Sentiu, porém, e lamentou, que a motivação reinante ainda fosse fortemente corporativista¹¹³. Em S. Pedro do Estoril, a 24 de Novembro, «na mesa, três homens decisivos, o major Vítor Alves, o major Hugo dos Santos e o capitão Vasco Lourenço»¹¹⁴. Aqui, a hipótese do derrube do Governo foi colocada de forma aberta pelo tenente-coronel Luís Banazol, que se estreava em encontros do Movimento. A sua intervenção agitou as hostes, reproduzindo-se a seguinte passagem, referente à parte final do discurso: «E nós homens de armas? É uma vergonha. Devemo-nos sentir envergonhados. É bem feito que nos humilhem e nos olhem com rancor. Somos a armadura da bestialidade e o bastião da brutalidade. Não tenhamos ilusões: o governo só sai a tiro, e os únicos capazes de o fazer sair somos nós; mais ninguém»¹¹⁵. A reação efusiva dos presentes levou Vítor Alves, na sua voz «bem timbrada»¹¹⁶, a tentar serenar os ânimos: «Meus senhores, sejamos realistas»¹¹⁷. Temeu que as palavras do tenente-coronel assustassem muitos dos presentes e gerassem uma debandada. No entanto, segundo Vasco Lourenço, essas palavras tiveram uma influência decisiva nos muitos alferes, tenentes e capitães que ali se encontravam, dada a patente de quem as proferira, bem como a determinação usada. Dinis de Almeida descreveu a reunião com detalhe e

¹¹⁰ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

¹¹¹ Vasco Lourenço in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 97.

¹¹² Citado por Vasco Lourenço in Joana Pontes *et al.*, *A Hora da Liberdade...*, p. 55.

¹¹³ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

¹¹⁴ Tenente-coronel Luís Ataíde Banazol, *A Origem do Movimento das Forças Armadas*. Lisboa: Prelo Editora, 1974, p. 18.

¹¹⁵ Tenente-coronel Luís Ataíde Banazol, *A Origem do Movimento das Forças Armadas...*, pp. 21-22.

¹¹⁶ *Idem*, p. 19.

¹¹⁷ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, p. 163.

deu conta da intervenção emotiva do tenente-coronel, bem como das reações geradas, levando o então capitão do RAL1 a registar a sua impressão: «deixou as paredes da sala a vibrar»¹¹⁸. Este facto teve muita força e marcou um ponto de viragem; deixou muita dessa gente jovem a pensar seriamente na possibilidade de partirem para algo mais radical: o golpe de Estado¹¹⁹. Esta reunião foi a primeira em que, abertamente, não se abordaram unicamente questões laborais. Além da «bomba» lançada pelo tenente-coronel Banazol, discutiu-se ainda a guerra colonial. Serviu também para a preparação da reunião de Óbidos, que teria lugar a 1 de Dezembro, ficando Vítor Alves encarregue pela preparação da agenda, enquanto a logística ficaria a cargo de Vasco Lourenço e Otelo¹²⁰.

Em Óbidos, entre presentes e representados, foram cerca de seis centenas de oficiais a validar as decisões ali tomadas. Vasco Lourenço, Vítor Alves e Fisher Lopes Pires dirigiram os trabalhos. O Movimento de Oficiais das Forças Armadas, ou MOFA, que ali nasceu, passou a ter uma estrutura dirigente, já que foi eleita a primeira Comissão Coordenadora, de que Vítor Alves fez parte, em representação da arma de Infantaria e em substituição de Hugo dos Santos que fora, entretanto, nomeado para uma nova comissão de serviço em África. Também aqui foram eleitos os generais que deviam ser contactados para assumir a liderança do Movimento. Venceu Costa Gomes por larga margem, surgindo depois António de Spínola.

Em Novembro de 1973 ocorrera, entretanto, uma remodelação governamental. A nova equipa que passou a tutelar as FA, com Silva Cunha na Defesa Nacional, o único ministro em exercício a quem Salazar dera posse, entrou com um objetivo: pacificar. Os decretos da instabilidade haviam sido suspensos em Outubro, mas em 21 de Dezembro, o DL nº 685/73¹²¹, que regulava a situação dos oficiais do quadro permanente oriundos do quadro de complemento, pôs um ponto final na questão. No entanto, o poder político foi mais longe, ao aumentar substancialmente os salários dos militares no final de Dezembro, sendo a classe de capitães a mais beneficiada em termos percentuais¹²²,

¹¹⁸ Dinis de Almeida, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Edição de autor, 1977, p. 207.

¹¹⁹ Vasco Lourenço in Joana Pontes *et al.*, *A Hora da Liberdade...*, p. 51.

¹²⁰ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹²¹ João Morais e Luís Violante, *Contributos para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p. 240.

¹²² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 94.

talvez por haver a noção de que representava «o núcleo do protesto»¹²³. Estas novas realidades criaram sérias dificuldades ao Movimento, já que geraram algumas deserções. Mariz Fernandes e Fontoura protagonizaram duas delas após os aumentos. Para tentar estancar as hemorragias, o trio diretivo da Comissão Coordenadora, eleito na reunião de 5 de Dezembro, na Costa de Caparica, de que Vítor Alves fazia parte com Otelo e Vasco Lourenço, optou por lavrar e distribuir algumas circulares, onde a tónica ia no sentido de desvalorizar os aumentos em prol do que devia ser considerado o mais importante para todos: o prestígio e a dignificação das carreiras e da condição militar, salientando o papel de joguetes que o regime queria fazer das Forças Armadas, face à iminência da derrota militar em África. Esta estrutura de pensamento foi condensada numa frase de ordem: «O problema não é de vencimentos, mas de dignidade»¹²⁴.

Na reunião de 5 de Março, em Cascais, foi aprovado o documento *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* (Anexo VII), que pretendia ser um manifesto contra a guerra, pela dignificação das FA e agregação dos militares em torno do Movimento. Apesar da evolução de todo o processo, ainda surgiram questões corporativas levantadas pelo capitão Varela, oriundo de miliciano. De novo, Vítor Alves assumiu a condução da reunião, como fizera sempre, em conjunto com os outros camaradas da direção da Coordenadora, só que desta feita perdeu as estribeiras e abandonou a mesa, vociferando: «Não aguento mais! Acabou, não vos aturo mais»¹²⁵. Foi substituído por Vasco Lourenço, que também acabou por ceder, para, por fim, Pinto Soares tomar o lugar de moderador e conseguir conduzir o encontro com sucesso. A razão para o desnorte de Vítor Alves prendeu-se com a posição extremada assumida pelo capitão Seabra, da Força Aérea, que, não obstante ter anuído, em reuniões anteriores, aos argumentos do major encarregado de burilar e fazer aprovar as linhas orientadoras pelo maior número possível de oficiais, em Cascais «deu uma volta completa»¹²⁶, parecendo querer regressar praticamente ao ponto zero da discussão. Estava muito presente o livro de Spínola e o que ele preconizava para o problema ultramarino, pelo que, alguns dos seus

¹²³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, p. 164.

¹²⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹²⁵ Citado por Vasco Lourenço in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 172.

¹²⁶ Vítor Alves in Joana Pontes *et al.*, *A Hora da Liberdade...*, p. 70.

mais arreigados apoiantes teimavam em segui-lo. Ainda assim, o documento foi aprovado por 112 dos 194 oficiais presentes¹²⁷.

A partir de Cascais, uma sucessão de acontecimentos levou a enormes alterações no seio do Movimento. No dia 9 de Março dá-se a detenção de vários elementos da CC, entre os quais Vasco Lourenço, que após a reclusão por alguns dias na Trafaria, acabaria por ser destacado para os Açores, ficando a direção reduzida a Vítor Alves e Otelo. Dia 23, Melo Antunes foi ao seu encontro, ainda que em resposta a um requerimento por si elaborado em data anterior à da sua adesão ao Movimento. Antes, porém, ocorrera a cerimónia alcunhada pelos contestatários de «brigada do reumático», que levou à demissão de Costa Gomes e de Spínola por falta de comparência. Estas demissões conduziram à saída em falso da coluna do Regimento das Caldas da Rainha, a 16 de Março, fracasso que contribuirá para fazer acelerar uma outra ação militar, que faria história 40 dias depois. Após o encontro de Cascais, ocorreu apenas mais uma reunião geral da CC, embora alargada a outros elementos. Aconteceu a 24 de Março na casa do capitão Candeias Valente, em Oeiras, onde foi decidido que a ação a desencadear para pôr fim ao regime teria no comando operacional, Otelo, enquanto Vítor Alves lideraria a equipa política, pontificando, neste âmbito, a urgência da aprovação de um programa político. Por razões de segurança, todos os encontros subsequentes até 25 de Abril, quer no campo político, quer operacional, foram restritos a pequenos grupos.

Será curioso analisar comparativamente algumas passagens do documento político aprovado em Cascais com as preocupações que Vítor Alves manifestara nas Conclusões do seu trabalho de fim do Curso de Estado-Maior, elaborado um ano antes. No Documento pode ler-se: «(...) as FA aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável, não só, pelo impasse africano, como da crise económica, social e moral.» Era a confirmação do «bode expiatório» a que Vítor Alves se referira. Mais adiante: «(...) o prestígio dos militares (de que Vítor Alves já afirmara estarem necessitados) só será alcançado quando as FA se identificarem com a Nação». No seu trabalho, o major pugnou pela integração das FA na Nação, em detrimento do Estado, onde considerou estarem inseridas. Numa outra passagem: «(...) o maior problema do Povo Português, e que em larga medida condiciona todos os outros, é, neste momento, o

¹²⁷ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução...*, pp. 47-49.

da guerra (...)»¹²⁸. Na sua tese, Vítor Alves concluiu que, independentemente das soluções que fossem encontradas (identificou duas: a criação de uma Comunidade Lusófona ou a independência dos territórios africanos), a guerra era insustentável num «futuro imprevisível», ligando o conflito à pobreza do País, devido a um «precário desenvolvimento industrial, estagnação da agricultura e, como resultante, a emigração desenfreada»¹²⁹.

O livro gota de água

Os graves factos ocorridos em Moçambique em Janeiro de 1974, com os colonos a manifestarem-se contra as FA na cidade da Beira, acabaram por servir os interesses do Movimento. A ideia presente no espírito de Vítor Alves, bem como no campo dos contestatários, de uma forma geral, de que se aprofundava o fosso entre o povo português e as FA, por desprestígio destas, tinha em Moçambique uma demonstração que não podia ser desperdiçada. A 23 de Janeiro, o Movimento divulgou a circular nº 1/74 onde se narravam os factos, dando ênfase ao contínuo descrédito das FA¹³⁰.

Este problema levou Costa Gomes a deslocar-se a Moçambique. Mais tarde, o general consideraria que os colonos não tinham a menor consideração pelas FA, sendo que «Em Nampula eram mesmo hostilizadas»¹³¹. Ao deixar Lisboa, a 17 de Janeiro, levou consigo o livro de António de Spínola, *Portugal e o Futuro*. Como superior hierárquico do autor, competia-lhe autorizar a publicação. A 11 de Fevereiro, já na Metrópole, o CEMGFA proferiu um despacho favorável, submetendo-o ao Ministro da Defesa com o qualificativo de «brilhante serviço prestado ao País»¹³². Silva Cunha, antes de autorizar a publicação, inquieto, foi falar com Caetano e só quando este o tranquilizou, despachou favoravelmente, ainda assim ressalvando que não lera a obra¹³³.

Marcelo Caetano só leu o livro a 20 de Fevereiro, pela madrugada adentro e, ao fechá-lo, concluiu que o golpe, há muito pressentido, era então inevitável. «O livro não era uma tese, mas um manifesto (...) sob o nome de Spínola, pelo Estado-Maior

¹²⁸ Fragmentos do documento *O Movimento, as FA e a Nação*, extraídos de José Medeiros Ferreira, *Portugal em transe*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 23.

¹²⁹ Excertos do trabalho de Vítor Alves de fim do Curso Complementar de Estado-Maior – IAEM.

¹³⁰ Otel Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, pp. 194-195.

¹³¹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, p. 196.

¹³² Marcelo Caetano, *Depoimento...*, p. 194.

¹³³ *Idem*, p. 195.

General e traduzia a intenção de um golpe de Estado»¹³⁴. Caetano convocou para sua casa, Costa Gomes e Spínola, que compareceram fardados, e propôs-lhes que fossem ao encontro do Presidente da República e reivindicassem o poder em nome das suas ideias e do sentimento das FA. Os generais recusaram fazê-lo e, no dia seguinte, o livro era posto à venda. No *Expresso* do dia 23, *Portugal e o Futuro* mereceu um enorme destaque, com o sublinhar das passagens mais marcantes e que iam ao arrepio do pensamento oficial. Nada mais foi preciso para que o livro se tornasse num acontecimento nacional, com vendas a ultrapassarem as duas centenas de milhares de exemplares em poucas semanas. Foi «talvez, o maior terramoto político em Portugal desde a campanha de Humberto Delgado»¹³⁵. Caetano tinha razão, *Portugal e o Futuro* foi a gota de água que ditou o fim do regime, porque, além da alta posição que o autor ocupava nas FA, quebrou um dos princípios basilares do Estado Novo: «A Pátria não se discute, defende-se», daí toda a agitação que vai gerar¹³⁶.

A 28 de Fevereiro, Marcelo Caetano foi a Belém apresentar a demissão. Entendia que só a nomeação de um novo Executivo, sem responsabilidades na situação, poderia ultrapassar o melindre. Porém, Américo Tomás não foi sensível aos argumentos e reiterou-lhe a confiança¹³⁷. Caetano foi então em busca do apoio possível, o político e o militar. Discursou na Assembleia Nacional a 5 de Março, e Vasco Pulido Valente fez do evento a seguinte leitura: «Ele fingiu que falava a verdadeiros deputados e pôs-lhes a questão da confiança. Os deputados fingiram que tinham um verdadeiro mandato e deram-lha»¹³⁸. Procurou depois o apoio militar e mandou reunir os generais disponíveis para que estes assegurassem que as FA não tinham política própria para o Ultramar e que se submetiam à do Governo. Foi a 14 de Março que se deu a famosa «brigada do reumático», cerimónia transmitida em direto pela televisão por vontade do chefe do Governo. Dadas as ausências de Costa Gomes e Spínola, tocou ao chefe de Estado-Maior mais antigo, general Paiva Brandão, ler a mensagem que Caetano desejava ouvir, findo o que, respondeu com um discurso intitulado «As FA têm a política da Nação»¹³⁹.

¹³⁴ *Idem*, p. 196.

¹³⁵ Maria Inácia Rezola, *António de Spínola in Fotobiografias Século XX...*, p. 113.

¹³⁶ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 21.

¹³⁷ Marcelo Caetano, *Depoimento...*, p. 197.

¹³⁸ Vasco Pulido Valente, *Marcelo Caetano – As desventuras da razão...*, p. 135.

¹³⁹ João Morais e Luís Violante, *Contributos para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p. 245.

Apesar dos apoios, político e militar, os apoios possíveis, os dados estavam lançados, não era possível interromper a contagem decrescente para o fim do regime.

16 de Março

«Como é que te foste meter numa coisa destas?»¹⁴⁰. Perguntou Vítor Alves a Otelo Saraiva de Carvalho, nas primeiras horas de 16 de Março de 1974, quando as tropas do RI5 das Caldas da Rainha seguiam a caminho de Lisboa. Na verdade, Otelo tinha alguma dificuldade em não alinhar naquela movimentação militar, mesmo contra o parecer dos seus camaradas do Movimento, designadamente os integrantes da Comissão Coordenadora, concretamente Vítor Alves, que insistiu em afirmar: «Eu não entro em cobiadas» ou, noutras ocasiões: «Não gosto de travar batalhas perdidas»¹⁴¹. O seu pragmatismo levava-o a considerar a iniciativa uma aventura que só poderia trazer consequências gravosas para quem nela participasse, podendo até prejudicar a estratégia do Movimento, além de que não acreditava em golpes militares sem o suporte de um programa político, e aquele não o tinha.

Para Manuel Monge, um dos spinolistas mais em evidência no 16 de Março, este levantamento foi uma «explosão de revolta»¹⁴² devido às demissões de Costa Gomes e de Spínola. Logo, em sua opinião, não foi a «antecipação» ao MFA, apregoada por alguns oficiais do núcleo duro do Movimento, nem a «rasteira» do MFA¹⁴³ de que falam alguns spinolistas. O carisma do general Spínola fez com que, particularmente na sua última missão no Ultramar, como Governador da Guiné, arregimentasse um grupo de apoiantes entre os oficiais que com ele serviram, dando origem ao que alguns chamaram «o espírito de Bissau»¹⁴⁴. É o núcleo duro deste grupo que se vai pôr em campo e mobilizar esforços para responder ao poder instituído da forma como era capaz: com armas. Otelo, não sendo um spinolista, pertencera ao Estado-Maior de Spínola, em Bissau, e aí criara laços com os mais incondicionais do general: Manuel Monge, Casanova Ferreira, Almeida Bruno, António Ramos, entre outros.

Quando o fracasso ficou garantido, Vítor Alves procurou tranquilizar Otelo: «Aquilo afundou, mas tu voltas ao teu posto», para de seguida acrescentar: «O Melo

¹⁴⁰ Vítor Alves em entrevista a *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004...

¹⁴¹ António Brotas em entrevista ao autor, Lisboa, 2014.

¹⁴² Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 244.

¹⁴³ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 245.

¹⁴⁴ Manuel A. Bernardo, *Marcelo e Spínola, a ruptura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 227.

Antunes está pelos cabelos, quer saltar do Movimento, tens de ir explicar-lhe o que houve». Marcaram então encontro no café Londres, para dia 18, e, nessa noite, após o relato dos factos, Otelo procurou serenar o major artilheiro: «Aconteceu, mas não vai acontecer outra vez, de certeza absoluta»¹⁴⁵. Alguns dos militares envolvidos no 16 de Março, sublinharam a importância desta ação na preparação e sucesso do 25 de Abril, acrescentando mesmo que, sem um, não teria sido possível o outro. Fernando Rosas chamou-lhe «o ensaio geral, o afinador do golpe militar de 25 de Abri»¹⁴⁶. O levantamento das Caldas teve também o mérito de acelerar o golpe vencedor. Era preciso agir, havia camaradas presos e o dever de os libertar, além de que existia um forte receio de que as detenções não se cingissem aos diretamente envolvidos na sublevação fracassada. Na cúpula das FA já não podiam contar com o beneplácito de Costa Gomes ou de Spínola; Vasco Lourenço estava nos Açores, Melo Antunes para lá seguiria na madrugada de 23 de Março. Era necessário agir depressa.

Tendo em conta a consideração profissional que tinha por alguns dos implicados, Vítor Alves defendeu que o 16 de Março foi uma «descolagem», coisa de «corações que palpitam», uma ação de «espontâneos que resolveram saltar para a arena»¹⁴⁷, tudo quanto o ser racional e pragmático do major rejeitava. Confidenciaria que após a saída das Caldas «tivemos dificuldades para juntar de novo o rebanho. Estivemos longos dias sozinhos, Otelo e eu»¹⁴⁸. Um dos estratagemas usados para agregar, tentando minimizar os estragos, foi a divulgação da circular 2/74,¹⁴⁹. Foi elaborada por Vítor Alves e Otelo a 18 de Março, e pretendeu passar a mensagem de que os últimos acontecimentos políticos e militares haviam reforçado o Movimento. No documento, manifestaram solidariedade com os camaradas detidos, e apelaram à coesão e criação de estruturas para que, em breve, os objetivos não atingidos pelo RI5 fossem alcançados¹⁵⁰.

Razão tinha o subinspetor Sérgio Pereira, da DGS de Coimbra, quando, a 18 de Março, num relatório de situação, escreveu que a sublevação teve «grande repercussão no espírito das populações», para, premonitório, acrescentar: «é voz corrente (que) o

¹⁴⁵ Vítor Alves em entrevista a *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004...

¹⁴⁶ Fernando Rosas (coordenador), *Estado Novo in História de Portugal...*, p. 558.

¹⁴⁷ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

¹⁴⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa...*, p. 173.

¹⁴⁹ Coronel Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 91.

¹⁵⁰ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, pp. 289-292.

Exército está virado para a política do general Spínola e se não vingou desta, vingará doutra vez, porque tem o apoio das populações»¹⁵¹.

Um pequeno artigo na capa da última edição clandestina do jornal *Avante*, já de Abril de 1974, faz referência à crescente mobilização dos militares contra a situação, materializada no levantamento do Regimento das Caldas da Rainha, e à última «Conversa em Família»¹⁵² do presidente do Conselho, a 28 de Março, em que procurou desvalorizar o ato militar, explicando-o como a «irreflexão e talvez ingenuidade de alguns jovens oficiais...». O incógnito articulista acusou Marcelo Caetano de minimizar também o clima antiguerra que se fazia sentir no seio das FA, assim como de ignorar os muitos militares presos na sequência do 16 de Março, referindo os nomes de Almeida Bruno «condecorado há menos de um ano com a Torre e Espada», Manuel Monge, Pinto Soares, Vasco Lourenço e, estranhe-se, o «capitão Vítor Alves»¹⁵³.

O Programa

Fruto dos muitos consensos que foi necessário obter, Vítor Alves considerava que o Programa do MFA padecia de «um pecado original, uma certa ambiguidade de propósitos políticos»¹⁵⁴. Ainda assim, o 25 de Abril podia ter sido apenas mais um golpe de Estado como muitos outros, se no seio dos conspiradores não houvesse quem pugnassem pela sua elaboração. Segundo Otelo, a necessidade de uma definição política surgiu em Janeiro de 1974, numa altura em que o Movimento atravessava uma fase de alguma dormência. A 26 desse mês, foi dado a conhecer o primeiro texto que pretendia ser uma proposta de introdução ao «documento-programa», a elaborar e a apresentar aos três ramos das Forças Armadas, após a sua aceitação por parte da CC. Apesar de ter sido aprovado na generalidade, foi reconhecido que padecia de uma lacuna grave: era omissa quanto aos objetivos a alcançar, um aspeto considerado fundamental¹⁵⁵.

A dia 5 de Fevereiro, realizou-se uma reunião em casa do coronel Marcelino Marques, nos Olivais, que, a par de Vasco Gonçalves, era o único coronel alinhado com o Movimento. Foi aqui que compareceram, pela primeira vez, personalidades que viriam a ter relevantíssimos desempenhos no 25 de Abril e nos tempos revolucionários

¹⁵¹ José Pedro Castanheira e José Vegar in «Os generais e a PIDE», *Expresso*, 25 de Abril de 1997, p. 58.

¹⁵² Série de comunicações ao País, levadas a cabo por Marcelo Caetano, por através da RTP.

¹⁵³ Autor desconhecido, «Aliar à luta antifascista os patriotas das FA», *Avante*, Abril de 1974.

¹⁵⁴ Vítor Alves, entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹⁵⁵ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, p. 206.

que lhe seguiram: Melo Antunes, Costa Brás e Garcia dos Santos¹⁵⁶. Após uma retrospectiva histórica do Movimento, Vítor Alves expôs as finalidades que se pretendiam alcançar com o então chamado programa-base: 1) Agregar o Movimento, visando ultrapassar a fase de menor dinâmica que vivia; 2) Conhecer a sua força real na Metrópole e no Ultramar; 3) Definir o Programa do Movimento, mostrando às instâncias políticas quais as aspirações dos oficiais das Forças Armadas e os motivos que os levavam a manter-se unidos.

No decurso da reunião, apontadas algumas lacunas insanáveis ao documento existente, foi eleita uma comissão com o objetivo de dar corpo às linhas programáticas expostas por Vítor Alves, formada por Melo Antunes, Sousa e Castro, Costa Brás e José Maria Azevedo¹⁵⁷. Marcelino Marques, referindo-se à situação que Portugal vivia, afirmou: «por muito menos que isto se fez o 28 de Maio. (...) Temos obrigação de fazer um novo 28 de Maio»¹⁵⁸. Meses antes, quando Kaúlza convidou Spínola a participar num golpe com o objetivo de derrubar o Governo, também este terá respondido: «quando eu quiser fazer o meu 28 de Maio, faço-o»¹⁵⁹. A sublevação que ditou o fim da Primeira República era a grande referência para estas gerações de militares. No entanto, devido à falta de projeto político, a ditadura militar implantada pelos vencedores de 1926, acabou por redundar em ditadura civil, suportada pelas FA, a quem ficou reservado o lugar da Presidência da República. A verdade é que perdurou quase meio século, grande parte dele na forma do regime que Salazar moldou. Este sim, com um projeto estruturado, que acabou por aplicar, dada a falta de projeto político saído dos revoltosos.

Também Vítor Alves se serviu do 28 de Maio, mas como exemplo negativo, referindo: «embora os militares soubessem o que não queriam, não sabiam o que queriam»¹⁶⁰, situação que ele não desejava ver repetida. A lição da História levava o major Alves a preocupar-se com o dia seguinte ao do golpe militar: «Não podíamos avançar para nada sem um programa»¹⁶¹. Isso implicava não só encontrar as ideias, a estrutura e as palavras certas, mas também congregar à volta do documento o maior

¹⁵⁶ Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço – No interior da Revolução..., pp. 151, 152.

¹⁵⁷ Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, pp. 211-212.

¹⁵⁸ Otelio Saraiva de Carvalho, *Cinco Meses Mudaram Portugal*. Lisboa: Portugália Editora, 1975, p. 85.

¹⁵⁹ Joaquim Furtado, «A Guerra» IV série documental, RTP 1,12 de Abril de 2013.

¹⁶⁰ Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal...*, pp. 115-116.

¹⁶¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

número possível de elementos das FA. «Um trabalho de grande engenharia» assim definiu Vítor Alves a tarefa que o esperava¹⁶².

Com as ideias para o programa já assentes e a comissão nomeada para as trabalhar, surgiu *Portugal e o Futuro*, que teve o efeito de um cataclismo na sociedade portuguesa, abalando fortemente as estruturas do regime. Também ao nível do Movimento dos Capitães o forte impacto se fez sentir. Os spinolistas passaram a defender que os conspiradores podiam dispensar o programa, já que a novidade literária respondia a essa necessidade. Após algumas hesitações, a CC acabou por decidir levar avante o projeto que havia delineado: criar um programa político próprio. No entanto, e segundo a investigadora Maria Inácia Rezola, o livro condicionou os mais radicais, que passaram a ver-se na contingência de moderar os ímpetos. «Spínola comprometeu o protagonismo dos “capitães”» e, citando Otelo, no seu *Alvorada em Abril*, «ninguém, mais tarde, deixaria de considerar Spínola o verdadeiro cérebro do Movimento e a sua obra, o farol de luz vivíssima...» que indicaria o caminho a seguir¹⁶³.

Na sequência da aprovação de *O Movimento, as FA e a Nação*, em Cascais, emergiram alguns sinais de divisão, com os spinolistas a levantarem dificuldades à aprovação do documento. Várias dezenas de oficiais acabaram por o rejeitar, ainda que alguns spinolistas bem conhecidos o tenham aprovado, como foram os casos de Manuel Monge, Armando Marques Ramos e Sanches Osório¹⁶⁴.

Melo Antunes era reconhecido pelos seus camaradas conspiradores como o melhor preparado em termos de doutrina política. «A espinha dorsal dos documentos era dele»¹⁶⁵, reconheceu Vítor Alves, e a do Programa não fugiu à regra. Contudo, pelas declarações prestadas por alguns dos seus camaradas, designadamente Otelo, foi Vítor Alves o mais determinado a que o Movimento se guiasse por uma cartilha política própria. O passo decisivo para a elaboração do que viria ser o Programa do MFA, foi dado na noite de 18 de Março de 1974, aquando do encontro na Praça de Londres, em Lisboa, entre Melo Antunes, Vítor Alves e Otelo, por força da saída em falso do regimento das Caldas da Rainha. Segundo Otelo, na sequência do seu reiterar de que na próxima vez não haveria falhas, Vítor Alves reagiu dizendo: «Para isso precisamos de

¹⁶² Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹⁶³ Maria Inácia Rezola, *António de Spínola in Fotobiografias Século XX...*, p. 106.

¹⁶⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola...*, p. 249.

¹⁶⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

um programa político» e, dirigindo-se a Melo Antunes, lançou-lhe o desafio: «Podias encarregar-te de elaborar as bases programáticas». Muitos anos antes de citar o camarada neste contexto, já o discurso de Otelo ia no sentido de atribuir a Vítor Alves o maior dos empenhos na conceção de um guia programático para o Movimento. Escreveu-o no seu *Alvorada em Abril*: «Vítor Alves não deixava de insistir com Melo Antunes para a rápida elaboração de um programa político»¹⁶⁶.

Naquela noite de Março, Ernesto Melo Antunes comprometeu-se em avançar com a escrita. A sua partida para os Açores, onde havia sido colocado em resposta a um pedido que fizera há largos meses, antes de se envolver no Movimento, conferia foros de alguma emergência a esta tarefa¹⁶⁷. Ficou decidido que o programa se basearia no documento aprovado em Cascais, embora devesse clarificar «o sentido político e pormenorizar os objetivos do Movimento»¹⁶⁸. Para debaterem a proposta redigida por Melo Antunes, «marcámos reunião para o dia 22, em casa do Vítor Alves»¹⁶⁹.

Por essa altura, no primeiro semestre de 1974, Teresa Alves concluíra a licenciatura em Filologia Germânica e, por razões que se prendiam com o alto cargo desempenhado por seu pai na estrutura das FA, preferiu concentrar-se nos estudos e no trabalho da Faculdade de Letras, onde já era monitora desde 1972. No entanto, Lurdes, a empregada, ia-lhe dando conta: «Ó minha senhora... tantos homens a falarem de coisas estranhas». Teresa nunca quis saber pormenores, mas, de 6 a 11 de Abril¹⁷⁰, o casal viajou para Londres, para que Vítor se ausentasse uns dias, embora a justificação que deu a familiares e amigos foi a de que ia fazer pesquisas para o trabalho final do curso¹⁷¹.

Cumprido o prometido, foi na reunião de 22 de Março, antes de se dirigir para o aeroporto, que Melo Antunes leu perante um grupo restrito, o esboço do que viria a ser o Programa do MFA (Anexo VIII). Entre outros, Vítor Alves convidara para essa noite, dois camaradas da Marinha, que vinham a dar a sua colaboração: Almada Contreiras e Pedro Laurent¹⁷². O texto foi discutido em detalhe, o que fez com que a reunião se

¹⁶⁶ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, P. 296.

¹⁶⁷ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes – Uma biografia política*. Lisboa: Âncora, 2012, pp. 118-119.

¹⁶⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola...*, p. 264.

¹⁶⁹ Otelo Saraiva de Carvalho em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004...

¹⁷⁰ Autorização do EME para deslocação a Inglaterra in Processo de Vítor Alves – AGE.

¹⁷¹ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

¹⁷² Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, p. 299.

alongasse. Acordo alcançado, o manuscrito foi entregue a Vítor Alves com a incumbência de promover a discussão e as alterações necessárias, visando a aprovação pelo maior número possível de oficiais.

Com este primeiro patamar atingido, decorrera o tempo do ideólogo e chegava o do diplomata paciente, persistente, laborioso. Faltava seguramente o mais difícil: levar a que os homens do Movimento concordassem com os princípios definidos. «Nisso veio ao de cima o talento negociador do Vítor Alves»¹⁷³ como principal representante da «(...) camada política (do MFA) da qual era um elemento puro»¹⁷⁴. Essa «camada política» era composta por Vasco Gonçalves, Costa Brás e Franco Charais. Assim, no final de Março, a tarefa foi dada por concluída no que ao Movimento dizia respeito¹⁷⁵. «Foram negociações muito difíceis para obter a versão final que levámos no dia 25 à noite para a Pontinha»¹⁷⁶. Um caminho tão cheio de escolhos, que Vítor Alves, reconhecido como uma personalidade pouco dada a protagonismos, por ter uma perspectiva grupal do trabalho, assumiu a paternidade do «produto final»¹⁷⁷.

A estratégia de Vítor Alves passava por conseguir a plataforma mínima, que, sem desvirtuar o escopo político original, fosse aceite pela maioria. O problema é que a Marinha queria mais e a Força Aérea queria menos. O Ultramar era o busílis. A Força Aérea recusava-se a falar em autodeterminação, enquanto a Marinha achava o programa demasiado spinolista. «Até ao 25 de Abril, apenas a democracia e a liberdade uniam, não obstante as inúmeras leituras que os termos geravam, além de que para os spinolistas e Força Aérea, a visão geral era de liberdade, mas sem exageros (...). Nas discussões, bastava começar-se a adjectivar a democracia e a liberdade e estragava-se tudo. Foi, de longe, no Exército que o Programa teve maior aceitação, mas mesmo aqui, a disputa foi enorme». Segundo Vítor Alves, a unanimidade nunca existiu, havia posições extremadas e, tudo, ou quase tudo, era motivo de discórdia, ou, no mínimo, de discussão acesa. O Exército conseguiu entender-se, mas não foi possível agregar a Marinha e a Força Aérea enquanto ramos¹⁷⁸.

¹⁷³ Vasco Lourenço em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004...

¹⁷⁴ Loureiro dos Santos in José Pedro Castanheira e Luísa Meireles, «Quem não conhece a História não tem futuro», *Expresso*, 19 de Novembro de 2005, p. 32.

¹⁷⁵ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes...*, p. 119.

¹⁷⁶ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

¹⁷⁷ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes...*, p.121.

¹⁷⁸ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

Impunha-se então submeter o Programa aos generais eleitos. Vasco Gonçalves fez a ponte com Costa Gomes e Otelo com Spínola. Otelo entregava o documento a um antigo oficial, Carlos Morais, que era visita de casa de Spínola. Em *Alvorada em Abril*, Otelo aponta o dia 20 de Abril como aquele em que o Programa «ficou (quase...) pronto em virtude da dinâmica imposta pela equipa liderada por Vítor Alves»¹⁷⁹. Após reinar o consenso possível no seio do MFA em torno do Programa, o texto foi alterado em três ocasiões distintas para chegarem à versão final: duas pelo general Spínola, ao longo da primeira quinzena de Abril, e a terceira na noite do golpe militar, também por intermédio de Spínola, mas desta feita acompanhado por Costa Gomes.

Vítor Alves assegurou que Costa Gomes leu o programa antes do 25 de Abril, embora o não anotasse, ao contrário do que sucedeu com Spínola, cujos contactos com esse objetivo ocorreram a 7 e a 13 de Abril. As alterações sugeridas pelo general do monóculo foram feitas a lápis por Carlos Morais, que serviu de portador do documento e acompanhou o processo¹⁸⁰. A «crise cultural, social e moral» que constava no original, ficou reduzida apenas a «crise». «Spínola era avesso a terminologias políticas no Programa que o MFA queria que fosse político», esclareceu Vítor Alves a Maria Manuela Cruzeiro. A estrutura militar a quem os vencedores do 25 de Abril deviam entregar o poder, que originalmente era denominada por «Diretório», também caiu, ficando em seu lugar «Junta de Salvação Nacional.» Na mesma entrevista, Vítor Alves referiu que nenhuma destas alterações suscitou qualquer reação negativa por parte dos «capitães». Spínola não fez, contudo, qualquer reparo às alíneas dedicadas à descolonização, nem à terminologia «economia antimonopolista», contempladas nas versões a que teve acesso, que na Pontinha serão os pomos da discórdia.

Apesar de Vítor Alves não ter conseguido envolver a Força Aérea e a Marinha, conseguiu a inclusão de alguns oficiais a título individual. Já atrás fizemos referência aos nomes de Almada Contreiras e de Pedro Lauret, mas a estes, Vasco Lourenço acrescentou mais dois: Martins Guerreiro e Simões Teles»¹⁸¹. Conseguiu ainda Vítor Alves garantir a neutralidade dos dois ramos, passando a existir no seio do Movimento, a convicção de que nem a Marinha nem a Força Aérea atacariam os revoltosos, o que, por si só, conferiu a estes uma certa tranquilidade.

¹⁷⁹ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em abril...*, p. 338.

¹⁸⁰ António de Spínola, *País sem rumo*. Lisboa: SCIRE, 1978, pp.103 - 105.

¹⁸¹ Vasco Lourenço in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 222.

«Era um Programa mínimo e como mínimo que era, deu azo às mais variadas leituras, (...) mas conseguimos um compromisso, pois todos se reclamavam do Programa»¹⁸². E quase todos se serviram do Programa como arma de arremesso, quando, ao longo do processo revolucionário, se pretendeu atacar ou defender alguém ou alguma decisão.

Antes de fecharmos esta temática, devemos traçar um paralelo entre o Programa do MFA e as ideias que Vítor Alves defendeu no trabalho que apresentou, no âmbito do Curso de Estado-Maior. O Programa abre com três *considerandos*, de resto repetidos na Proclamação do MFA, sendo que o primeiro procura justificar o golpe militar. Nele, pode ler-se: «Considerando que ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina (...)». Vítor Alves no seu trabalho, insistiu mais do que uma vez na crítica ao regime, exatamente por não ter conseguido apresentar «claros objetivos nacionais». Aborda igualmente a descolonização quando se refere à independência dos territórios ultramarinos como uma de duas soluções que preconiza para o fim da guerra; não descarta o baixo nível de desenvolvimento do País, responsabilizando o conflito africano; deixa implícita a necessidade de uma maior abertura de espírito dos portugueses, que leve a um nível de exigência superior face aos órgãos de poder político, o que só em democracia é viável.

Um amigo especial

Na noite de 24 de Abril de 1974, Cavaleiro Ferreira, amigo de Vítor Alves desde os primeiros anos de Moçambique, recebeu um telefonema que considerou estranho. Não pelo telefonema em si, mas pelo convite que através dele lhe chegou. Vítor Alves convidava-o a ir a sua casa beber café. Não era comum, acima de tudo por não se tratar de um fim-de-semana. «Por razões que não vêm ao caso e apesar de eu não pertencer ao Movimento, manteve-me sempre a par de todos os acontecimentos relevantes (...). Aguardava-me com a sua habitual jovialidade, ainda que com alguma inquietação... É hoje! Se tudo correr bem, amanhã temos muito que fazer, se correr mal vêm-me buscar. Estás disponível para passarmos um longo serão? Não respondi e fiquei...»¹⁸³. Àquela hora já Sanches Osório chegara à Pontinha. Umas horas antes, ocupara o lugar que era

¹⁸² Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

¹⁸³ António Cavaleiro Ferreira, «Um amigo especial», *Referencial...*, p. 24.

então de Cavaleiro Ferreira. Vítor Alves destacara-o para o posto de comando como o elemento do Estado-Maior. Quando saiu a caminho do posto de comando, levou os quatro primeiros comunicados, lavrados pelo dono da casa, a fim de serem lidos aos portugueses através dos microfones do RCP¹⁸⁴.

Entre os dois amigos a conversa foi fruindo. Teresa entrava e saía, mas não se demorava pela sala. Primeiro chegou *E Depois do Adeus* e Vítor Alves disse: «Começou!». Porém, a conversa prosseguiu pelos trilhos até aí seguidos. Mais tarde, noutra frequência de rádio, passou *Grândola, Vila Morena* e aí o anfitrião não se conteve e deixou sair um tão entusiástico quanto inesperado «Vencemos!». Era forte a sua convicção de que, ao conseguirem que as senhas passassem a horas certas, nada podia falhar. Era aquele o momento mais aguardado. Não mais foi possível regressar aos temas banais até ali abordados. Havia muito para dizer e era o tempo de falar sobre o que se passou e do muito que se seguiria. Os dois mantiveram-se em amena cavaqueira até que, por volta das quatro, o da Marinha regressou a casa. Eram quase horas de Vítor Alves ir ocupar o seu lugar no Estado-Maior do Exército, como ficara acertado, a fim de garantir que nada emitido dali prejudicaria a ação dos revoltosos. Só pôs Teresa a par dos acontecimentos depois de Cavaleiro Ferreira sair. Chegou ao quarto e disse-lhe: «Começou tudo»¹⁸⁵.

Vítor Alves ficou pelo Estado-Maior do Exército até cerca das duas da tarde, hora a que, com Franco Charais, se dirigiu à Pontinha para render Otelo no comando das operações. Como confessou a Maria Manuela Cruzeiro, saiu apreensivo porque, a essa hora, as forças de Salgueiro Maia estavam praticamente cercadas pelas tropas do brigadeiro Junqueira dos Reis. Só quando passou por Alcântara e viu viaturas militares com o símbolo do Regimento de Cavalaria de Estremoz pintado nas portas, se convenceu de que a vitória estava assegurada. Vítor Alves, que nunca esteve tão seguro do sucesso quanto Otelo, insistiu para que este contemplasse um plano alternativo, porém, nunca obteve uma resposta positiva. Por isso, o comandante operacional, no seu livro *Alvorada em Abril*, chamou-lhe «o sempre descrente Vítor Alves». Não

¹⁸⁴ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, pp. 360-361.

¹⁸⁵ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

certamente por isso, batizou-o de *Rasputine* no Código de Transmissões do Plano Geral das Operações do 25 de Abril¹⁸⁶.

Ao chegar à Pontinha, Vítor Alves abraçou emocionado o seu camarada e deu-lhe os parabéns¹⁸⁷. Otelo acabou por confessar que, afinal, havia um plano alternativo. Caso o golpe falhasse na Metrópole, o MFA da Guiné agiria no dia seguinte no sentido de neutralizar todos os comandos desafetos aos revoltosos, a fim de iniciarem contactos com o PAIGC. Acreditava-se que essa tomada de posição fosse suficiente para levar à queda de Marcelo Caetano, quando as FA da Metrópole se recusassem a ir dominar os revoltosos da Guiné¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução...*, p. 56.

¹⁸⁷ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em abril...*, p. 351.

¹⁸⁸ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, p. 352.

Capítulo III – Na era Spínolista

25 de Abril

Derrubado o Estado Novo, ato simbolizado pela entrega do poder por parte de Marcelo Caetano a Spínola, no Quartel do Carmo, havia que apresentar a Junta de Salvação Nacional ao País. Esta estrutura político-militar, de acordo com o Programa do MFA, substituiu transitoriamente os organismos executivos e legislativos do anterior regime, extintos a 25 de Abril pela Lei nº 1/74, até à entrada em funções do governo civil¹⁸⁹.

Com a exceção de Costa Gomes e de Spínola, que há muito eram consensuais no seio do MFA, os restantes cinco elementos foram arregimentados nos dias que antecederam o golpe. Aliás, a questão da chamada de generais por parte do Movimento dos Capitães não foi pacífica. Vasco Lourenço defendia que eram dispensáveis, mas, Vítor Alves tinha opinião diferente - sempre pugnou pela sua inclusão. Sustentou que o poder nas mãos de generais conhecidos e prestigiados daria mais garantias de reconhecimento ao novo regime¹⁹⁰. Neste embate entre «capitães», é curiosa a opinião de Galvão de Melo, segundo a qual «A JSN, criada por vontade do MFA, nunca existiu senão como símbolo para uso externo. (...) A experiência e o prestígio de alguns dos seus membros eram a garantia que, muito provavelmente, o grupo dos “capitães” não teria alcançado»¹⁹¹.

O terceiro general do Exército a integrar a JSN, Jaime Silvério Marques, foi proposto por Vasco Gonçalves; conhecera-o em África¹⁹². No entanto, Spínola referiu ter sido ele a indicar o nome, na primeira das duas ocasiões em que reviu o Programa antes do levantamento militar, aliás, na mesma altura em que escolheu o general Diogo Neto, da Força Aérea, que à data se encontrava em Moçambique¹⁹³. Na Marinha, além, de Rosa Coutinho, também o então comandante dos fuzileiros, Pinheiro de Azevedo, aceitou o convite, esclarecendo ter sido abordado «(...) para aderir ao MFA apenas dois dias antes da revolta: no dia 23 (...). Apresentaram-me um Programa – o Programa do

¹⁸⁹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril, Mitos de uma Revolução...*, pp. 64-65.

¹⁹⁰ Vasco Pulido Valente, *Marcelo Caetano – As desventuras da razão...* p. 117.

¹⁹¹ General Galvão de Melo, *MFA – Movimento revolucionário*. Lisboa: Portugália Editora, 1975, p. 13.

¹⁹² Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹⁹³ António de Spínola, *País sem rumo...*, p. 105.

MFA – que estudei conscientemente»¹⁹⁴. Na Força Aérea, o nome de Galvão de Melo foi consensual, pela postura de confronto com o anterior regime, que o levou a pedir a passagem à reserva em meados dos anos sessenta.

«Foi Costa Gomes que, com a sua inteligência brilhante, escolheu Spínola para presidir à Junta. Ele espalhava-se à primeira e era mais perigoso como CEMGFA»¹⁹⁵. Na verdade, o general Costa Gomes nunca confirmou a dose não desprecienda de calculismo que se extrai da opinião de Vítor Alves. Justificou a escolha de Spínola por então o considerar melhor preparado politicamente para o cargo. «Na altura julgava que ele sabia muito mais de política e tinha uma flexibilidade espiritual muito maior do que demonstrou depois do 25 de Abril»¹⁹⁶. Confirmou, contudo, que o colocou perante o facto de ter sido ele, Costa Gomes, o escolhido pelos «capitães» para chefiar a JSN, ficando o general do monóculo em segundo lugar, «(...) mas nós vamos inverter esses papéis, tu tens relações com políticos em Portugal, com a imprensa, RTP, as rádios, e eu não tenho nada disso (...) Eu sabia que ele ia aceitar»¹⁹⁷.

Na noite do 25 de Abril, quando a Comissão Política do MFA pensava que a reunião convocada pela JSN visava apenas as apresentações, já que muitos não se conheciam¹⁹⁸, acabou por se gerar uma discussão bastante acesa e prolongada. Os generais Costa Gomes e Spínola pretendiam introduzir alterações ao Programa. Costa Gomes pediu a manutenção da DGS nas colónias onde havia guerra, o que foi aceite sem discussão, por ser reconhecido o papel importante que a polícia política tinha na recolha de informação. Na opinião de Vítor Alves, Spínola queria travar a descolonização, daí ter introduzido a questão apenas após o derrube do regime e não antes, apesar de o poder ter feito. «Aproveitou-se bem do facto de ter sido ele a receber o poder»¹⁹⁹. Avançou com duas alterações: «a estratégia antimonopolista» e a «autodeterminação». Era convicção de Vítor Alves que o general avançou com ambas como base negocial, para poder deixar cair uma, a que menos valorizava. Ainda assim resistiu. Acabou por ceder na primeira porque, do lado do MFA, houve reacções duras,

¹⁹⁴ Pinheiro de Azevedo, *25 de Novembro sem máscara*. Lisboa: Intervenção, 1979, p. 12.

¹⁹⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

¹⁹⁶ Costa Gomes in «Pensei que Spínola Sabia de Política», *Expresso*, 24 de Abril de 1993, p. 15.

¹⁹⁷ Duarte Mexia, «Destaque - A morte de Costa Gomes», *Público*, 1 de Agosto de 2001 - entrevista publicada nas edições de 1 e 2 de Agosto de 2001.

¹⁹⁸ Vítor Alves tinha servido com Jaime Silvério Marques e com Diogo Neto em Moçambique, mas não conhecia nenhum dos elementos da Marinha (entrevista a Maria Manuela Cruzeiro).

¹⁹⁹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

designadamente de Vítor Crespo e de Franco Charais, que chegaram a ameaçar com os tanques, que ainda estavam na rua às ordens do posto de comando²⁰⁰.

Com as horas a passar e ainda sem haver perspectivas de entendimento, foi Vítor Alves quem alertou para uma questão de ordem prática: «Temos de chegar a uma solução, temos o povo suspenso, todo o país suspenso»²⁰¹ e impôs a apresentação da Junta na RTP. Na proclamação da JSN, Spínola não podia ser mais claro sobre o que pensava do Ultramar, ao garantir: «a sobrevivência da Nação soberana no seu todo pluricontinental»²⁰². Ao regressarem à Pontinha, a discussão prosseguiu e só cessou quando terminava a madrugada. Chegara-se ao consenso possível, e assim, o documento pôde ser lido à comunicação social, o que fez cerca das 7h30 (Anexo IX).

António de Spínola começou por propor que se abandonasse o Programa: «Não é preciso Programa que eu é que sei»²⁰³. Como não foi bem-sucedido, fez finca-pé para que não se publicasse. Vendo esta sua pretensão igualmente recusada, fez exigências ao nível do conteúdo. Esta sequência não é desmentida, bem pelo contrário, pelo próprio general Spínola, em *País se Rumo*²⁰⁴. Porém, os homens do MFA acabaram por ceder. Estava em causa o nº 8 do ponto «Medidas a Curto Prazo»²⁰⁵, que tinha quatro alíneas e ficou reduzida a três. A a) e a b) mantiveram-se, enquanto a c) «Claro reconhecimento do direito à autodeterminação...» foi suprimida, e a d) «Estabelecimento de medidas julgadas convenientes para um rápido estabelecimento da paz» foi substituída por «Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz», passou a ser a alínea c)²⁰⁶. Segundo a investigadora Maria Inácia Rezola, na noite de 25 de Abril «o peso das patentes impôs-se, mas por pouco tempo»²⁰⁷. António de Spínola «tinha um programa próprio» em que a democracia plural não estava bem cimentada. Spínola e os seus homens de maior confiança não tinham em grande conta os partidos. Associavam-nos pejorativamente à oposição, na linha do pensamento dominante durante o Estado Novo. «Quanto ao PCP, nem pensar»²⁰⁸. De resto, sobre a divulgação do Programa, Vasco Gonçalves foi claro ao afirmar: «foi justamente Vítor Alves quem,

²⁰⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa...*, p. 183.

²⁰¹ Citado por Vasco Lourenço in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 227.

²⁰² António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 50-51.

²⁰³ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²⁰⁴ António de Spínola, *País sem rumo...*, p. 120.

²⁰⁵ Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, pp. 622-625.

²⁰⁶ António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 50.

²⁰⁷ Maria Inácia Rezola, *Os militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução...*, p. 45.

²⁰⁸ Vítor Alves em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2004...

prevenidamente alvitrou que se fizesse a publicação do Programa, independentemente de Spínola o desejar ou não»²⁰⁹. Vasco Lourenço corrobora, sublinhando «volta a ser Vítor Alves que impõe a difusão pública do Programa aos jornalistas das rádios e dos jornais presentes»²¹⁰.

O almirante Vítor Crespo, na entrevista que concedeu ao autor, fez saber que o papel de Vítor Alves nessa noite foi fundamental para que Spínola não levasse as suas ideias na íntegra a bom porto. Não tanto pela confrontação direta, mas pelo que manobrou nas saídas frequentes da sala em busca do apoio que sabia certo e decisivo: os jornalistas. A verdade é que pelas 20h30, na frequência do RCP, foi lida a Proclamação do MFA²¹¹, onde se apresentavam as razões que levaram ao golpe. Informava igualmente que o poder era transferido para uma junta militar, ficando esta de dar cumprimento ao Programa do MFA, que os portugueses conheceriam na manhã seguinte através do jornal *República*, ainda sem as alterações introduzidas ao longo da noite²¹². Maria Inácia Rezola identificou Martins Guerreiro como o oficial que passou uma cópia integral a Álvaro Guerra, jornalista do diário fundado por José António de Almeida²¹³. À cautela, a versão que existia antes da discussão chegou atempadamente a mão certa. Ainda que Spínola conseguisse impor a sua vontade, os princípios fundamentais que nortearam o MFA a derrubar o Estado Novo, seriam do conhecimento dos portugueses. Spínola não os podia ignorar e ver-se-ia constrangido a respeitá-los. Ainda assim, ao ceder a Spínola na alteração ao Programa, Vítor Alves admitiu que o MFA cometeu um erro grave que muito penalizou o País. A não inclusão do termo «independência» ou «autodeterminação das províncias ultramarinas» gerou nos movimentos de libertação alguma suspeição, envenenando as relações, quando se pretendia desde logo a abertura de negociações. Fez mesmo com que a guerra recrudescesse, particularmente em Moçambique e em Angola.

Talvez os espíritos embevecidos pela vitória e o consequente derrube da ditadura, não permitissem uma perceção serena da situação, mas, na verdade, esta primeira reunião marcou o início de um período de tensão entre o MFA e Spínola, que só teria o seu epílogo com a demissão do general, na sequência do 28 de Setembro.

²⁰⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, p. 60.

²¹⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço ...*, p. 227.

²¹¹ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado ...*, p. 45.

²¹² *Idem*, p. 48.

²¹³ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução...*, p. 62.

O Conselho de Estado

Após uma passagem por S. Bento, onde a Comissão Coordenadora do Programa permaneceu algum tempo, foi instalada na Cova da Moura por Costa Gomes, tentando assim minimizar a pressão de Spínola, que a queria ver dissolvida. Vítor Alves ficou com os seus camaradas por este segundo Palácio, onde funcionava o Estado-Maior General das Forças Armadas. Com a mudança, a chefia militar pensou incutir aos elementos da CCP uma «dimensão mais militar do que política», passando a funcionar como apoio do CEMGFA²¹⁴.

O então major recordou aqueles dias como memoráveis pela crença e generosidade que sentiu por parte dos portugueses. Muitos, gente anónima, apareciam no Palácio com o único propósito de fazer alguma coisa, trabalhar fosse no que fosse. Quando Vítor Alves foi chamado a resolver algumas dessas situações, não sabendo bem o que dizer às pessoas, mas certo de que mandá-las embora seria uma tremenda frustração para elas, dava-lhes pequenas tarefas, algo de que se lembrava no momento, e os voluntários lá iam, satisfeitos, cumprir a missão, ainda que se resumisse em remover umas ervas, ou deslocar algo de um local para outro²¹⁵.

Spínola, sentindo a ameaça que o MFA representava, de que tivera um bom exemplo na discussão da Pontinha, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril, à cautela, colocou os seus homens de maior confiança nos postos chave das FA e das forças de segurança, e tentou, sem êxito, convencer a direção do Movimento a dissolver-se, com o argumento de se estabelecer a hierarquia tradicional²¹⁶. A resposta do MFA não tardou e, ainda no mês de Abril, mobilizou-se a fim de dar resposta ao que foi interpretado como atos de marginalização por parte de quem exercia o poder que a estrutura havia conquistado. A CCP tomou um novo figurino, face ao tempo da clandestinidade, adotando o formato da Junta de Salvação Nacional, passando assim a ser composta por sete oficiais, três do Exército, Vítor Alves, Melo Antunes e Vasco Gonçalves, e dois de cada um dos restantes ramos, Vítor Crespo e Almada Contreiras pela Marinha, Costa Martins e Pereira Pinto pela Força Aérea. O objetivo propalado pela nova orgânica era

²¹⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes - No centro da tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2ª edição, 2008, pp. 155-156.

²¹⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²¹⁶ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...* p. 194.

zelar pelo cumprimento do Programa em todos os organismos do Estado²¹⁷. Vítor Alves foi o único dos três oficiais que pertenciam à direção clandestina do Movimento a transitar para o novo organismo diretivo.

Quem, na altura, não apreciou a exclusão foi Vasco Lourenço, que, mal regressou dos Açores, abordou os camaradas acusando-os de o terem esquecido. Na sua entrevista a Manuela Cruzeiro, o então capitão culpou Vítor Alves de ter indigitado os representantes do Exército na nova Comissão Coordenadora do Programa e ao confrontá-lo com o facto, nas suas palavras, o major «meteu os pés pelas mãos»²¹⁸. Quanto a Vasco Gonçalves, «qual virgem ofendida»²¹⁹, ofereceu-lhe o seu lugar, mas Vasco Lourenço recusou e optou por ir para o Estado-Maior do Exército, como delegado do MFA, controlar Jaime Silvério Marques, como outros camaradas seus foram controlar outros membros da JSN. Só integrou a CCP quando os seus três camaradas do Exército assumiram responsabilidades no II Governo Provisório. Ouvido pelo autor sobre o assunto, Vasco Lourenço referiu compreender o que então se passou à luz do que ensina a História, já que, em situações como aquela, quem emerge são os políticos, em detrimento dos operacionais²²⁰.

Vítor Alves, juntamente com os restantes membros da CCP, ocupou um lugar no Conselho de Estado, órgão previsto no ponto B - «Medidas a curto prazo», nº 1, do Programa do MFA²²¹, que entretanto fora integrado no quadro jurídico através da Lei nº 3/74. Esta norma, datada de 14 de Maio, foi atribuída a Veiga Simão, que, aliás, por aqueles tempos, colaborou bastante com o general Spínola, inclusive na elaboração do programa do I Governo Provisório²²². A 31 de Maio os conselheiros tomaram posse, entrando assim em funcionamento «o órgão de cúpula que exerceria os poderes constitucionais até à promulgação da nova Lei Fundamental»²²³. Integrava os sete membros da CCP em representação do MFA, todos os oficiais gerais da JSN, e sete personalidades nomeadas pelo Presidente da República, no caso, Almeida Bruno e Rafael Durão, homens da inteira confiança de António de Spínola, e os professores

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 233.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ Vasco Lourenço em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

²²¹ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 49.

²²² António de Spínola, *País sem rumo...*, p. 136.

²²³ *Idem*, 147.

Henrique de Barros, Ruy Luís Gomes, Freitas do Amaral, Isabel Magalhães Colaço e ainda o Dr. Azeredo Perdigão, num total de vinte e um conselheiros.

De acordo com Vítor Alves, a integração no Conselho de Estado foi importante para a Coordenadora, já que: «É-lhe dada uma primeira institucionalização. Nós existíamos como estrutura paralela, mas legalmente não existíamos. Quando somos admitidos no Conselho de Estado, passámos a existir institucional e legalmente.»²²⁴ Porém e ainda segundo Vítor Alves, a inclusão da CCP no CE, pode não ter sido um sinal de boa vontade. O general Spínola, ainda que o tenha tentado por várias formas, socorrendo-se de pessoas diversas, «...nunca conseguiu desfazer a Comissão Coordenadora e foi o mal dele. Ainda antes do Conselho de Estado, ele pretendeu dissolver-nos de uma maneira brilhante: promover-nos a general. Nós não aceitámos»²²⁵. Tentou-o, designadamente junto de Costa Gomes, que na qualidade de CEMGFA, devia extinguir a CCP e fazer os seus elementos regressar aos quartéis. Porém, a resposta não tardou: «Eu não dissolvo. Tu (...) podes dissolver a Comissão, mas acho que cometes um erro e uma injustiça tremenda porque quem fez a revolução não foste tu nem eu, foram eles»²²⁶.

A tensão entre Spínola e a CCP, nos primeiros meses pós-25 de Abril, foi uma constante e reconhecida por todos os protagonistas que verteram para livro as memórias destes tempos²²⁷, ou nas entrevistas que concederam. Ambas as partes esgrimiram os argumentos que melhor defendiam as respetivas ideias, que assentavam em dois caminhos distintos para a sociedade portuguesa, particularmente no que se refere à questão ultramarina. Sánchez Cervelló resumiu esses sentires de forma clara: «(...) Spínola desejava aplicar no âmbito colonial a fórmula delineada em *Portugal e o Futuro*, enquanto o MFA desejava acabar com a guerra»²²⁸. Melo Antunes foi igualmente claro quando afirmou em início de Setembro de 1974: «O MFA é perfeitamente sincero quando afirmou querer acabar com as guerras em África, concedendo a total independência a esses países»²²⁹. Posições tão díspares não permitiam entendimentos, e assim, a tensão só cessaria com a demissão de António de

²²⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, 2002.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ Duarte Mexia, «Destaque - A morte de Costa Gomes», *Público*, 2 de Agosto de 2001.

²²⁷ *País sem rumo*, é um bom exemplo, já que o autor deu grande enfoque ao conflito com a CCP.

²²⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, p. 193.

²²⁹ Wilfred Burchett, *Portugal depois da Revolução dos Capitães*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

Spínola, a que Luís Nuno Rodrigues chamou a primeira «linha de fratura»²³⁰ gerada no seio do MFA no pós-25 de Abril.

Ao integrar os sete elementos da CCP no Conselho de Estado, o PR pretendeu a sua neutralização, escolhendo um caminho aparentemente mais limpo de escolhos. Spínola chamou Vasco Gonçalves, o mais graduado da CCP e deu-lhe conta das suas pretensões. O cargo de conselheiro não era em regime de exclusividade de funções e assim, os homens do MFA retomariam a vida profissional nos quartéis e só se apresentariam quando fossem convocados para as reuniões²³¹. Por outro lado, mas isso já não confessou, tê-los ali periodicamente era uma forma de os controlar²³², enquanto simulava que os ouvia, já que não teriam grande peso no Conselho, porque, de novo, as patentes viriam ao de cima e seriam condicionados pelos generais da Junta, além de que os restantes conselheiros, nomeados pelo PR, não desmereceriam a confiança que neles fora depositada. Admitindo aqui algum grau de especulação, como tese parece-nos que apresenta alguma consistência, dado que o relacionamento conflituoso existente entre as duas partes não pode levar a concluir que Spínola os quisesse premiar, bem pelo contrário. Recordamos, a este propósito, a decisão de abrir o MFA a todos os efetivos das Forças Armadas, oficiais, sargentos e praças, tomada pelo general Costa Gomes, respondendo a pressões insistentes de Spínola para que procedesse à dissolução do MFA. Além de tentar aliviar um pouco a pressão vinda do PR, o CEMGFA pretendeu pôr fim ao que chamou a «dupla hierarquia das Forças Armadas»: a tradicional e a gerada pela existência do MFA²³³. Contudo, se foram aquelas as premissas de Spínola para a integração dos homens da CCP no CE, pode afirmar-se que saíram erradas. Além de ter representado como que a oficialização da Coordenadora, até ali um mero instrumento informal, os seus componentes passaram a ser membros dos dois organismos, um oficial, o outro oficioso, mas ambos com poder²³⁴.

Talvez a Embaixada americana em Lisboa estivesse dentro da razão quando remeteu para o Departamento de Estado um telegrama, datado de 24 de Junho de 1974, onde dava conta de uma certa apreensão por parte do MFA face à elevada popularidade conseguida por Spínola naqueles primeiros tempos. Popularidade que, numa

²³⁰ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes...*, p. 155.

²³¹ António de Spínola, *Pais sem rumo...*, pp. 140-141.

²³² António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 21.

²³³ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Gosta Gomes...*, p. 156-157.

²³⁴ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, pp. 35-38.

personalidade como a do general, com tendência para a «autoridade pessoal» podia potenciar, ou pelo menos não excluía, a possibilidade de a situação política degenerar para um novo tipo de ditadura²³⁵.

Independentemente das razões que os fizeram mover, os membros da CCP não se desarticularam, ao invés, consideraram-se em exercício permanente no seu papel de conselheiros de Estado e gizaram um plano de estruturação interna que pretendia cobrir os principais sectores da atividade social e política. Foram constituídos três grupos especializados: «Economia»; «Legislação/Organização Política» e «Defesa e Coordenação Interterritorial». Seis ocupavam-se nestas tarefas, enquanto Vasco Gonçalves fazia os contactos com os restantes membros do Conselho de Estado, Governo, MFA e outros organismos públicos e privados, além de coordenar os vários grupos de trabalho²³⁶. O certo é que a organização deu os seus frutos. São vários os estudiosos ou atores políticos de então a reconhecer o papel de charneira que a CCP teve na ação política nacional. Na entrevista que concedeu a Maria João Avillez, Mário Soares defendeu: «O Governo dependia da vontade do MFA»²³⁷. As autoridades norte-americanas são mais específicas, já que, «numa interessante análise política» enviada pelo Departamento de Estado para Oslo a 24 de Outubro, referem que «o essencial do poder político estava nas mãos da CC do MFA, cuja liderança pública era protagonizada por homens como Vasco Gonçalves, Melo Antunes e Vítor Alves»²³⁸. São também de realçar as dúvidas de Henrique de Barros e de Ruy Luís Gomes sobre a militarização do CE²³⁹. Marcelo Rebelo de Sousa vai mais longe e reconhece que «O braço de ferro entre o MFA e Spínola estava ganho desde a primeira hora. O PR só o perceberia tarde demais, depois de Palma Carlos, e muito depois de Sá Carneiro»²⁴⁰.

«A Coordenadora era uma espécie de fiscal» reconheceu Vítor Alves na entrevista a Maria Inácia Rezola. «Tínhamos no Governo o Firmino Miguel e o Costa Brás como assessor militar do Primeiro-ministro. Não estávamos tão distraídos assim». Disso, jamais o núcleo duro do MFA, de que Vítor Alves sempre fez parte, pode ser acusado.

²³⁵ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Gosta Gomes...*, p. 155.

²³⁶ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, pp. 41-42.

²³⁷ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 272.

²³⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes...*, pp. 193-194.

²³⁹ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p.16.

²⁴⁰ *Idem*, p. 19.

O primeiro 10 de Junho em liberdade, Vítor Alves passou-o no Brasil, onde se deslocou acompanhando Galvão de Melo. «O da Coordenadora ia vigiar o da Junta»²⁴¹, dizia com sentido de humor, embora não fugindo muito ao que de facto se passava. Foram em representação do novo poder político português apresentar cumprimentos às autoridades brasileiras e visitar a comunidade portuguesa ali radicada. O *Diário de Notícias* de 20 de Junho dá conta da despedida da comitiva portuguesa no Consulado do Rio de Janeiro, com um discurso do general Galvão de Melo²⁴². Assim, o major não terá acompanhado os primórdios do chamado Plano ou Golpe Palma Carlos, em função do posicionamento político de que a ele se referia.

Plano Palma Carlos

Se a principal causa para a revolta dos militares que fizeram o 25 de Abril foi o desgaste provocado pela guerra em África, só o fim desta poderia abrir uma nova etapa na vida política do País²⁴³. Os homens do MFA sabiam-no, alguns dos políticos que integravam o I GP sabiam-no, igualmente, contudo, as resistências mantinham-se firmes por parte de Spínola e, a partir de determinada altura, também por Palma Carlos, que defendia não estarem os órgãos de poder político mandatados pelo povo para abdicarem de parte do território nacional. Desta última questão e do antagonismo que subia de tom com a CCP, surgiu o que ficou para a História como «Golpe Palma Carlos», que levaria à queda do Governo. Embora com outros contornos, foi apenas mais um episódio do conflito que marcou aquele tempo.

Face à esta questão, Vítor Alves era definitivo: «Palma Carlos, não sei até que ponto o Vasco Vieira de Almeida, e o Spínola, cozinham aquilo»²⁴⁴. A estes três nomes, Costa Gomes acrescenta um quarto, Sá Carneiro, quando afirmou: «Julgo que foi o seu verdadeiro instigador»²⁴⁵. Acrescento com o qual Vasco Lourenço concordou²⁴⁶. Palma Carlos, contudo, tirou as dúvidas sobre o principal impulsionador quando esclareceu: «Spínola também andava aborrecidíssimo e insistia comigo para que

²⁴¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuel Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²⁴² Henrique Barrilaro Ruas, (dir. e coord.), *A Revolução das Flores. 2º Vol: O Governo de Palma Carlos*. Lisboa: Aster, 1976, p. 226.

²⁴³ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 54.

²⁴⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuel Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²⁴⁵ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, p.235.

²⁴⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 286.

elaborasse propostas de modificação de funcionamento, e dos poderes do Governo e do Presidente da República»²⁴⁷.

Na mesma extensa entrevista que deu a Helena Sanches Osório, Adelino da Palma Carlos afirmou que, ao fim de um mês de governo, «já tudo se desentendera». O advogado parecia ter dificuldades em lidar com os tumultos sociais que se desencadearam na sequência do 25 de Abril. Não conseguiu aceitar o espírito de utopia contagiante que levava Sérgio Godinho a cantar, no primeiro disco que editou em Portugal: «Vivemos tantos anos a falar pela calada, só se pode querer tudo quando não se teve nada, só quer a vida cheia quem teve a vida parada...»²⁴⁸.

Palma Carlos decidiu alterar o que lhe pareceu precisar de ser alterado, para minorar os problemas que sentia, que passavam, desde logo, por aumentar os poderes do Primeiro-ministro. Contrariando Vasco Lourenço e Vítor Alves nas suas entrevistas a Maria Manuela Cruzeiro, o professor e causídico garantiu que nenhum dos seus ministros estava a par do que ele preparava e que só na reunião do Conselho de Ministros de 4 de Julho, os informou de que iria entregar ao PR umas propostas de alteração da legislação da JSN.

Consultado o excerto da súmula da ata dessa reunião²⁴⁹, verifica-se que Palma Carlos deu a conhecer o que versavam essas suas propostas, acrescentando que não sendo elas aceites se demitiria, no que teve a solidariedade imediata de Sá Carneiro, de Vasco Vieira de Almeida e de Firmino Miguel. As intervenções mais contestatórias às pretensões do Primeiro-ministro chegaram de Salgado Zenha e de Álvaro Cunhal.

Três dias depois, a 7, na antiga sede da Legião Portuguesa, na Penha de França, ocorreu uma reunião do MFA, em que a ordem de trabalhos incidia na discussão das propostas do Primeiro-ministro para acertar a posição que os membros da CCP, também do Conselho de Estado, deviam tomar na reunião deste órgão, apazada para o dia seguinte. Palma Carlos, pelo menos em conluio com Spínola, propunha que fosse efetuado um referendo para fazer aprovar uma Constituição provisória; que o Presidente da República fosse eleito o mais rápido possível por sufrágio universal e não apenas pela JSN, como era o caso; que os poderes do Primeiro-ministro fossem alargados e as

²⁴⁷ Helena Sanches Osório, *Um só rosto, uma só fé - Conversas com Adelino da Palma Carlos...*, p. 95.

²⁴⁸ Sérgio Godinho, «Liberdade» in *À queima-roupa*, Rádio Triunfo, 1974.

²⁴⁹ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, pp. 241-243.

eleições para a Assembleia Constituinte adiadas para o último trimestre de 1976, quando se encontravam agendadas para Março de 1975, acabando, contudo, por se realizar em 25 de Abril desse ano.

Para o MFA não era apenas o seu Programa que estava em causa, a situação tomava proporções mais graves, já que apontava para a emergência de dois poderes que se propunham centralizar e esvaziar de conteúdo os organismos existentes, pelo que a decisão do encontro da Penha da França foi a de chumbar o Plano. O general Spínola «queria ser eleito e referendar uma Constituição Provisória. Era um projeto que não era o nosso.»²⁵⁰ Uns anos mais tarde, Vítor Alves completava: «O Plano Palma Carlos pretendia deixar fora de jogo os restantes interventores políticos»²⁵¹. Numa outra entrevista anterior de Vítor Alves, a mesma ideia esteve presente, ainda que destacasse o nome do então PR: «A ideia de Spínola era empurrar-nos para fora da carroça e ficar ele com o poder»²⁵². Vasco Gonçalves afina pelo mesmo diapasão: «O chamado Golpe Palma Carlos conduziria à tomada do poder absoluto pelo general Spínola»²⁵³.

Na reunião do Conselho de Estado, de todas as propostas que foram discutidas, apenas foi aprovado o aumento de poderes do Primeiro-ministro. Votaram com os elementos da CCP, Costa Gomes, Rosa Coutinho, Pinheiro de Azevedo e alguns dos elementos escolhidos pelo PR, designadamente Freitas do Amaral. No final da reunião, no início da madrugada de dia 9 de Julho, Vítor Alves, porta-voz do CE, foi lacónico quando se dirigiu aos jornalistas. Admitiu, contudo, a saída ou rotação de alguns membros do Governo, mas não estava em causa a continuidade da coligação governamental²⁵⁴. No entanto, Palma Carlos cumpriu o prometido e demitiu-se.

A Lei nº7/74

A derrota de Palma Carlos foi a derrota de Spínola, que ainda em Julho, se viu forçado a assinar a Lei nº 7/74²⁵⁵, cujo teor recusara na discussão da Pontinha, levando à alteração do Programa do MFA. A verdade, porém, é que, com a exceção da Guiné, após o 25 de Abril, a guerra não só não acalmou, como recrudescceu em Moçambique e

²⁵⁰ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

²⁵¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuel Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²⁵² Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

²⁵³ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, p. 78.

²⁵⁴ Henrique B. Ruas, (dir. e coord.), *A Revolução das Flores - Governo de Palma Carlos...*, p. 241.

²⁵⁵ César Oliveira, *Portugal, dos quatro cantos do Mundo à Europa – A descolonização (1974-1976), ensaios e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p. 85.

em Angola. O número de baixas do lado português foi consideravelmente mais alto do que o verificado nos primeiros meses do ano²⁵⁶. Samora Machel, o líder da FRELIMO, não podia ser mais claro, quando num discurso proferido a 8 de Maio afirmou: «Devemos intensificar e ampliar as zonas da luta armada para a libertação nacional. (...) Os acontecimentos que acabam de ocorrer em Portugal estão intimamente ligados ao desenvolvimento da nossa luta armada»²⁵⁷. A 28 de Junho, o dirigente máximo do MPLA, Agostinho Neto, afirmou recusar o referendo que a Metrópole queria impor, dentro da estratégia defendida em *Portugal e o Futuro*. O líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi mais longe do que Neto, já que, não só recusou o referendo nos moldes propostos por Portugal, como requereu eleições locais mal houvesse condições de paz para as realizar, visando a constituição da Assembleia Legislativa²⁵⁸.

A pressão continuava a chegar de África, mas não apenas a partir dos movimentos de libertação. Também as tropas portuguesas, das diversas frentes, iam dando conta da necessidade urgente de se iniciarem as conversações tendo em vista o estabelecimento da paz. O impasse que se verificava na Metrópole face à guerra, levou a tensões que geraram ultimatos, como o que se expõe: «Ou vocês fazem o cessar-fogo imediatamente, ou somos nós a fazê-lo com eles, independentemente de vocês»²⁵⁹, terá dito Pires Veloso, delegado do MFA em Moçambique. Tudo leva a crer, contudo, que situações como esta obedeciam a um plano estruturado pela CCP, que envolvia os núcleos do MFA nas várias frentes africanas em conflito, a julgar pelo que escreveu mais tarde Vítor Alves: «em consonância com a Comissão Coordenadora (as delegações locais do MFA) conseguem assumir uma pequena parcela de poder político necessária para controlar a situação nesses territórios e encetar os primeiros contactos visando a paz»²⁶⁰. Era mais uma forma de pressão, com um destinatário bem identificado: Spínola.

Tardavam as negociações e os soldados no terreno tinham alguma dificuldade em compreender a demora, face aos reais motivos que levaram ao 25 de Abril. Os combates prosseguiam, intensificavam-se até; o número de mortos e feridos aumentava, numa

²⁵⁶ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 62.

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ Henrique Barrilaro Ruas, (dir. e coord.), *A Revolução das Flores - Governo de Palma Carlos...*, p. 192.

²⁵⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves - Um general na Revolução...*, p. 81.

²⁶⁰ Vítor Alves, «Colonialismo e Descolonização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Maio, 1985, pp. 559-567.

conjuntura em que não havia outra saída que não passasse pela descolonização, sendo apenas uma questão de tempo. Na sua perspetiva, quanto mais cedo regressassem à Metrópole melhor. Ninguém queria ser o último soldado a morrer numa guerra que todos sabiam estar condenada.

Também de outras partes do mundo chegavam sinais de pressão. «O apoio ao novo regime português continuava condicionado a uma clara posição descolonizadora dos novos governantes»²⁶¹. A preocupação reinava em certos sectores políticos portugueses por via disso, designadamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, liderado por Mário Soares, que terá mandatado o seu sobrinho por afinidade, o capitão miliciano José Manuel Barroso, para patrocinar uma reunião na Rua de Campolide²⁶². Foram convidados Salgado Zenha, outra figura de proa do PS e então ministro da Justiça, Vítor Alves, Melo Antunes e Almada Contreiras da CCP do MFA. A reunião ocorreu a 1 de Julho, e se dela não são conhecidas conclusões públicas, sabe-se, contudo, que a situação no terreno começou a sofrer alterações visíveis a partir daí. No dia seguinte, é emitido um comunicado do Partido Socialista, onde não se escondem algumas críticas à atuação do Governo, tecendo elogios ao Programa do MFA²⁶³. Uns dias antes, a CCP fizera chegar ao PR uma comunicação em tom muito crítico, face à baixa produção legislativa do Governo, incitando António de Spínola a diligenciar no sentido de imprimir ao Executivo «a capacidade de entendimento e dinamismo que a situação exige»²⁶⁴, informação esta corroborada por Spínola, ao dar conta que recebera uma carta de Vasco Gonçalves nesse sentido²⁶⁵. Galvão de Melo, não obstante a proximidade com Spínola, foi também muito crítico da atuação do I GP, acusando-o de passividade²⁶⁶. Vítor Alves, em entrevista concedida ao jornal *O Século*, de 16 de Junho, não deixou dúvidas sobre o pensamento que perpassava a CCP, relativamente às províncias ultramarinas, ao afirmar que tudo se devia fazer para: «... evitar que o caminho da paz, da descolonização e da autodeterminação em África seja obstruído...»²⁶⁷. O *Diário de Lisboa* de 2 de Julho dava conta de uma conferência da OUA, de onde saiu um apelo a todos os países para que não estabelecessem relações diplomáticas com Portugal,

²⁶¹ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 66.

²⁶² *Idem*, p. 91.

²⁶³ Henrique Barrilaro Ruas (dir. e coord.), *A Revolução das Flores - Governo Palma Carlos...*, p. 235.

²⁶⁴ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 83.

²⁶⁵ António de Spínola, *País sem rumo...*, p. 148.

²⁶⁶ General Galvão de Melo, *MFA – Movimento revolucionário...*, p. 15.

²⁶⁷ Henrique Barrilaro Ruas (dir. e coord.), *A Revolução das Flores – Governo Palma Carlos...*, p. 157.

enquanto «os portugueses não reconhecerem o direito à independência das suas colónias»²⁶⁸.

Era difícil manter a situação. Já no fim da vigência do Governo chefiado por Adelino da Palma Carlos, o Conselho de Estado aprovava a Lei nº 6/74, que era composta por um ponto único: «De acordo com a Carta das Nações Unidas, Portugal reconhece o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a independência dos territórios portugueses de África e da Ásia». Este era o passo em frente que naquele contexto histórico era preciso dar, porém, a norma não chegou a ser promulgada pelo PR. Não muito mais tarde, contudo, o seu teor viria a servir de base à produção da Lei nº 7/74, que será aprovada a 26 de Julho, já com o II Governo Provisório em exercício de funções. De facto, só a partir da sua divulgação pública por parte do PR, o que aconteceu no dia seguinte, se pôs fim a uma política prenhe de ambiguidades relativamente ao Ultramar. Ficavam assim criadas as condições para que fosse possível a assinatura dos acordos de paz e o cessar-fogo nas várias frentes de guerra. «O eventual erro de Spínola e dos seus apoiantes terá sido o não entenderem que, após mais de uma dezena de anos de guerra, não havia condições para “outorgar independências” e que, mesmo que a “outorga” fosse possível, ela não se poderia fazer com votos, por tal não corresponder ao processo normal de formação das nacionalidades»²⁶⁹.

A reconciliação de Portugal com a ONU também só se verificou após a aprovação desta Lei. É sintomática a comparação que se pode fazer entre a recetividade que dois altos representantes do poder político português tiveram na Assembleia Geral no prazo de menos de um ano. Quando, a 28 de Outubro de 1973, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, ali discursou na sequência da declaração unilateral da independência da Guiné, muitas dezenas de representantes de outros tantos países abandonaram a sala ostensivamente, e o político português teve que falar para um hemisfério quase deserto. Pouco menos de um ano depois, a 17 de Outubro de 1974, foi a vez do general Costa Gomes, Presidente da República, ali discursar e fê-lo para uma sala plena de pessoas interessadas em ouvir o que tinha para dizer o chefe político da mais recente democracia do mundo.

²⁶⁸ *Idem*, p. 234.

²⁶⁹ Vítor Alves, «Colonialismo e Descolonização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Maio, 1985, pp. 559-567.

Por essa altura, já Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau; estabeleceu os acordos de Lusaca, em 7 de Setembro, visando a independência de Moçambique a 25 de Junho do ano seguinte, e entabulou discussão com os outros movimentos independentistas de Angola e de São Tomé e Príncipe. No entanto, no que às relações com o continente africano respeita, só a assinatura dos acordos de Alvor, a 15 de Janeiro de 1975, representou o primeiro passo para a aceitação do novo regime português por parte dos países de África, e então sim, foi decretado o fim do isolamento diplomático de Portugal naquele continente²⁷⁰.

II Governo Provisório

Spínola e a CCP seguiram o seu trajeto de conflitualidade crescente e sem tréguas, mesmo aquando da formação do II GP. Spínola viu recusados alguns convites para o cargo de Primeiro-ministro. Firmino Miguel, a primeira escolha, escusou-se porque Vasco Viera de Almeida e Sá Carneiro rejeitaram integrar a nova equipa²⁷¹. Vasco Lourenço, porém, afirmou que a escusa se deveu a falta de apoio por parte do MFA, que lhe foi comunicada «aberta e claramente»²⁷². De seguida foi convidado um outro militar, Fontes Pereira de Melo, à data comandante da Região Militar de Évora, que de imediato respondeu negativamente. Seguiu-se-lhe o brigadeiro Freire, colocado na Junta Autónoma das Estradas, que aceitou o encargo, no entanto, soube-se que marcara presença na famigerada «brigada do reumático» e o convite foi retirado²⁷³. Segundo Vítor Alves, «para formar o II GP, Spínola tentou homens que ele pudesse controlar», mas face às dificuldades surgidas, que, na perspetiva do PR haviam sido criadas pela CCP ao não acolher o Plano Palma Carlos, «tentou então entalar o MFA»²⁷⁴ ao envolver os seus dirigentes na governação.

Vítor Alves era contra a participação do MFA no governo. Evocava o Programa, que contemplava a terminologia «governo civil». Justificou o seu pensamento com a convicção de que, os militares envolvidos no governo, levaria ao «desgaste do próprio MFA (...) e quanto maior fosse o desgaste menos tempo duraria a credibilidade (que lhe permitia liderar) o desenvolvimento do processo»²⁷⁵. A exemplo de outros camaradas da

²⁷⁰ Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado...*, p. 67.

²⁷¹ O *Expresso* de 13 de Julho de 1974, p. 4, dava como certo o nome de Firmino Miguel no cargo.

²⁷² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 289.

²⁷³ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, p. 238.

²⁷⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

²⁷⁵ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

CCP, Vítor Alves manteve-se no CE até à tomada de posse do II GP, que integrou, acatando a decisão da cúpula do MFA.

A CCP devia apresentar um nome para o cargo de Primeiro-ministro e Vítor Alves, em entrevista que concedeu a Maria Inácia Rezola, recordou um debate sobre o assunto, em que surgiu pela primeira vez o nome de Vasco Gonçalves. A discussão foi alargada aos partidos, já que José Manuel Galvão Teles, então militante do MES, acompanhado por Jorge Sampaio, deslocou-se ao Palácio da Cova da Moura, onde reuniram com Vítor Alves, Vasco Gonçalves, Melo Antunes e vários civis, entre os quais recordou Álvaro Cunhal, por ter sido a única ocasião em que esteve com o então secretário-geral do PCP²⁷⁶. Na sequência da discussão, Vasco Gonçalves terá recusado o lugar e proposto Melo Antunes. O grupo, porém, concluiu que o major era considerado demasiado à esquerda para primeiro-ministro, pelo que transmitiram a Spínola que a decisão da Coordenadora ia no sentido de indicar Vasco Gonçalves, o que foi aceite. Vasco Lourenço apresenta, contudo, uma versão ligeiramente diferente, ao afirmar que o primeiro nome sugerido pelo MFA ao PR foi o de Melo Antunes, que foi vetado sob a alegação de que ele era comunista²⁷⁷. O nome de Vasco Gonçalves surgiu então como alternativa. Spínola afirmou que o nome do coronel de engenharia surgiu como hipótese, por intermédio de Rosa Coutinho, em reunião do Conselho de Estado²⁷⁸. Costa Gomes, além dos nomes de Melo Antunes e Vasco Gonçalves, avançou com o de Vítor Alves, por o considerar «um oficial inteligente que, aliás, viria a dar provas como ministro da educação. Apesar de até então, nunca ter ocupado qualquer cargo ligado aos assuntos da instrução, conseguiu coordenar o ministério de forma bastante eficaz»²⁷⁹. E, na verdade, em entrevista concedida ao *Expresso*, em Setembro de 1975, Vítor Alves afirmou ter sido o seu nome o primeiro a ser indicado por Vasco Gonçalves e pela própria Coordenadora, sendo a justificação encontrada no facto de ser considerado, de entre todos, o que «teria mais aceitação, enfim, “partiria menos loiça” como se costuma dizer»²⁸⁰. Vítor Alves recusou liminarmente o convite por não se sentir preparado para o

²⁷⁶ José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio – Uma biografia*. Lisboa, Ed. Nelson de Matos, 2012, p. 479.

²⁷⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, p. 290.

²⁷⁸ António de Spínola, *País sem rumo...*, p. 171.

²⁷⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, p. 239.

²⁸⁰ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

cargo, insistindo no nome de Vasco Gonçalves, que «teve de ser convencido a aceitar (...) não estava de maneira alguma à procura de poder»²⁸¹.

Enquanto Spínola exerceu o cargo de PR, nunca o MFA pôs em causa Vasco Gonçalves, disse Vítor Alves a Maria Manuela Cruzeiro, nem havia razões para tal, porque, a linha política seguida por Vasco Gonçalves no II GP nada teve que ver com o que, mais tarde, ficou conhecido por *gonçalvismo*. «Até ao 28 de Setembro, fez uma condução do processo em termos que, de modo algum se podem considerar afastados do Vasco Gonçalves que nós conhecíamos antes do 25 de Abril»²⁸².

Quando a questão da indicação de um nome para primeiro-ministro por parte da CCP se pôs, «decidimos que aceitávamos que um de nós fosse para o cargo se a liderança do Governo funcionasse como um triângulo, com um vértice superior, o do Primeiro-ministro, e dois inferiores, eu e Melo Antunes. Por isso Melo Antunes e eu vamos para ministros sem pasta. Antes de serem anunciadas as decisões, nós funcionávamos sempre a três, até na redação dos comunicados e dos discursos. Vasco Gonçalves delegou muitas das coisas, quer em mim, quer no Melo Antunes. Fez delegação de tudo o que era possível delegar. Erámos sempre um triângulo. Eu, por exemplo, fiquei com os problemas de Sines e de Alqueva, e com os contactos com a grande finança (...). O Melo Antunes ficou com os assuntos externos, descolonização, e o Primeiro-ministro com o resto»²⁸³.

Em Setembro de 1975, já Vítor Alves usava a analogia do «triângulo»²⁸⁴, e o sobre o assunto, o pensamento não divergiu face ao que veio a expor muitos anos depois. Os três vértices representavam três formas distintas de pensar, mas com um objetivo comum: seguir as linhas condutoras plasmadas no Programa do MFA. Só a partir de Novembro, quando o vértice superior se começou a destacar, Vítor Alves e Melo Antunes aproximaram-se um pouco mais, fruto das conversas que se intensificaram entre ambos. Na mesma entrevista ao *Expresso*, e à pergunta sobre quem é que se aproximou mais de quem, Vítor Alves respondeu que talvez tenha sido ele a aproximar-

²⁸¹ *Ibidem*.

²⁸² Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

²⁸³ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

²⁸⁴ O relatório de Alan Lukens «Special Mission to Portugal», datado de 17.10.1974, faz referência ao «triumvirato do Governo» com a constituição referida por Vítor Alves, in Bernardino Gomes; Tiago Moreira de Sá, *Carlucci Vs. Kissinger*. Lisboa: Dom Quixote, 2008, p. 87.

se mais de Melo Antunes, por reconhecer neste uma preparação política «sem dúvida superior»²⁸⁵.

28 de Setembro

Os vários desaires que impediram António de Spínola de impor a sua vontade, levaram-no a que, na tomada de posse do II GP, a 18 de Julho, recuperasse um conceito que Palma Carlos usara a 25 de Junho: «maioria silenciosa»²⁸⁶. Tal como o então Primeiro-ministro, Spínola pretendeu mobilizar a população portuguesa menos ativa politicamente, a fim de dotar o PR da força de que sentia falta. Assim surgiu a ideia da realização de uma manifestação em Lisboa com esse objetivo, que foi marcada para o dia 28 de Setembro. De imediato, a esquerda e a extrema-esquerda uniram-se contra tal manifestação, e desta forma, ficaram reunidos os condimentos para o extremar de posições entre o PR, que contava com o apoio de alguns membros da JSN e dos pequenos partidos de direita e extrema-direita, e Vasco Gonçalves, que tinha a seu lado a CCP e os restantes generais da JSN.

Esta fricção levou ao afastamento do MFA de um dos seus elementos das primeiras horas, Sanches Osório, o responsável pela introdução de Vítor Alves no Movimento. Sendo um democrata de direita, este major de engenharia tomou o partido de Spínola a 28 de Setembro e voltaria a tomar em 11 de Março. No livro de que é autor, *Equívoco do 25 de Abril*, deu largo destaque aos acontecimentos vividos na véspera do dia marcado para a realização da manifestação. Assanhavam-se os espíritos e com eles o braço de ferro entre Spínola, que exigia do Governo o restabelecimento da ordem, ordenando o levantamento das barricadas que a esquerda e a extrema-esquerda, com o apoio do COPCON, haviam montado nas estradas de acesso à capital²⁸⁷, e Vasco Gonçalves, que se recusava a fazê-lo em nome da ordem pública que a manifestação poderia pôr em causa.

Começavam a esgotar-se os argumentos a Spínola, que, certamente em desespero de causa, através de Galvão de Melo, terá desenvolvido esforços para conseguir que a NATO interviesse militarmente em Portugal, para, alegadamente, evitar a tomada do

²⁸⁵ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

²⁸⁶ Avelino Rodrigues *et. al.*, *Portugal depois de Abril*. Edição de autor, 1976, pp. 77-78.

²⁸⁷ Paulo Moura, *Otelo – O revolucionário*. Lisboa: Dom Quixote, 2012, pp. 263-264.

poder pelos comunistas²⁸⁸. No entanto, como também estas diligências não resultaram, cada vez mais isolado, querendo exibir uma força que não tinha, o PR quis reverter a situação a seu favor e exigiu alterações na constituição da JSN, por falta de confiança em alguns dos seus membros. A CCP, porém, através de Franco Charais, impôs a demissão dos membros da JSN que haviam tido um comportamento indigno para com Vasco Gonçalves na noite de 27²⁸⁹, além de que, o PR devia cingir a sua intervenção às funções que cabiam ao cargo. No final do dia 28, Vítor Alves surgiu aos microfones da Emissora Nacional informando: «... é possível anunciar ao País que a situação está controlada em todo o território nacional». Enaltecendo a unidade entre o MFA, o Governo e as massas populares, «unidade que constitui a maior garantia de consolidação das conquistas democráticas do 25 de Abril» Mais adiante, atacou a estratégia de Spínola sem citar o nome do general: «O Programa do MFA jamais poderá servir de cobertura aos objetivos de minorias desesperadas que a toda a hora se recusam aceitar a democratização do País»²⁹⁰. O quadro complicou-se de tal forma para Spínola, que este não viu outra alternativa que não fosse apresentar a renúncia, o que fez com estrondo mediático no dia 30, renúncia «baseada na análise pessoal e subjetiva da situação nacional»²⁹¹.

²⁸⁸ José Pedro Castanheira, «O 28 de Setembro e o pedido de intervenção de Spínola à NATO». *Expresso*, 24 de Setembro de 1994, pp. 26-35.

²⁸⁹ Generais Diogo Neto, Galvão de Melo e Jaime Silvério Marques in Avelino Rodrigues *et al.* *Portugal depois de Abril...*, p. 89.

²⁹⁰ Amadeu José de Freitas, *et. al.*, *Setembro 28 – A negra madrugada*. Lisboa: Ediguia, s/d, pp. 47-48.

²⁹¹ Excerto do discurso de António Spínola in António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 24.

Capítulo IV – Do 28 de Setembro ao 11 de Março

O desfazer do «triângulo»

Com a substituição de Spínola por Costa Gomes, o II Governo Provisório cessou funções. Cinco meses após o 25 de Abril, abriam-se as portas a nova equipa governativa, a terceira, que, diga-se, não sofreu grandes alterações relativamente à segunda, e nenhuma na constituição do «triângulo» condutor da política governamental de que falava Vítor Alves.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, reproduzida na edição de 12 de Outubro de 1974 do semanário *Expresso*, Vítor Alves sublinhou as dificuldades de relacionamento com o general Spínola. «Antes havia um tumulto, um choque interno, o poder estava dividido. De um lado a interpretação pessoal que o general Spínola fazia do Programa do MFA. Do outro, a grande maioria com a interpretação hoje vitoriosa. (...) Não havia governo, não se aplicava o Programa. Tínhamos uma ideia sobre a descolonização, o general tinha outra, a descolonização não andava. Adotámos uma posição sobre a legislação eleitoral, mas o general divergia. Então a legislação eleitoral não saía.» À pergunta se o MFA estava à esquerda do general, Vítor Alves afirmou: «não gosto de rótulos, mas eu diria que é uma força progressiva», para mais adiante especificar: «o MFA é o motor, puxa o barco, dá-lhe direção, é um projeto de mudança...». Concluiu bem ao seu jeito, de forma pragmática, ao reconhecer que «... não estamos numa democracia (...). A democracia é a nossa intenção, pretendemos caminhar para ela»²⁹².

Um ciclo novo começa. Depois de um tempo marcado pelo conflito, mais ou menos latente, muitas vezes explícito, entre spinolistas e o MFA, afastado esse grupo, ideologicamente mais à direita, a breve trecho se verificariam dificuldades no bloco da esquerda, que até aí se havia mantido unido contra o PR e os seus apoiantes. Os mais esquerdistas terão como cabeça de fila Vasco Gonçalves, o vértice superior do «triângulo» condutor do Executivo, enquanto a ala moderada seria liderada pelos restantes vértices, Vítor Alves e Melo Antunes. À medida que o vértice superior se destacava, os restantes dois sentem necessidade de se aproximar. Nesta aproximação, foi germinando a cumplicidade que irá gerar o Grupo dos Nove, que, contudo, apenas ganhará corpo na sequência do 11 de Março e emergirá com a apresentação do

²⁹² Amadeu José de Freitas, *et al.*, *Setembro 28 – A negra madrugada*. Lisboa: Ediguia, s/d, pp. 128-129.

Documento dos Nove, em Agosto. Vasco Vieira de Almeida elucida quando afirmou: «Aos radicais, quem procurou resistir-lhes foram aquelas pessoas que se juntaram à volta de Melo Antunes e de Vítor Alves»²⁹³.

Será, contudo, legítimo concluir que até à criação do grupo de trabalho encarregado de preparar o Programa de Política Económica e Social, oficializado na reunião do Conselho de Ministros de 18 de Outubro, nada de grave afetara a coesão do «triângulo». Caso assim fosse, não seria Melo Antunes a pessoa escolhida para liderar a equipa de especialistas que deveria apresentar as linhas diretrizes das áreas económica e social, para os anos mais próximos. Entre outros, o grupo de trabalho era composto pelos ministros da economia, Rui Vilar, das Finanças, Silva Lopes, dos Assuntos Sociais, Maria de Lurdes Pintassilgo e pelo secretário de Estado do Planeamento Económico, Vítor Constâncio. No entanto, outros contributos terão havido já que, Maria de Lurdes Pintassilgo enalteceu o papel do «major Vítor Alves, que emprestou o seu habitual dinamismo»²⁹⁴. A única mulher que ocuparia o cargo de chefe do Governo em Portugal, ministra nos II e III GP, voltou a elogiar Vítor Alves, ao afirmar que, quem de facto liderava e moderava as reuniões dos Conselhos de Ministros, era o então major. «Devo dizer que o fazia de forma muito eficaz»²⁹⁵.

Esclareceu Vítor Alves que, a partir de certa altura, Vasco Gonçalves «passou a pôr de lado os discursos que haviam sido redigidos pelos três e começou a improvisar. Estragou tudo»²⁹⁶. E, num aceleração contínuo, o fosso foi-se alargando irremediavelmente. Vítor Alves localiza no tempo a rutura na cadeia que unia o «triângulo» em Novembro, quando se deu a «verdadeira “sectarização” dos militares, e em concreto do MFA»²⁹⁷. Coincidiu com o regresso da viagem que fez pela Europa, e com o de Melo Antunes, que também fora em missão ao estrangeiro, «talvez a Argel»²⁹⁸. À chegada depararam-se com uma parede intransponível que os separava do Primeiro-ministro²⁹⁹. «Nós andávamos a viver em equilíbrio, por vezes instável, mas era equilíbrio. Quando nos separam, desequilibrou-se tudo. (...) Vasco Gonçalves fica nas

²⁹³ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 136.

²⁹⁴ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 217.

²⁹⁵ *Idem*, p. 216.

²⁹⁶ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

²⁹⁷ Maria Inácia Rezola, *Os Militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia (1974/1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006, p.54.

²⁹⁸ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

²⁹⁹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

mãos dos seus conselheiros»³⁰⁰, onde pontificavam Rosário Dias, Luís Macedo e Lopes de Mendonça. Eram «Assessores de pensamento monolítico»³⁰¹. Contudo, o próprio Primeiro-ministro parecia desejar esse afastamento, porque, cerca de vinte anos depois, continuava a fazer a defesa da equipa que o assessorou, bem como das políticas então seguidas, inserindo-as na luta pela conquista de um patamar de bem-estar para o povo português, que este nunca alcançara ao longo da sua longa História³⁰². Era o início da luta entre os defensores da legitimidade revolucionária e da legitimidade democrática, que, com o aproximar das eleições e depois delas, viria a ganhar um maior destaque na agenda política e a que só o 25 de Novembro de 1975 poria fim. O desfazer do «triângulo» representou a segunda grande divisão no seio do MFA.

O falso ministro sem pasta

Devido às saídas do Governo de Firmino Miguel e de Sanches Osório, pelas suas estreitas ligações a Spínola, no dia 3 de Outubro foram publicados dois despachos emanados da Presidência do Conselho de Ministros a delegar no ministro sem pasta, «o polivalente Vítor Alves»³⁰³, a gestão dos ministérios da Defesa Nacional e da Comunicação Social, lugares ocupados no Governo anterior pelos oficiais dispensados. Assim se manterá até à reunião do Conselho de Ministros de 18 de Fevereiro de 1975, em cuja ata se pode ler que o PR concordou com as propostas do Primeiro-ministro, que iam no sentido de nomear os comandantes Silvano Ribeiro e Correia Jesuíno para as pastas da Defesa e Comunicação Social, respetivamente³⁰⁴.

Poucos dias após a tomada de posse do III Governo Provisório, Vítor Alves passou a contar com o seu velho amigo António Cavaleiro Ferreira como chefe de gabinete. Até essa data, e desde o 25 de Abril, este homem da Marinha, hoje almirante, estivera em São Tomé e Príncipe como delegado da JSN. A partir dos primeiros dias de Outubro, e enquanto Vítor Alves exerceu cargos ministeriais, Cavaleiro Ferreira haveria de funcionar como seu verdadeiro braço direito, dada a elevada confiança e estima recíprocas.

³⁰⁰ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁰¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006

³⁰² Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, pp. 219-221.

³⁰³ António Almeida Santos, *Quase Memórias – Do colonialismo e da descolonização* (1º Volume). Lisboa: Casa das Letras, 2ª edição, 2006, pp. 379.

³⁰⁴ Ata da reunião do CM de 18 de Fevereiro de 1975 (Pastas das atas dos CM, espólio de Vítor Alves)

Recordou Cavaleiro Ferreira que, na pasta da Comunicação Social, é desse tempo e da responsabilidade de Vítor Alves - se bem que já houvesse trabalho feito pelo seu antecessor -, a primeira Lei de Imprensa do pós-25 de Abril, discutida e aprovada em Janeiro e Fevereiro de 1975 e que vigoraria até 1999. No âmbito da Defesa Nacional, foi de sua iniciativa a criação da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, que até então só vigorava na Marinha e, ainda assim, de modo informal³⁰⁵.

As viagens pela Europa

«A minha viagem pela Europa foi importantíssima porque foi o dar a conhecer, por um membro do MFA com bastante responsabilidade, o que nós queríamos realmente com a revolução, que queríamos uma revolução democrática (apesar de, posteriormente) ter evoluído para socialista...»³⁰⁶. Foi Vítor Alves quem, no Conselho de Ministros de 13 de Agosto de 1974³⁰⁷, alertou para a necessidade de que fossem organizadas missões diplomáticas à URSS e à CEE. Já na vigência do III GP, foi encarregado de representar o Governo e liderar a missão a alguns países europeus, também na perspectiva de sensibilizar os respetivos governantes para a precária situação financeira em que Portugal se encontrava. Foi considerado essencial para o novo regime, criar confiança nos países que podiam ajudar financeira e diplomaticamente Portugal e, por outro lado, demonstrar à Europa os princípios democráticos que moviam os líderes revolucionários portugueses, a fim de pôr cobro às ambiguidades criadas em torno da descolonização pelas alterações spinolistas ao Programa do MFA.

Vítor Alves partiu a 4 de Novembro, e foi acompanhado por duas personalidades que após o 25 de Abril ganharam notoriedade: Vítor Constâncio, o Secretário de Estado do Planeamento Económico, e Vasco Vieira de Almeida, que ocupara a pasta da Coordenação Económica no governo de Palma Carlos, e que viria a ocupar lugar idêntico no Governo de Transição de Angola em representação de Portugal, formado após a assinatura do Acordo de Alvor. A Bélgica, a Itália, a França, a Alemanha e o Reino Unido foram os destinos. Tratava-se de visitar os maiores países da Europa do lado Ocidental do Muro de Berlim, com peso na Comunidade Económica Europeia.

³⁰⁵ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

³⁰⁶ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁰⁷ Espólio de Vítor Alves.

Dos muitos contactos que então estabeleceu, Vítor Alves daria conta que foi o príncipe Carlos, herdeiro do trono britânico, quem mais o surpreendeu pela positiva, dado o vasto conhecimento que demonstrou ter da situação política portuguesa e da História do País. «Era o mais informado de todos»³⁰⁸. Ao invés, as grandes desilusões chegaram da França, através de Giscard d'Estaing e Jacques Chirac, Presidente da República e Primeiro-ministro, respetivamente. Vítor Alves confessou que as primeiras figuras da política gaulesa «não estavam à altura das tradições de liberdade da sua pátria»³⁰⁹, já que, não obstante os tempos de enormes dificuldades que se viviam em Portugal, razão primeira da missão diplomática que recebiam, a principal preocupação de Chirac foi conhecer os negócios que podiam fazer em Angola. Mais tarde, a 17 de Julho do ano seguinte, a França vetou mesmo qualquer auxílio económico a Portugal, alegando o receio de subsidiar uma aliança socialista/comunista³¹⁰.

Da Alemanha veio o pragmatismo e a frontalidade, personificados pelo chanceler Helmut Schmidt, que se mostrou um interlocutor duro e «sem papas na língua», já que quis conhecer, de forma clara, as reais intenções do poder político português face à integração de membros do PCP no Governo. «Pertencíamos ao Conselho Atómico da NATO. Suspendemos a nossa participação. Estávamos mais interessados no que se passava em Portugal»³¹¹. A guerra fria estava no auge e era na Alemanha que, no continente europeu, ela mais se fazia sentir, já que continuava dividida: a RDA, ligada ao Pacto de Varsóvia, e a RFA à NATO. Quanto à frontalidade de Schmidt, Vítor Alves afirmou preferi-la em detrimento das mais comuns intervenções rodeadas de algum cinismo, já que, como dizia, sabia com o que podia contar e «podia trabalhá-los melhor»³¹². A verdade, porém, e foi Vítor Alves quem igualmente o afirmou, não obstante as promessas efetuadas e reiteradas de estudo do caso português, a República Federal da Alemanha só começou a financiar o regime instaurado em 25 de Abril após a demissão de Vasco Gonçalves.

As visitas aos vários chefes de Estado eram meramente protocolares, já que as reuniões de trabalho aconteciam, naturalmente, com os membros dos diversos Executivos com responsabilidades nas áreas a abordar. Com humor, Vítor Alves evocou

³⁰⁸ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes...*, p. 215.

³¹¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006

³¹² Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006

um episódio ocorrido em Roma com o presidente Giovanni Leoni, que, como qualquer presidente italiano, via o seu papel de intervenção bastante limitado, logo, com reduzida atividade, como o acontecimento relatado prova. Vítor Alves e acompanhantes apresentaram cumprimentos a Leoni e, cerca de quinze minutos depois, a visita estava terminada, nada mais havia a dizer a não ser fazer estender as banalidades ou formalidades usadas até ali. Quando a equipa portuguesa dava mostras de querer retirar-se, Leoni fez questão de tentar prolongar o contacto com os portugueses, dizendo: «Fiquem um pouco mais, não tenho nada para fazer».

Foi na sequência da visita a Itália que Vítor Alves prestou declarações públicas sobre a presença de Portugal no Conselho Atómico da NATO, afirmando que o País «não foi posto de lado» por termos no Governo um ministro comunista. «O nosso País está mais interessado, nesta altura, na procura de uma paz efetiva do que numa corrida às armas nucleares»³¹³. Era o discurso possível. Na verdade, no final de Novembro, o *Expresso*, citando «meios afetos à NATO» dava conta que Portugal não participaria nos trabalhos da referida Comissão por não ter manifestado interesse, mas também por ter no seu Governo um ministro que era membro do Partido Comunista³¹⁴. «Já começavam a pintar o Vasco Gonçalves com cores muito carregadas...»³¹⁵.

Este trabalho de diplomata não foi esquecido por quem estava consciente da sua importância, daí Vítor Alves ter sido recordado por Otelo, que lhe agradeceu «... teres conseguido (nos meses que se seguiram ao 25 de Abril) conquistar, durante aqueles meses de brasa, a confiança e a relativa tranquilidade dos poderes instituídos do chamado “Mundo Ocidental”»³¹⁶.

Vítor Alves e os americanos

Os contactos a que Otelo Saraiva de Carvalho se referia não se cingiam apenas aos países europeus, mas também aos EUA. Nas entrevistas a que tivemos acesso, concedidas por Vítor Alves, estes contactos nunca foram abordados, porque, na verdade, também sobre eles não foi questionado. Porém, tudo leva a crer que tenha sido ele o primeiro elemento do MFA com responsabilidades, a entabular conversações com funcionários do Departamento de Estado americano ou da Embaixada dos EUA em

³¹³ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes - No centro da tempestade...*, p.216.

³¹⁴ *Idem*, pp. 216-217.

³¹⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002

³¹⁶ Otelo Saraiva de Carvalho, «Carta a um amigo ausente», *Referencial...*, p. 15.

Lisboa. Tiago Moreira de Sá, na sua obra *Os Americanos na Revolução Portuguesa* (1974-1976), é omissos quanto ao nome de Vítor Alves, no entanto, um telegrama emitido pela Embaixada norte-americana em Lisboa, dirigido ao Departamento de Estado, refere-se-lhe. O ofício aborda o Documento Engrácia Antunes/Hugo dos Santos³¹⁷, é datado de 22 de Agosto, data anterior à divulgação do documento, e dá conta que Vítor Alves, numa postura que se intui de desdramatização, visando criar confiança, como era seu timbre, «confidenciou» quais os objetivos que os subscritores pretendiam alcançar e as envolvências que arrastava³¹⁸.

Apesar de consensualmente se aceitar terem sido os EUA apanhados de surpresa pelo 25 de Abril, Freire Antunes levanta a suspeita de que Vítor Alves tenha feito chegar ao adido do Exército colocado na Embaixada em Lisboa, Charles W. Yerkes, a informação de que iria haver um levantamento militar para derrubar o regime. O historiador não entrou em pormenores quanto a datas e modo de atuação, refere apenas que Yerkes deixou um relatório sobre o assunto. Vítor Alves, em conversa com o historiador, negou tê-lo feito formalmente, admitindo, contudo, que em contexto de encontro social tenha dito ou deixado entender algo sobre o assunto³¹⁹.

Não obstante o silêncio americano nos primeiros meses pós-golpe, não tardou que as preocupações surgissem. A viagem a Portugal de Vernon Walters, à data diretor-adjunto da CIA, é sintomática. No *Expresso* de 17 de Agosto de 1974, num artigo intitulado *O Interesse da CIA por Portugal*, pode ler-se: «Portugal deixou de ser um país insonso e tranquilo para os Estados Unidos». Aliás, Walters, no relatório que elaborou, foi claro face à situação portuguesa e à resposta que os EUA não estavam a dar: «Havia em Portugal um problema de primeira importância e uma embaixada de segunda categoria». Terminou a propor a substituição de Nash Scott, então embaixador em Lisboa, por Frank Carlucci³²⁰, «(...) um nome de topo»³²¹.

Mais preocupados ficaram os americanos quando se deu o 28 de Setembro, que levou à saída de Spínola. Foi na sequência da substituição deste por Costa Gomes que Kissinger decidiu enviar uma equipa do Departamento de Estado para se inteirar da

³¹⁷ Nova investida spinolista para eliminar a CCP, desta feita através de um abaixo-assinado.

³¹⁸ Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes - No centro da tempestade...*, p.168.

³¹⁹ José Freire Antunes, *Os americanos e Portugal (1969-1974), Nixon e Caetano...*, p. 349.

³²⁰ Bernardino Gomes; Tiago Moreira de Sá, *Carlucci Vs. Kissinger*. Lisboa: Dom Quixote, 2008, p.71.

³²¹ Tiago Moreira de Sá, *Os americanos na Revolução portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004, p. 98.

situação portuguesa. Otelo atribuiu a Vítor Alves os primeiros contactos com Peter de Vos, um dos funcionários que integravam essa equipa, liderada por Alan Lukens, chefe do secretariado de Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado. A delegação americana esteve por terras lusas entre 10 e 14 de Outubro e terá sido o relatório de situação que resultou desta visita, que levou a administração Ford abrir as portas a Costa Gomes, aquando da visita deste às Nações Unidas, e decisivo para acelerar a substituição do embaixador americano. De acordo com Tiago Moreira de Sá, este relatório sugeria que os EUA deviam apoiar o PS e Mário Soares, «(...) em quem Washington podia confiar»³²², para evitar que Portugal caísse na órbita moscovita.

Em entrevista ao autor, Otelo afirmou que quando Carlucci chegou a Lisboa, em Janeiro de 1975, trazia em carteira o nome de Vítor Alves como interlocutor preferencial. Nos contactos que passaram a ter, particularmente após o 11 de Março, o embaixador americano foi-se entrosando com a realidade portuguesa - «A confiança que tu, antes de todos, e depois já acompanhado por Mário Soares e pelo Melo Antunes (...) incutiram em Carlucci, permitiu a este (...) vencer Kissinger na sua estratégia da “vacina”»³²³. Efetivamente, Portugal foi poupado a ser o exemplo negativo que o secretário de Estado americano queria dar à Europa, para que outros países não enveredassem pela via comunista. Só assim evitariam um boicote económico idêntico ao sofrido por Cuba, que se mantém desde início dos anos sessenta. No *The New York Times*, de 18 de Abril de 1975, Kissinger dava a conhecer as suas perspetivas sobre a política portuguesa: «Dentro de um ano, Portugal seria um país comunista, ou neutral mas sob forte influência comunista»³²⁴.

Vítor Alves confirmou, de alguma forma, a versão de Otelo, ao revelar ao *Expresso* que partilhava com Frank Carlucci a opinião de que o PS devia liderar o processo político no País³²⁵. Grosso modo, a tese defendida por Otelo vem plasmada em *Carlucci Vs. Kissinger*. Aqui se valoriza o contacto da delegação americana com Vítor Alves, ao ser considerado o mais profícuo de todos quantos tiveram lugar, devido à relação de amizade existente entre o homem do MFA e Peter de Vos. Nesse encontro, Vítor Alves negou «categoricamente» que o Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, fosse comunista,

³²² *Ibidem*.

³²³ *Idem*, p. 15.

³²⁴ João Hall Themido, *Dez anos em Washington (1971-1981) – As verdades e os mitos nas relações luso-americanas*. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 226.

³²⁵ Luísa Amaral *et al.*, «As frentes do combate de 75», *Expresso*, 24 de Novembro de 1990, p. 17.

mas antes, «um humanista progressista, desejoso da mudança». Por fim, terá afirmado que «os principais decisores (em Portugal) eram ele próprio, Melo Antunes e o Primeiro-ministro». Também os autores de *Carlucci Vs. Kissinger* confirmaram a relevância do relatório elaborado por Alan Lukens no desfazer de um primeiro nó criado nas relações entre Portugal e os EUA³²⁶.

Quanto à origem do relacionamento de Vítor Alves com Peter de Vos, que se mostrou fundamental para o papel que os americanos, principalmente através de Carlucci, acabariam por ter no processo revolucionário português, inicialmente admitimos que se tratasse de uma amizade com raízes em Angola, dadas as declarações prestadas ao autor pelo médico e amigo de Vítor Alves, Jorge Peneda. Estiveram ambos naquela Província, entre finais de 1967 e início de 1970. Foi em N'Riquinha, uma base militar no sudeste angolano, que Vítor Alves conheceu e se fez amigo de um militar sul-africano, Ben Ross, especialista em guerrilha, e cujos escritos eram seguidos nos centros de formação militar dos EUA. Esta particularidade originou contactos entre o sul-africano e o Pentágono, contactos que Peneda alvitrou terem sido passados por Ross ao militar português, pelas relações de amizade então firmadas.

Esta relação de proximidade entre os militares portugueses e os sul-africanos tem suporte histórico no acordo de cooperação militar assinado por Portugal, África do Sul e Rodésia, na segunda metade da década de sessenta. As forças portuguesas puderam beneficiar do apoio material sul-africano, na expectativa de que dessem combate aos guerrilheiros da SWAPO, que se acoitavam em Angola, na zona de fronteira com a Namíbia, na área sob controlo do aquartelamento de N'Riquinha. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes atribuem grande importância estratégica a esta base, ao ponto de, não obstante o isolamento geográfico, referirem a realização ali de um encontro ao mais alto nível, entre portugueses e sul-africanos, em 1968, quando Vítor Alves era o comandante de companhia. Nesta qualidade, coube-lhe fazer um ponto de situação às individualidades presentes: o Ministro da Defesa português e o comandante da Região Militar de Angola, e, pelo lado sul-africano, o general Fraser e o coronel Van Pittius³²⁷.

Otelo Saraiva de Carvalho, concordando que as primeiras ligações de Vítor Alves aos americanos ocorreram aquando da sua passagem por Angola, retirou ao sul-africano

³²⁶ Bernardino Gomes; Tiago Moreira de Sá, *Carlucci Vs. Kissinger...*, pp. 88, 89.

³²⁷ Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Alcora – O acordo secreto do colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013, p.126.

o papel de elo de ligação, já que, em sua opinião, na antiga Província Ultramarina, havia agentes da CIA com quem o militar português estabeleceu contacto, designadamente Peter de Vos, que era especialista em assuntos militares³²⁸.

Teresa Alves, contudo, esclareceu que de Vos pertencia ao corpo diplomático americano em Lourenço Marques, e foi aí que se conheceram. Desde então, os dois homens estabeleceram relações cordiais. Desconhece se ele era ou não da CIA, nem está certa que o marido o soubesse, pensa que não. Não tem dúvidas, contudo, quanto à consistência dos laços que em Lourenço Marques foram firmados entre os dois homens. Na entrevista que Teresa Alves concedeu ao autor, ao ser abordado o tema, evocou o dia em que Vítor Alves lhe anunciou que Peter de Vos estava em Lisboa, integrado numa delegação dos EUA. Não recorda a data, mas sabe ter sido pouco tempo após o 25 de Abril. A pedido do marido, acabou por organizar uma receção em casa, em honra do funcionário americano. «Não havia dinheiro para o levar a jantar fora»³²⁹, adiantou, com aparente ironia. Recordou igualmente os muitos encontros que o marido manteve com Frank Carlucci, em almoços frequentes. Em algumas situações, os encontros eram extensíveis às respetivas esposas e decorriam nos aposentos privados do embaixador. Fez questão de salientar, porém, que não obstante estas ligações, «se o Vítor desconfiava de alguém, era dos americanos». Contudo, é sua convicção de que, na conjuntura que se vivia em Portugal, Vítor Alves terá chegado à conclusão de que uma aproximação aos EUA fragilizaria as forças minoritárias, que, no entanto, detinham o poder e mantinham-se determinadas em levar o País para a esfera soviética. Mais recentemente, aquando da última viagem de Carlucci a Portugal, ocorrida poucos meses após a morte de Vítor Alves, Teresa foi convidada para se deslocar à Embaixada dos EUA. Em conversa com o antigo embaixador, entre muitos outros elogios que dirigiu ao marido, ouviu dizer-lhe que, no chamado «Verão Quente», ele foi uma figura fundamental em todo o processo político, devendo, por isso, sentir-se orgulhosa³³⁰.

Sobre estas primeiras ligações de Vítor Alves aos americanos no pós-25 de Abril, o almirante Vítor Crespo afirmou nada saber de concreto, até porque já estava em Moçambique há cerca de um mês, como Alto-Comissário, quando chegou a Portugal a delegação que Peter de Vos integrava. Contudo, e a propósito de contactos com

³²⁸ Otelo Saraiva de Carvalho em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

³²⁹ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

³³⁰ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

americanos, recordou-se que no Verão de 1975, por várias vezes acompanhou Vítor Alves à Embaixada americana em Lisboa, em visitas secretas. Ter contactos com americanos naqueles tempos não era bom para o currículo, ainda que as visitas tivessem razões nobres a justificá-las, como foram os casos. O objetivo dos dois «capitães de Abril» era tentar solucionar os problemas que os separatistas açorianos estavam a causar no arquipélago. Porque se foi cimentando a convicção de que o País caminhava para um regime alinhado com o Bloco de Leste, a hipótese de os EUA perderem a base das Lages existia, ainda que apenas no plano teórico e «Naquela altura, os americanos não podiam abdicar dos Açores, com Portugal ou sem Portugal»³³¹. Acreditava-se que os tumultos eram, em grande medida, gerados e patrocinados pela comunidade açoriana radicada nos EUA. De facto, em Boston, foi mesmo criada uma organização, o «Comité Açoriano 75», com intuítos separatistas, já que fizeram a entrega no Consulado de Portugal daquela cidade, de uma carta cujo teor ia nesse sentido, chegando a entrar no campo das ameaças, ao criticar as autoridades portuguesas pela forma como estavam a tratar os «nacionalistas açorianos» e ao declarar que a «vasta» comunidade açoriana da Nova Inglaterra se responsabilizaria por tomar a melhor decisão sobre o futuro dos Açores³³². Bem sugestivo foi o nome escolhido para o «porta-voz oficioso do movimento separatista açoriano»: *Portuguese Times*, que na edição de início de Julho de 1975, deu conta de um encontro entre elementos do Exército de Libertação de Portugal, com a cúpula da Frente de Libertação dos Açores e o «governo provisório» dos Açores³³³.

Por outro lado e até determinada altura, os separatistas puderam contar com o beneplácito das autoridades americanas. Em Abril de 1975, Henri Kissinger defendeu que a América não devia rejeitar automaticamente uma declaração de autonomia ou independência dos Açores. Esta posição foi, contudo, revista em 31 de Maio, quando o secretário de Estado deu instruções ao Consulado americano de Ponta Delgada, para «ênfatar a posição de estrita neutralidade dos EUA»³³⁴. Vítor Crespo mostrou-se convencido de que os contactos que, por aqueles dias, realizou com Vítor Alves, muito terão contribuído para minimizar o problema, que, no entanto, perduraria, mesmo

³³¹ Vítor Crespo em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

³³² Gomes, Bernardino; Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci Vs. Kissinger...*, p. 243.

³³³ Santos, Boaventura Sousa; Cruzeiro, Maria Manuela; Coimbra, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto: Edições Afrontamento/Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997, p. 224.

³³⁴ Gomes, Bernardino; Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci Vs. Kissinger...*, p. 239.

quando Portugal caminhava já nos trilhos constitucionais. Só a estabilização política no continente, a passagem do tempo e alguma repressão judicial, foram determinantes para fazer esbater o fantasma da independência dos Açores, unanimemente rejeitada pelas cúpulas de poder em Portugal.

Os Partidos e o MFA

Vítor Alves afirmou ter sido assediado pelo PCP, PS e PPD. Só a extrema-esquerda e o CDS não tentaram arregimentá-lo. Nunca aderiu a qualquer partido, nem mesmo ao PRD, que viria a ajudar a fundar nos anos oitenta. «Não passo de militar a militante». Todos os partidos queriam ter o «seu» militar de Abril ou, no mínimo, procuravam influenciá-los, ainda que estes não procurassem influências, o que não terá sido o caso de todos. «Melo Antunes repetia, à exaustão, que o MFA tinha de ser autónomo dos partidos»³³⁵. Também Vítor Alves sabia que a ligação dos militares aos partidos acarretava problemas sérios. Inevitavelmente geraria divisões nas FA, um corpo que se pode tornar perigoso se lhe faltar a coesão. Tornou a alertar os seus camaradas para essa realidade na reunião de S. Julião da Barra entre *moderados* e *gonçalvistas*, ocorrida em 18 e 19 de Junho de 1975, quando ambas as fações tentavam não desperdiçar o que parecia ser uma última janela de oportunidade para o entendimento. Dos vários encontros havidos, resultou o PAP (Plano de Ação Política), que apesar de ter sido aprovado pelo CR, teria vida efémera. Dos «cinco grupos de problemas» que Vítor Alves identificou como os mais nefastos, começou por aquele que no momento achou ser o mais importante, que se reproduz parcialmente: «Temos que ter poder político-militar. Esse poder (...) só é possível com uma verdadeira demarcação partidária, uma desconexão dos partidos»³³⁶. Ainda assim, nunca o escondeu, a proximidade de sensibilidades face às várias opções de organização de uma sociedade, não podia deixar de emergir. «Fui mais influenciado pelos que defendiam o socialismo democrático, porque é esse o meu pensamento»³³⁷, não obstante, «Não passo de militar a militante»³³⁸.

Numa outra vertente, Vítor Alves disse-se muito condescendente com os partidos políticos. Reconheceu que, por vezes, os seus principais dirigentes não tinham o melhor

³³⁵ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

³³⁶ Coronel Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro...*, p. 194.

³³⁷ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

³³⁸ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

comportamento para com o MFA, mas via nisso a imaturidade de que todos eles padeciam. A exceção era o PCP, que tinha já uma história longa e uma estrutura bem oleada aquando do 25 de Abril, saindo da «...clandestinidade com mais de 10 mil militantes inscritos, um sector intelectual poderosíssimo e influência em múltiplas áreas da sociedade»³³⁹. O PS nascera um ano antes, mas uma parte dos seus dirigentes estava no estrangeiro, a orgânica era incipiente e, só após o golpe militar, com o regresso dos exilados, o partido começou a estruturar-se enquanto agremiação política. Quanto ao MDP, hesitava entre manter-se como movimento de intervenção cívica ou transformar-se em partido. Vítor Alves reconheceu que este movimento, depois partido, mais do que o PCP, tinha uma grande influência no gabinete de Vasco Gonçalves.

Não obstante o benefício de dúvida que sempre deu aos partidos que nasciam, Vítor Alves admitiu ter tido alguma dificuldade em digerir os exageros de Francisco Sá Carneiro, que se terá excedido ainda mais do que os líderes do PS, partido vencedor das primeiras eleições. Aliás, definia o PPD como uma amálgama de interesses ideológicos, que albergava, entre outros, uma certa direita mais extremista, para quem «os militares eram os malcomportados de serviço, que até haviam ousado fazer o 25 de Abril». Para Vítor Alves, este seria o discurso encapotado do PPD para agradar a essa parte significativa da sua base de apoio, que representava o que de mais retrógrado a sociedade portuguesa comportava. Aliás, levantou muitas dúvidas sobre se o PPD/PSD tem ideologia, inclinando-se a pensar que se trata, tão só, de um partido de poder, que vive de um fantasma: Sá Carneiro. Foi ainda mais longe ao afirmar que «O PPD herdou a ANP e só nos apercebemos um bocadinho mais tarde»³⁴⁰.

O CDS foi criado por iniciativa de António de Spínola, através do seu aliado incondicional Almeida Bruno, que se deslocou a casa de Freitas do Amaral, seu colega no Conselho de Estado, para o convencer a criar um partido que representasse as franjas sociais situadas ideologicamente mais ao centro ou à direita³⁴¹. Spínola já antes tentara o mesmo com o general Kaúlza de Arriaga, mas não foi bem-sucedido. O episódio foi relatado por Sanches Osório na entrevista que nos concedeu. Referiu que, a dada altura, foi encontrar o então PR furioso, percebendo depois que tão mau humor surgiu quando o general apresentou a proposta a Kaúlza e deste recebeu a resposta de que não podia

³³⁹ Orlando Raimundo, «Álvaro Cunhal - Retrato de uma vida», *Expresso*, 8 de Setembro de 2001.

³⁴⁰ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

³⁴¹ José Pedro Castanheira, «Confronto de Memórias», *Expresso*, 3 de Junho de 1995, pp. 42-46.

aceitar tal convite porque se considerava um homem de esquerda. Mais tarde, Freitas do Amaral veio a reconhecer que cometeu um erro crasso ao não ter fundado o partido logo após o 25 de Abril, como fizeram Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota, ao criarem o então PPD, que assim, agregou grande parte da direita que não se revia noutras formações.

«Esse é o tempo em que os partidos aproveitam a presença dos militares para consolidarem as suas estruturas. (...) Sempre considerei que, nessa primeira fase, e até haver a Constituinte e a Constituição, aliás como constava no Programa, o MFA tinha de ser o ‘motor’, mas via que findo o período de transição, os militares deveriam abandonar a vida política. Realmente, eu queria um processo de democratização feito por civis com o apoio dos militares, enquanto esse apoio fosse necessário (...) mas os partidos apoiavam-se muito em nós. Houve momentos em que nós éramos tudo: ministros, bombeiros (...). Eles não se atreviam a mexer em determinados universos e matérias, por falta de quadros»³⁴².

Não obstante a condescendência que o major dizia ter face aos partidos que se desenvolviam, na entrevista ao *Expresso*, de Setembro de 1975, quando questionado sobre possíveis ambições políticas, Vítor Alves afirmou-se desiludido com algumas posturas partidárias, concretizando com alguma dureza: «O que restringe o meu entusiasmo face à política foi ter visto grupos (...) que puseram sempre à frente os seus próprios interesses numa fase em que, para mim, essa posição era inaceitável. Se isso é normal num país estabilizado, considero essa atitude um crime...». Para pouco depois não poupar igualmente alguns dos seus camaradas de armas quando se deixaram «instrumentalizar e sectarizar», por considerar fundamental para o País dispor de umas Forças Armadas coesas em torno de um projeto aceite pelas forças políticas «...e ainda não conseguimos criar esse projeto»³⁴³.

³⁴² Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁴³ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

Capítulo V – O «Verão Quente»

11 de Março

Sobre o 11 de Março, mais do que uma vez Vítor Alves reconheceu não saber o que se passou. Foi até mais longe ao afirmar: «Não acredito que haja alguém que possa dizer que o 11 de Março foi isto ou aquilo. Dia de são golpe era todos os dias»³⁴⁴. Ainda assim, estava inclinado a pensar, como adiantou a Maria Manuela Cruzeiro, que a «Direita é levada a mexer-se pela esquerda radical». De facto, de tudo quanto se passou, a extrema-esquerda foi a maior beneficiária, uma vez que até os chamados *moderados*, que se autonomizavam face aos *gonçalvistas*, perderam margem de manobra. É consensual que o 11 de Março acentuou a viragem à esquerda na revolução, de que Vítor Alves disse ter sentido os primeiros sinais em Novembro, quando o «triângulo» condutor do Governo apresentou as primeiras fissuras na sua coesão.

Muito mais tarde, Vítor Alves admitiu ter respeito profissional pelos spinolistas envolvidos na tentativa de golpe, para acreditar que tenham organizado aquela «não operação militar». Só razões graves e de última hora podiam explicar a precipitação a que se assistiu naquele dia. Encontrava, de resto, semelhanças com o 16 de Março de 1974 em termos da organização, ou falta dela, além de ambas as tentativas de golpe terem spinolistas na origem e visarem antecipar um outro golpe. No 16 de Março, os mais próximos do general Spínola quiseram antecipar-se ao que viria a ser o 25 de Abril. Foi Casanova Ferreira quem o disse, sendo citado por Otelo: «Temos de nos antecipar»³⁴⁵, confiando que Otelo fosse um incondicional spinolista como ele. Já o 11 de Março de 1975 procuraria antecipar-se à chamada «Matança da Páscoa», que afinal não terá passado de uma lista de que alguns falaram, mas que poucos terão visto. Vítor Alves pertencia ao vasto grupo dos que nunca ouviram falar de tal lista. Independentemente da facção responsável «esta sublevação escapou aos *moderados*»³⁴⁶.

Do que foi possível apurar sobre o tema, Sanches Osório e Costa Gomes confirmaram ter sabido da existência da lista antes de 11 de Março, reconhecendo, contudo, nunca tê-la visto e desconhecerem a sua origem, ainda que o primeiro

³⁴⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

³⁴⁵ Otelo Saraiva de Carvalho em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, 2004.

³⁴⁶ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

adiantasse que era oriunda de uns serviços secretos não identificados³⁴⁷. Almeida Santos é mais preciso quando escreveu que o fadista João Braga disse tê-la visto numa reunião em Madrid, em que participaram o antigo subdiretor da DGS, Barbieri Cardoso, os engenheiros Santos e Castro e Jorge Jardim, e ainda o 1º tenente Carlos Rolo. Santos e Costa terá afirmado que a lista era proveniente dos serviços secretos espanhóis, e tinha por trás o PCP. Sempre segundo Almeida Santos, Rolo trouxe a lista (três ou quatro folhas fotocopiadas) para Lisboa e, a dada altura, Galvão de Melo disse ter recebido Sanches Osório e Alpoim Calvão, que, muito nervosos lhe exibiram umas folhas onde constava o seu nome, porém, o general não se assustou. Mais, criticou António de Spínola por ter caído na armadilha, até porque: «Caiu porque quis, que eu bem o avisei. Um general não tem o direito de cair assim numa coisa dessas. Uma matança numa altura em que o mundo tinha os olhos em nós...»³⁴⁸.

Na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vítor Alves informou que, investido no papel de Ministro da Defesa, esteve no estrangeiro para assistir a uma conferência da NATO, ausência que coincidiu precisamente com os dias que antecederam o 11 de Março. Constata-se que o então major foi vítima de um lapso de memória. Nessa altura, Silvano Ribeiro exercia já funções como ministro da Defesa, além de que a Cimeira de Londres, para abordar a problemática de Timor, cuja delegação portuguesa foi liderada por Vítor Alves, ocorreu precisamente a 9 desse mês de Março. Certo é que «chegou na madrugada desse mesmo dia (dia 11); fui eu buscá-lo ao aeroporto»³⁴⁹.

No pressuposto de que tenham sido elementos dessa facção mais esquerdista a falar da lista ou a fazer crer na sua existência, Vítor Alves avançou com o Programa de Política Económica e Social como causa, pois havia sido aprovado no Conselho dos Vinte e, depois, a 8 de Fevereiro, em Conselho de Ministros. Por essa altura, a esquerda mais radical apostava já nas nacionalizações e no modelo de reforma agrária que viria a ser aplicado, medidas que o PPES, não previa. A extrema-esquerda tinha interesse no 11 de Março porque não queria o PPES, além de que também não queria as eleições, porque retiravam força à legitimidade revolucionária. Vasco Gonçalves reconheceu que, com a dinâmica gerada pelo fracasso do golpe Spínolista, o PPES ficou ultrapassado³⁵⁰.

³⁴⁷ Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1975, p.145.

³⁴⁸ António Almeida Santos, *Quase Memórias* (1º Volume) ..., pp. 404-405.

³⁴⁹ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

³⁵⁰ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves*..., p. 136.

Apesar de ter sido a extrema-esquerda a única a beneficiar com o golpe, a criação da «Matança da Páscoa» não tem de ter tido origem nesta facção política. Franjas de uma certa direita que nunca se conformaram com o afastamento de Spínola, poderão ter gerado a ideia e divulgá-la, para obrigar o general a agir. Neste sentido foi o spinolista tenente-coronel Xavier de Brito, ao responsabilizar a extrema-direita radicada em Espanha pela criação da famosa lista e pô-la a circular, visando «...aliciar Spínola a aderir a uma tentativa de golpe de Estado»³⁵¹.

Vítor Crespo, apesar da proximidade de pensamento que sempre o ligou a Vítor Alves, foi mais longe que o amigo ao afirmar que todas as questões atrás aludidas, usadas para de alguma forma explicar o 11 de Março, não passam de pormenores e, quanto muito, teriam servido de instrumentos face à verdadeira mão que tudo moveu: o capital. «O 11 de Março foi um fenómeno quase natural face ao evoluir da situação. Havia um choque entre o capital e a revolução que o fazia antever. (...) Não foram os assessores diretos de Spínola que provocaram a coisa, mas a direita mais extremista, onde estava o capital»³⁵².

De acordo com as informações que lhe chegaram, e sentindo-se então ameaçado fisicamente, Sanches Osório admitiu ter participado em reuniões que visavam um levantamento militar, com, entre outros, Firmino Miguel, no dia 9 ou 10 de Março, no Hotel Altis, e com Alpoim Calvão, noutras ocasiões e locais. Como Osório teve ocasião de afirmar em tom crítico, «Spínola continuava em Massamá, qual De Gaulle, à espera que o chamassem para reocupar a Presidência da República, enquanto o País corria a alta velocidade para os braços dos comunistas»³⁵³. Esta frase, vinda de quem vem, é paradigmática de um certo estado de espírito da facção que vai estar por detrás do 11 de Março e depois no MDLP. Era preciso retirar Spínola do seu remanso sintrense e obrigá-lo a agir contra o caminho que a revolução tomava.

Para explicar o fracasso em que se transformou a operação militar do 11 de Março, Sanches Osório contou um episódio exemplificativo das muitas hesitações que preenchiam os homens que mais de perto lidavam com o general Spínola. Esclareceu que fazia parte do plano o assalto ao Conselho de Estado. Visando concretizá-lo, era necessário que o comandante da guarda ao Palácio de Belém fosse um determinado

³⁵¹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril - Mitos de uma Revolução...*, p. 131.

³⁵² Vítor Crespo em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

³⁵³ Sanches Osório em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

capitão paraquedista, cujo nome não indicou. A segurança ao Palácio de Belém, onde reunia o CE, era garantida alternadamente pelas três forças especiais, uma por ramo: fuzileiros, paraquedistas e comandos. Falaram com Rafael Durão, à data comandante da Base Escola de Paraquedistas, em Tancos, para que agisse em conformidade. A recusa saiu célere: «Não pode ser, porque esse capitão é comandante da instrução e a instrução está em primeiro lugar»³⁵⁴. Além de que, continuou Sanches Osório, muitos dos militares que Spínola terá chamado à última da hora «borregaram». Quanto a estes, referiu como exemplos os nomes de Almeida Bruno, Ricardo Durão e Salgueiro Maia. Os dois primeiros não se livraram da prisão. Quanto a Salgueiro Maia, afirmou ter estado em Tancos no dia 11 de Março para esclarecer com Spínola as informações que haviam chegado à EPC, aproveitando a deslocação para o tentar demover da ação que desencadeara. A dada altura da conversa, quando o general ficou ciente do revés, reconheceu que fora enganado³⁵⁵. Mais tarde, e, certamente, não se referindo apenas ao 11 de Março, o general não pouparia nas palavras ao afirmar ao *Expresso*: «A cobardia proliferou em alguns dos meus companheiros de armas que traíram a minha confiança e o Programa do MFA, em nome do qual estavam no poder»³⁵⁶. Alpoim Calvão afirmou que só no dia 10 de Março tomou conhecimento da lista da «Matança da Páscoa», embora o plano para prender alguns membros do Conselho dos Vinte viesse de trás, sendo peça considerada fundamental para o golpe, o capitão António Ramos, de quem falava Sanches Osório³⁵⁷.

Menos divulgado é talvez o facto de, nesse mesmo dia 11, o Palácio de Belém, onde tinha residência o Presidente da República, ter sido alvo de disparos efetuados a partir de aviões. Foi Costa Gomes quem o deu a conhecer numa entrevista a *O Jornal Ilustrado*. O Pátio das Damas e o Pátio dos Bichos foram as alas mais atingidas. Acrescentou que houve outras alturas em que o Palácio foi alvo de disparos, mas em termos de datas, registou apenas o 11 de Março³⁵⁸.

«Assembleia Selvagem»

³⁵⁴ Citado por Sanches Osório em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

³⁵⁵ Salgueiro Maia, *Capitão de Abril, Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias, 1994, p. 107.

³⁵⁶ «Costa Gomes foi conivente com o PC», *Expresso*, 24 de Abril de 1993, p. 14.

³⁵⁷ Maria João Avelaz, *Do fundo da Revolução...*, p. 103.

³⁵⁸ Afonso Praça e Pedro Vieira in «Entrevista a Costa Gomes», *O Jornal*, 7 de Fevereiro de 1992.

A consequência direta do 11 de Março, para além da fuga para o estrangeiro das principais figuras envolvidas, foi o já referido virar à esquerda da revolução. Muito do que foi introduzido e que consubstanciou estas mudanças, foi abordado e/ou decidido, na famosa Assembleia do MFA, marcada ato contínuo aos acontecimentos militares, ainda no dia 11, e se prolongou pela madrugada do dia seguinte. Ficou conhecida para a História como «assembleia selvagem», por não ter sido convocada de acordo com os trâmites usuais, o que não coibiu Costa Gomes de a aceitar e de nela participar com o Primeiro-ministro, no Centro de Sociologia Militar, atual Instituto de Defesa Nacional. José Manuel Barroso deu conta que a assembleia foi precedida de grandes movimentações de militares junto do Palácio de Belém, militares arregimentados pela 5ª Divisão do EMGFA, visando pressionar o PR a autorizar a sua realização³⁵⁹.

Vítor Alves afirmou a Maria Manuela Cruzeiro ter estado presente e disse-se desagradoado com muito do que ouviu. «Grande parte da reunião foi marcada pela denúncia de camaradas. Não posso esquecer, por exemplo, a maneira como foi tratado o coronel Costa Brás. Foi miserável»³⁶⁰. Nem o PS terá saído incólume, porque também o «grupo socialista» foi alvo da acusação de ligações a Spínola, acrescentou na mesma entrevista, talvez devido às visitas que alguns dirigentes do PS, designadamente «Jaime Gama, Manuel Alegre e Edmundo Pedro»³⁶¹, fizeram ao general quando este se deixou ficar por Massamá.

Os ânimos estavam de tal forma inflamados que, num País onde a pena de morte fora abolida há mais de cem anos, foi pedido o fuzilamento para os principais responsáveis pelo movimento militar desse dia. Um dos que o fez foi o capitão Henrique Maurício, do CIAAC, que, trinta anos mais tarde diria ter sido mal interpretado, porque «apenas disse qualquer coisa como esses garotos precisam de ser todos encostados à parede»³⁶². Reconheceu, contudo, que o ambiente era de indignação e de exaltação extrema pelo que sucedera, horas antes, no RAL 1, onde, lembre-se, ocorreram duas vítimas mortais, um soldado e um civil, para além do ferimento de outros militares. Segundo a mesma fonte, outro dos que terá exigido fuzilamentos, foi o

³⁵⁹ José Manuel Barroso, «5ª Divisão, do lado da Revolução selvagem», *Diário de Notícias*, 30 de Agosto de 2005.

³⁶⁰ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁶¹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril - Mitos de uma Revolução...*, p. 128.

³⁶² Adelino Gomes e J. P. Castanheira, *Os dias loucos do PREC*. Lisboa: Expresso/Público, 2006, p. 20.

mais conhecido capitão Dinis de Almeida, que tinha grandes responsabilidades no aquartelamento que fora alvo do ataque.

Este militar de Abril, a dado passo da intentona, foi captado por uma câmara da televisão a parlamentar com o capitão dos paraquedistas que comandava as tropas sitiadas. Serviu como mediador o único dos três que ali se encontrava à civil, Costa Correia, outro militar que, na manhã de 26 de Abril, comandou as tropas da Armada que ocuparam a sede da PIDE/DGS. As imagens gravadas nas imediações do RAL 1 ficaram célebres, até porque, salvo outras opiniões, ajudam a perceber como é que os portugueses, ao longo dos séculos, foram conseguindo ultrapassar certas dificuldades, permitindo que, não obstante a localização periférica e a reduzida dimensão, o País continue independente ao fim de quase novecentos anos. Também às portas do RAL 1, naquele final de manhã de 11 de Março de 1975, a diplomacia falou mais alto do que as armas e a ação bélica morreu ali. A verdade é que, na «assembleia selvagem», os discursos com propostas mais radicais não mereceram a atenção da generalidade dos militares presentes. «As reuniões eram todas gravadas, mas neste caso as fitas desapareceram»³⁶³. Acrescentou Vítor Alves com ironia.

Conselho da Revolução

«O CR nasce claramente com o 11 de Março e já voltado para a tal revolução socialista. De resto, a composição, dentro da luta que se vinha a travar entre os militares, é maioritariamente à esquerda»³⁶⁴. Com a criação do CR, são extintos a JSN, o Conselho de Estado e o Conselho dos Vinte. O pouco peso que os civis detinham no processo político ficou mais reduzido com a extinção do CE. O CR é definido como «órgão executivo do Movimento das Forças Armadas, ao qual competirá a direção da revolução»³⁶⁵, respondendo perante a AMFA. Ambos os órgãos foram criados pela Lei nº 5/75, de 17 de Março, e representaram a institucionalização do MFA. «Por uns, o CR é tido como a vanguarda da revolução, por outros como o garante da revolução do 25 de Abril e do cumprimento do Programa»³⁶⁶. Parece que todos têm razão, ainda que em tempos diferentes, senão vejamos, voltando a Vítor Alves e à entrevista concedida a

³⁶³ Vítor Alves a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ Maria Inácia Rezola, *Os militares na Revolução de Abril – O Conselho da Revolução...*, pp. 132-133.

³⁶⁶ Vítor Alves a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

Maria Inácia Rezola: «A primeira fase do CR é a fase da vanguarda, do CR como motor da revolução; a segunda fase é a de garante do 25 de Abril».

Na sua primeira composição, o CR não incorporava os ministros militares. Do governo, apenas fazia parte o Primeiro-ministro, e se fosse militar. Desta forma, homens como Melo Antunes e Vítor Alves não foram incluídos. Ficou também de fora Vítor Crespo, então Alto-Comissário em Moçambique, que, mal soube, tomou o primeiro avião para Lisboa a fim de pedir explicações. Segundo Vítor Alves, em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Costa Martins, o ministro do Trabalho de Vasco Gonçalves, foi sacrificado para poderem excluí-lo a ele, bem como aos seus dois camaradas. A intervenção determinada, há quem diga mesmo ameaçadora, de Vítor Crespo, fez com que a composição do CR fosse repensada e assim, além dos três ministros militares, passaria também a ser conselheiro da Revolução o Alto-Comissário de Moçambique. Todos os quatro haviam pertencido à primeira CCP. Para Vítor Alves, Vítor Crespo teve a coragem de denunciar as consequências últimas do 11 de Março, o afastamento dos *moderados* em favor dos mais extremistas, porém para que fosse feito o reparo, a atuação do homem da Marinha no CR, «com uma força moral e revolucionária bastou»³⁶⁷.

«Ao contrário do que se diz, não houve ameaças. Fui dos primeiros a sentar-me, e à medida que os conselheiros iam chegando, pensando que eu estava em Moçambique, iam-me questionando sobre as razões de estar ali e a todos respondi: estou aqui sentado por direito próprio, estive na Pontinha», adiantou Vítor Crespo. Quando chegou Costa Gomes, o último a entrar, a sua estupefação não foi inferior à dos restantes e também ele teve direito ao mesmo tipo de resposta, acrescentando-lhe, contudo, que tinha alguns reparos a fazer à atualidade política. «Costa Gomes percebeu logo o que eu queria e passou a apoiar-me. Quando chegou a minha vez, disse o que pensava: estes dois senhores (Melo Antunes e Vítor Alves) são essenciais no CR. Vítor Alves está na génese da revolução»³⁶⁸. Apesar de não ter feito alarde disso, nenhum dos presentes ignorava que Vítor Crespo conseguira organizar as forças armadas em Moçambique, tendo às suas ordens cerca de 40 mil militares que obedeciam ao comando, o que na Metrópole não era fácil encontrar por esse tempo. Além de que «deixei dois *Boeings*

³⁶⁷ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

³⁶⁸ Vítor Crespo em entrevista ao autor, Lisboa, 2013.

707, mais dois 747 na placa e um terceiro ia a caminho, para trazer para cá as pessoas que fossem precisas»³⁶⁹. Foi ainda abordado o episódio da pistola que terá pousado sobre a mesa, gesto que terá sido entendido como ameaça. Vítor Crespo afirmou não se recordar de que isso tenha acontecido, no entanto, admitiu essa possibilidade, porque na altura usava sempre uma pistola à cintura, e como esteve algumas horas sentado, pode tê-la tirado, devido ao incómodo que, em circunstâncias análogas, a arma lhe causava. Garantiu, contudo que o facto, a ter existido, «não teve qualquer significado político nem intuítos ameaçadores».

Vítor Alves considerou fundamental a reação dos *moderados*, que, nessa altura, estavam já bem destacados dos mais extremistas e se cingiam a três: ele próprio, Melo Antunes e Vítor Crespo. César Oliveira concorda com o trio, embora lhe acrescente mais um nome: Vasco Lourenço³⁷⁰. Contudo, na entrevista que deu a Maria Manuela Cruzeiro, Vítor Alves afirmou que Vasco Lourenço, ao tempo, não podia ser considerado um *moderado*, situando-o a meio caminho entre estes e os *otelistas*, que já se distinguiam dos *gonçalvistas*, assim como Franco Charais, Pezarat Correia e Costa Neves, futuros elementos do Grupo dos Nove. Sousa e Castro, dada a sua posição extremista na «assembleia selvagem» e combate anterior ao PPES, estaria, ainda mais, à esquerda. Vítor Crespo foi no mesmo sentido quando afirmou: «Talvez o núcleo duro do Grupo dos Nove tivesse nascido ali, a três, precisamente Melo Antunes, Vítor Alves e eu». Acrescentou porém, que, na reunião do CR em que impôs a sua presença, foi Sousa e Castro quem mais o apoiou³⁷¹.

Face ao grande desequilíbrio de forças que notoriamente existia, com enorme desvantagem para os *moderados*, foi necessário tudo fazer para tentar engrossar o núcleo duro e, assim, atrair o «Vasco Lourenço e os outros, para termos mais força e, quando achámos que tínhamos a suficiente, começámos a tentar trocar as peças que ocupavam os lugares chave»³⁷². Foi assim que se iniciou um período intenso de reuniões para estabelecer estratégias e contar espingardas. Era o toque a reunir para a formação do que ficaria para a História como Grupo dos Nove, que emergiria com a saída do famoso Documento, em Agosto.

³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ César Oliveira, *Anos Decisivos – Portugal 1962-1985*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 159.

³⁷¹ Vítor Crespo em entrevista ao autor, Lisboa, 2013

³⁷² Vítor Alves a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

Desde a sua criação, o CR passou a centralizar o poder, ficando o Governo a funcionar quase como mero testamenteiro do que ali era decidido. O historiador António Reis apelida os governos de então como «uma espécie de comissão executiva do CR, a quem competiam as principais orientações e deliberações»³⁷³. Quando os ministros queriam tomar uma qualquer decisão mais ousada, ligada particularmente aos transportes ou à economia de uma forma geral, iam ao CR expor os seus planos. «É que ninguém tem força política neste País nessa altura. Vão ao CR, em última análise, para obter legitimidade e força política. (...) O CR tem lá o Primeiro-ministro, os chefes militares, o chefe do COPCON (...). O Conselho tem os poderes todos, porque nem o Primeiro-ministro vai dizer nada no Governo que o CR não tivesse aprovado. E quando o fez houve choques»³⁷⁴.

Por proposta de Rosa Coutinho o CR foi dividido em duas comissões, uma militar e outra política. Vítor Alves, que a partir de 21 de Março passou a pertencer ao CR, integrou a Comissão Política, que tinha por finalidade o estudo dos problemas essencialmente políticos e os contactos com os partidos³⁷⁵, visando a preparação das eleições e o Pacto MFA/Partidos³⁷⁶.

Descolonização

Vítor Alves bastas vezes se referiu ao erro cometido pelo MFA quando, na noite de 25 de Abril cedeu a Spínola na questão da autodeterminação dos povos ultramarinos consignada no Programa. Na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, apontou nesse sentido e citou Almeida Santos: «As indefinições geradas por essa decisão foram o combustível para a fogueira que foi a descolonização.» Ainda assim, adiantou Vítor Alves: «Ninguém no MFA, alguma vez, terá pensado que a descolonização de Angola iria trazer para Portugal praticamente todos os portugueses»³⁷⁷.

Não obstante as decisões ou falta delas, os erros eventualmente cometidos por uma camada dirigente acabada de chegar à ribalta política, para uma análise isenta não se podem ignorar as circunstâncias de grande divisão e conflitualidade internas que

³⁷³ António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 30.

³⁷⁴ Vítor Alves a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁷⁵ Maria Inácia Rezola, *Os militares na Revolução de Abril – O Conselho da Revolução...*, p. 141.

³⁷⁶ Acordo em que os partidos se comprometeram a fazer consignar na futura Constituição certas exigências do MFA, como seja o período de transição em que a legitimidade eleitoral conviveria com a legitimidade revolucionária, consubstanciada esta pela manutenção do Conselho da Revolução.

³⁷⁷ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

marcaram o período em que a descolonização se deu; as chagas abertas por uma guerra tão prolongada, no que às relações de Portugal com os movimentos de libertação respeita e, por fim, a uma conjuntura internacional desfavorável, de que a guerra fria é um bom exemplo. De acordo com António Mega Ferreira, o processo de descolonização deve ser considerado como «um fracasso coletivo e não como um ato de traição deste ou daquele»³⁷⁸. Lopo do Nascimento, consciente das dificuldades, mas com a distância que lhe conferia o facto de ser um alto dirigente do MPLA, é ainda mais pacificador: «Portugal fez a descolonização possível»³⁷⁹.

No campo da ação, excetuando o caso de Timor, Vítor Alves não interveio de forma significativa no processo de descolonização. África, particularmente Angola e Moçambique, foi campo que ficou reservado para Melo Antunes. Foi este que o afirmou a Maria João Avillez: «(...) como o essencial do poder estava no MFA e a questão da descolonização transcendia o Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi entendido que alguém do MFA devia ocupar-se prioritariamente da descolonização. Por exemplo: as conversações com os movimentos da Guiné, S. Tomé e Cabo Verde, começaram e acabaram por ser levadas a termo por ele (Mário Soares), com uma reduzida participação minha, ao passo que Angola e Moçambique foi ao contrário»³⁸⁰.

Vítor Alves ficou-se por uma ou outra intervenção externa no processo de descolonização de Angola, particularmente aquando do início da guerra civil, na vigência do IV GP. Em representação do Presidente da República, chefiou uma delegação para assistir, em Kampala, Uganda, à reunião da Organização da Unidade Africana. Pretendia-se obter o apoio deste organismo, intentando levar os movimentos angolanos a estabelecerem um acordo sobre o futuro de Angola. Na ocasião avistou-se com o anfitrião, Idi Amin, e com Jonas Savimbi e Agostinho Neto³⁸¹.

No decurso da reunião do Conselho da Revolução de 30 de Julho de 1975, Melo Antunes entrou em contacto telefónico com Vítor Alves, que ainda se encontrava em viagem, a fim de colher as últimas informações, e foi através deste meio que o CR tomou conhecimento que o continente africano estava dividido face ao problema angolano: «A Argélia seria favorável ao desenvolvimento da luta a favor do MPLA, o

³⁷⁸ António Mega Ferreira in «As descolonizações», *Expresso*, 24 de Novembro de 1990, p. 29.

³⁷⁹ Gustavo Costa, «Portugal fez a descolonização possível», *Expresso*, 24 de Abril de 1999, p.96.

³⁸⁰ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 17.

³⁸¹ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

Zaire a favor da FNLA; o Congo Belga preconiza a intervenção da ONU (...) a Tanzânia e a Zâmbia são reticentes a fazer críticas relativamente ao MPLA e à figura de Agostinho Neto»³⁸². Acrescentou que Jonas Savimbi ficou recetivo a um possível encontro a quatro: os três movimentos de libertação e Portugal³⁸³.

Na reunião seguinte do CR, que teve lugar a 5 de Agosto, Vítor Alves, já presente, informou que o Governo Transitório de Angola praticamente não funcionava e que, sobre o assunto, Vasco Vieira de Almeida, que o integrava em representação de Portugal, faria, posteriormente, um relatório pormenorizado. Deu ainda conta de que o presidente da OUA aguardava uma carta do general Costa Gomes, para enviar uma delegação da Organização a Angola. Face às informações transmitidas, o CR decidiu-se pela demissão do Alto-Comissário, Silva Cardoso, e substituição dos comandos militares. Dada a emergência da situação em que os portugueses se encontravam, foi decidido proceder à retração das forças portuguesas e criar «zonas neutras», onde ficariam em condições de garantir a segurança de quem ali se quisesse acolher, enquanto não fosse possível proceder à sua evacuação³⁸⁴.

Por esta altura, a Oriente, emergia um outro problema sério, Timor, que, António Costa Pinto classificou como «(...) o caso mais extremo das encruzilhadas da descolonização portuguesa»³⁸⁵. Poucos dias após a comunicação de António de Spínola ao País, a reconhecer o direito à autodeterminação dos territórios ultramarinos, que ocorreu a 27 de Julho de 1974, os ministros dos negócios estrangeiros de Portugal e da Indonésia, Mário Soares e Adam Malik, encontraram-se na ONU. O relatório indonésio que resultou desta reunião levou a que, naquele país, fosse considerado que havia em Portugal abertura para a integração de Timor na Indonésia. O cônsul português em Jacarta pediu esclarecimentos ao MNE sobre o assunto, sem, contudo, ter obtido resposta³⁸⁶.

No território, o comandante militar, tenente-coronel Níveo Herdade, a partir de Julho ficou no lugar do governador Alves Aldeia como delegado do Governo. Em várias ocasiões, Herdade manifestou não se sentir confortável com as novas funções,

³⁸² Maria Inácia Rezola, *Os militares na Revolução de Abril – O Conselho da Revolução...*, p. 341.

³⁸³ Ata da reunião do CR de 30 de Julho de 1975; Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes...*, p. 306.

³⁸⁴ Ata da reunião do CR de 5 de Agosto de 1975.

³⁸⁵ António Costa Pinto, *O fim do Império português...*, pp. 79-80.

³⁸⁶ Rui Araújo, *Grandes Reportagens* (dir. e coord. José Manuel Barata-Feyo) *Regresso a Timor*. Lisboa: Amigos do Livro, 1985, p.17.

chegando a escrever ao poder central alertando que o cargo não era para «aprendizes de feitiçeiro», pedindo alguém mais habilitado para o substituir. Tal só sucedeu a 18 de Novembro, quando ali aportou Lemos Pires³⁸⁷, que seria o último governador português de Timor.

Em 4 (ou a 14, segundo as fontes, indonésias ou portuguesas, respetivamente³⁸⁸) de Outubro de 1974, «altas instâncias dos serviços secretos indonésios, chefiados pelo general Ali Murtopo (Muertopo ou Moertopo, de acordo com os vários autores), um consultor próximo de Suharto» deslocam-se a Portugal e têm um encontro com uma delegação portuguesa onde se contava o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, além de militares que desempenharam «um papel crucial» em questões políticas no período pós-25 de Abril, cujos nomes não são revelados³⁸⁹. A delegação indonésia encontrou-se igualmente com o general Costa Gomes, a quem fez a entrega de uma mensagem do general Suharto, presidente indonésio. Desta visita resultou a promessa do reatamento de relações diplomáticas entre os dois países, com a abertura de embaixadas nas respetivas capitais³⁹⁰, o que veio a ocorrer no ano seguinte, em 21 de Janeiro³⁹¹. «Ali Murtopo era uma figura de relevo na área das operações especiais, denominadas OPSUS, a famosa rede dos serviços secretos de Suharto, especializada em manipulação política»³⁹². Rui Araújo identificou-o como chefe dos serviços secretos. No hotel Sheraton, local escolhido para a reunião, a delegação portuguesa «poderá ter dado a impressão» de que não se oporia à integração de Timor na Indonésia³⁹³.

No *Expresso* de 19 de Outubro de 1975, pode ler-se: «Almeida Santos teria manifestado a opinião de que Timor não tinha possibilidades de sobreviver como país independente, apontando como solução, manter ligações a Portugal ou ser integrado na Indonésia». De acordo com Nuno Rocha, declarações de teor similar terão sido produzidas aquando da primeira viagem que o então ministro da Cooperação Interterritorial fez a Jakarta, entre 16 e 18 de Outubro de 1974. Além de ter considerado «irrealista» a independência de Timor, adiantou que o processo de descolonização prosseguiria na base do respeito pela decisão do povo timorense. O presidente Suharto

³⁸⁷ Rui Araújo, *Grandes Reportagens - Regresso a Timor...*, p. 20.

³⁸⁸ Rui Araújo, *Grandes Reportagens - Regresso a Timor...*, p. 19.

³⁸⁹ Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 101

³⁹⁰ Nuno Rocha, *Timor – 27ª Província da Indonésia...*, p. 43.

³⁹¹ António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 26.

³⁹² Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo...*, p. 101.

³⁹³ *Ibidem*.

ter-lhe-á respondido que a Indonésia não tinha interesses colonialistas, no entanto, o país estava recetivo à integração de Timor, se fosse essa a vontade dos timorenses. «Estavam traçadas as linhas fundamentais das posições de Portugal e da Indonésia», concluiu o jornalista e então diretor do semanário *Tempo*, Nuno Rocha³⁹⁴.

«Fui encarregado de chefiar a delegação, que incluía Almeida Santos e Jorge Campinos, para tentar arranjar um estatuto para Timor»³⁹⁵. Vítor Alves iniciou este processo ainda na qualidade de ministro sem pasta do III GP, dando-lhe continuidade já na vigência do governo seguinte, que não integrou por decisão de Vasco Gonçalves. As relações entre os dois vinham a degradar-se, levando Gomes Mota a afirmar que estavam praticamente incompatibilizados³⁹⁶. Vítor Alves admitiu que, após o 11 de Março, a queda do protagonismo que vinha a manter na cena política desde o 25 de Abril foi «total», esclarecendo: «Há desentendimentos pessoais entre mim e o Primeiro-ministro. Há uma desconfiança natural do Primeiro-ministro em relação à minha pessoa»³⁹⁷. Almeida Santos referiu que numa das muitas discussões que o PPES gerou, ligadas aos caminhos que a revolução devia seguir, situou no mês de Janeiro «talvez a mais acesa refrega» entre os dois. A dada altura, Vítor Alves dirigindo-se a Vasco Gonçalves, terá dito: «O senhor Primeiro-ministro está muito nervoso». Almeida Santos conclui: «Por estas e por outras é que o major Vítor Alves viria a ficar de fora do IV Governo Provisório»³⁹⁸.

Na Cimeira de Londres, a 9 de Março de 1975, a delegação portuguesa encontrou-se com os indonésios, liderados pelo general Ali Murtopo. Este deu conta da posição do seu governo: aceitava que Portugal se mantivesse em Timor; aceitava a sua integração na Indonésia, mas não a independência, por receio de contágio em algumas das regiões mais conturbadas de tão dispare país. Vítor Alves saiu do encontro convencido de que se Portugal abandonasse o território, os indonésios invadi-lo-iam. Convencido estava também, de que a situação não era superável pela dotação de mais meios humanos e materiais, já que «Reforçando o número das nossas tropas ou enviando para lá polícias, acabávamos por criar ali uma nova Índia», adiantou, na mesma entrevista. Almeida Santos daria conta do problema de Timor em *Quase Memórias*. Concretamente sobre

³⁹⁴ Nuno Rocha, *Timor – 27ª Província da Indonésia...*, p. 43.

³⁹⁵ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

³⁹⁶ Gomes Mota, *Resistência...*, p. 63.

³⁹⁷ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

³⁹⁸ António Almeida Santos, *Quase Memórias*, (1º Vol.)..., pp. 388-389.

esta Cimeira, as conclusões por ele avançadas não diferem das indicadas por Vítor Alves, a quem elogiou as suas capacidades de «hábil diplomata»³⁹⁹.

A 15 de Maio de 1975, Vítor Alves estava em Dili, a fim de entrar em conversações com os partidos locais e dar-lhes conta das negociações com a Indonésia. Vítor Alves sentiu necessidade de apelar ao bom senso, particularmente aos líderes da FRETILIN, pedindo-lhes posições mais realistas, porque «andavam sempre com o livrinho de Mao na mão (e) tinham uma visão deslocada. Não consideravam a situação geopolítica»⁴⁰⁰. Regressou a Portugal com a concordância dos partidos para a realização de uma cimeira em Macau, não obstante a FRETILIN ter, na ocasião, dado preferência a Lisboa, por sentir ter mais apoios na capital portuguesa⁴⁰¹. Foi, aliás, à capital portuguesa, mais precisamente à Casa de Timor, que a FRETILIN foi recrutar parte dos seus quadros mais politizados.

A então recente vitória do Vietname contra os EUA, contribuiu para a promoção do ideal comunista naquela região do mundo, levando a que países como a Indonésia, uma ditadura militar alinhada com os norte-americanos, tudo fizesse para não ter como vizinho, um potencial aliado de Moscovo ou, mais provavelmente, de Pequim. A realidade política local indicava que a UDT fora criada por altos quadros da administração e grandes proprietários agrícolas, que sempre se deram bem com a situação colonial, estando, por isso, inclinados a manter alguma ligação com Portugal. A FRETILIN era ideologicamente extremista, não admitia discutir a independência e tinha bastante mais apoio junto da população. Obteria 55% dos votos nas eleições locais, que ocorreram em Julho de 1975⁴⁰². Em termos de representatividade, surgia, em terceiro lugar, a APODETI, que pugnava pela integração na Indonésia. A UDT e a FRETILIN uniram-se em coligação, em 21 de Janeiro de 1975. A Indonésia ficou desagradada com a aliança independentista, levando Adam Malik a questionar Lemos Pires se houvera alteração da posição portuguesa. Em Maio, os dirigentes da UDT, Lopes da Cruz e Costa Mouzinho, visitam Murtopo, em Jakarta e ao regressarem, fazem terminar a aliança com a FRETILIN. Desde então, a FRETILIN desvinculou-se das

³⁹⁹ António Almeida Santos, *Quase Memórias* (2º Vol.)..., pp. 319-334.

⁴⁰⁰ Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

⁴⁰¹ António Almeida Santos, *Quase Memórias* (2º Vol.)..., pp. 332-333.

⁴⁰² Pedro Aires de Oliveira, *Os despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007, p. 469.

decisões que tomara em conjunto com a UDT⁴⁰³, e as questiúnculas entre militantes dos dois partidos começaram a fazer-se sentir. De acordo com Vítor Alves, de todas as possessões ultramarinas sob jurisdição portuguesa, Timor «seria o território que careceria de um mais longo período de transição, para que se pudesse preparar a independência»⁴⁰⁴.

Seguiu-se a Cimeira de Macau, que decorreu entre 26 e 28 de Junho, porém, a FRETILIN pautou pela ausência como forma de protesto pela participação da APODETI⁴⁰⁵. A delegação portuguesa pretendia apresentar às várias facções a proposta do estatuto elaborado por Almeida Santos, porém, não obstante o discurso de abertura de Vítor Alves, eivado de esperança de que chegariam a um entendimento sobre o futuro de Timor, sem a FRETILIN revelou-se uma batalha perdida⁴⁰⁶. Na ocasião, os indonésios ficaram em Hong Kong, a acompanhar à distância o desenrolar das negociações. Os portugueses reuniram com eles antes da Cimeira, para acertarem os últimos detalhes do estatuto, e depois para concertarem posições face ao resultado⁴⁰⁷.

À margem da Cimeira, Vítor Alves, apesar de não o ter confirmado perentoriamente, tentou abrir as portas às negociações para o reatamento de relações diplomáticas com a China. No jantar oferecido à delegação portuguesa pelo chefe da Comunidade chinesa em Macau, Ho Yin, por inerência com lugar no Congresso do Povo, de Pequim, Vítor Alves admitiu o desejo de Portugal, aliás em cumprimento do Programa do MFA, de estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo, daí o anseio pela aproximação à China, mas, passando o ónus para as autoridades chinesas, adiantou: «não basta a vontade de um dos lados para que tal se concretize»⁴⁰⁸.

De passagem por Londres, a 4 de Julho de 1975 e de regresso à questão timorense, Vítor Alves confessou a Roy Hattersley, então ministro de Estado do Foreign and Commonwealth Office, que Lisboa, respeitando a vontade dos timorenses, não desejava manter a soberania sobre Timor. Admitiu manter essa ligação no máximo até 1978, por

⁴⁰³ Rui Araújo, *Grandes Reportagens - Regresso a Timor...*, p. 20.

⁴⁰⁴ VA, «Colonialismo e Descolonização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Maio, 1985, pp. 559-567.

⁴⁰⁵ Pedro Aires de Oliveira, *Os despojos da Aliança...*, p. 468.

⁴⁰⁶ *O Jornal*, 27 de Junho de 1975.

⁴⁰⁷ Mário Lemos Pires, *A descolonização de Timor – Missão impossível?...*, p. 173.

⁴⁰⁸ *O Jornal*, 27 de Junho de 1975.

uma questão económica, mas também pela questão de fundo: «o povo português já não queria manter colónias»⁴⁰⁹.

Será após nova deslocação a Jakarta de dirigentes da UDT, no caso João Carrascalão e Domingos Oliveira, de onde regressaram a 8 de Agosto, que se deu a tentativa de conquista do poder por parte deste partido, através de um golpe militar desferido dia 10. Os dirigentes da UDT terão ouvido um ultimato: «ou tomam o poder e arrasam com a FRETILIN, ou podiam contar com a invasão por parte da Indonésia»⁴¹⁰. Apesar do insucesso, a ação contribuiu para que os conflitos armados se disseminassem, dando início à guerra civil⁴¹¹, criando esta as condições desejadas pelos indonésios para procederem à invasão, que concretizaram em 7 de Dezembro.

D. Carlos Ximenes Belo, no início não excluía a integração de Timor na Indonésia, porém, em 1975, face à postura do país vizinho, que tudo fez para criar a desavença entre os timorenses, mudou de opinião⁴¹². Segundo este prelado, os serviços secretos indonésios tiveram um papel fundamental no caos gerado em Timor, preparando o terreno para justificar a invasão do território. Terão conseguido disseminar as necessárias desconfianças entre as facções timorenses, designadamente entre a FRETILIN e a UDT, que recusavam a integração na Indonésia, não obstante, numa fase posterior, este último partido ter mudado de posição. «Esta foi a óbvia e vergonhosa interferência dos indonésios, que queriam semear a discórdia naquela época de incertezas»⁴¹³. A. Barbedo de Magalhães afirmou que «Portugal deu início à descolonização de Timor, mas a Indonésia impediu-o de a levar a bom porto»⁴¹⁴. Na verdade, constata-se a existência de duas linhas paralelas relativamente à questão de Timor com origem na administração indonésia: uma conduzida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Alam Malik, para a comunidade internacional ver, dava primazia à decisão que viesse do povo timorense; a segunda, sub-reptícia, marcada pela «Operação Komodo» que, segundo alguns autores, designadamente A. Barbedo de Magalhães⁴¹⁵ e Lemos Pires⁴¹⁶, teve o seu início em Outubro de 1974 e visou a

⁴⁰⁹ Pedro Aires de Oliveira, *Os despojos da Aliança...*, p. 468.

⁴¹⁰ Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo...*, p. 103.

⁴¹¹ Pedro Pizarat Correia, «A Descolonização» in *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 63.

⁴¹² Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo...*, p. 99.

⁴¹³ Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo...*, p. 104.

⁴¹⁴ A. Barbedo de Magalhães, *Timor Leste – Ocupação indonésia e genocídio*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1992, p. 7.

⁴¹⁵ A. Barbedo de Magalhães, *Timor Leste – Ocupação indonésia e genocídio...*, p. 11.

anexação do território. Foi orquestrada pelos serviços secretos, sob a batuta Ali Murtopo e consistiu em manobrar, semear a discórdia, minando as relações entre timorenses, fazendo entrar grupos armados a partir de Timor Ocidental, com o intuito de combater a FRETILIN, mas acima de tudo, desestabilizar, criar as condições que permitissem uma invasão massiva sem gerar grande contestação internacional.

Quando Alam Malik e Melo Antunes se encontraram em Roma, de 1 a 3 de Novembro de 1975, e assinaram o «Memorandum of Understanding»⁴¹⁷, documento que prevê o respeito pela vontade soberana do povo de Timor, já forças armadas indonésias atacavam localidades timorenses. O semanário *Expresso* de 18 de Outubro de 1975, dá conta disso, indicando que cidades como Balibó, Maliana, e outras até cem quilómetros da fronteira com Timor Ocidental, tinham sido tomadas por soldados indonésios. Adiantava que se desconhecia o paradeiro de vários jornalistas australianos. Soube-se mais tarde que, precisamente em meados de Outubro, em Balibó, foram assassinados por indonésios cinco jornalistas de estações de televisão australianas, que cobriam os acontecimentos - filmaram o que não deviam⁴¹⁸. Segundo Adelino Gomes, que fazia reportagem em Timor nessa altura e chegou a conhecer os jornalistas assassinados, as suas mortes deram-se porque eram «testemunhas credíveis de que Timor estava a ser invadido e o invasor era a Indonésia»⁴¹⁹.

A propósito da postura da equipa de negociadores portugueses, de que Vítor Alves foi o líder, anos mais tarde seria levantada alguma polémica à volta do assunto no programa da RTP «Grande Reportagem», coordenado por José Manuel Barata-Feyo. Estava em causa a Cimeira de Londres e a acusação de que a delegação portuguesa teria intercedido pela APODETI, no sentido de a Indonésia apoiar aquele partido. Artur Albarran, colaborador do programa, adiantou que interessava às autoridades portuguesas que Timor fosse anexado pela Indonésia, interesse a que, segundo Almeida Santos, o Relatório Riscado é omissivo⁴²⁰. Este relatório resultou de uma investigação levada a cabo por uma comissão liderada pelo brigadeiro Riscado, às circunstâncias em que decorreu a descolonização de Timor, nomeada pelo Presidente Ramalho Eanes em

⁴¹⁶ Mário Lemos Pires, *A descolonização de Timor – Missão impossível?...*, p. 117.

⁴¹⁷ Arquivo Histórico-Diplomático in «Caixa de Tratados Portugal/Indonésia» - MNE.

⁴¹⁸ Arnold S. Kohen, *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo...*, pp. 108, 109.

⁴¹⁹ *Expresso*, 19 de Setembro de 2009.

⁴²⁰ António Almeida Santos, *Quase Memórias* (1º Vol.)..., pp. 597-604.

Julho de 1976⁴²¹. Lemos Pires transcreve o resumo constante nesse relatório, relativamente ao encontro de Londres. Pela delegação indonésia, destaca-se a proposta da criação de um organismo misto (indonésio e português) de apoio ao governador, que levasse a condicionar a população timorense de forma que esta viesse a exprimir a sua vontade de integração na Indonésia. Pela delegação lusa, foi referido que Portugal nada faria para dificultar a integração de Timor na Indonésia, dentro do pressuposto, antes defendido, de que a vontade do povo timorense era soberana. Sugeriu que a Indonésia melhorasse a sua imagem junto dos timorenses, devendo para o efeito, apoiar economicamente o desenvolvimento da sociedade timorense. Aconselhou a substituição do cônsul em Dili e o uso da rádio Kupang como instrumento positivo no desenvolvimento da amizade entre os povos. Sugeriu ainda o auxílio discreto à APODETI, que Portugal não denunciaria. A delegação portuguesa concluiu dizendo que o futuro de Timor não pode ser traçado sem ter em conta a Indonésia⁴²².

«O contexto geopolítico internacional criou condições para a invasão e anexação de Timor Leste pela Indonésia»⁴²³. Foram vários os autores que se referiram à conjuntura internacional, contrária aos anseios dos timorenses que na altura lutaram pela independência do seu País. A. Barbedo de Magalhães, Pedro Aires de Oliveira, Pezarat Correia, Rui Araújo, Lemos Pires, Nuno Rocha, todos foram no sentido de que aos principais países do chamado bloco ocidental não interessava que Timor fosse independente, dado o receio que se transformasse num país comunista, alinhado com a URSS ou a China. Os EUA, a Austrália, a Nova Zelândia, a Grã-Bretanha, todos, de alguma forma, encorajaram a Indonésia a não permitir que isso sucedesse. Relativamente aos EUA, à Austrália e à Indonésia, a 11 de Dezembro de 1974 fora assinado, com uma empresa americana, o acordo de prospeção de petróleo no mar de Timor, onde se suspeitava que houvesse assinaláveis jazidas⁴²⁴. Relativamente à posição portuguesa, sem a querermos justificar, mas em tese, tentando encontrar forma de a entender à luz da conjugação dos factos históricos, permitimo-nos recordar as palavras de Lemos Pires quando manifestou conhecer a falta de uma política para Timor; a carência de meios humanos e materiais com que se debateria, só desconhecia «o exíguo

⁴²¹ CAEPDT – Comissão para a Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor.

⁴²² Mário Lemos Pires, *A descolonização de Timor – Missão impossível?...*, pp. 124-125.

⁴²³ A. Barbedo de Magalhães, *Timor Leste – Ocupação indonésia e genocídio...*, p. 13.

⁴²⁴ Pedro Pezarat Correia, «A descolonização» in *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 56, 71.

interesse de Lisboa pelos assuntos de Timor»⁴²⁵. Por outro lado, evocamos o paupérrimo estado em que se encontravam as finanças portuguesas, resultando daí um necessário condicionamento na ação do País face à vontade dos seus tradicionais aliados e potenciais financiadores. Foi o argumento financeiro o mais frequentemente usado pelos dirigentes portugueses quando manifestaram a decisão de proceder à descolonização de Timor. O facto de Portugal fazer parte da NATO, num contexto de especial sensibilidade, dentro do período que se convencionou denominar de *guerra fria*, aumentou consideravelmente a fragilidade da posição portuguesa. Rui Araújo referiu-se ao episódio que envolveu um coronel alemão da NATO, que viajou para Portugal a fim de se encontrar com Pinheiro de Azevedo, então CEMA. Sobre Timor, a mensagem que deixou terá sido bem clara: apenas perspetivavam a instauração de uma democracia ou uma ditadura de direita, nunca de esquerda. A imposição era tripartida e envolvia além da Indonésia, a Austrália e a Nova Zelândia⁴²⁶. Servia, certamente, a própria NATO, tendo em conta o portador da mensagem, a confrontação de blocos existente e a matéria envolvida.

Sobre a reação dos portugueses, de verdadeira emoção nacional, verificada em 1999, na sequência dos massacres ocorridos em Timor, procurando encontrar alguma explicação, Vítor Alves adiantou: «Pode ter sido em resultado de má consciência, mas, na verdade, o povo português não podia fazer mais, apesar de ainda assim se penalizar por isso»⁴²⁷.

Contactos com o MDLP

Este período ficou marcado, não só pela tensão política reinante entre as várias facções partidárias e do MFA - *moderados, gonçalvistas e otelistas* -, mas também pela pressão violenta desencadeada pelos movimentos de extrema-direita, a que se juntaram certas franjas da Igreja. Na sequência do 11 de Março, Spínola formou o MDLP, que congregou os seus apaniguados, mas a que se uniu uma direita retrógrada, saudosista do Estado Novo, que viu no movimento um instrumento de luta ativa contra o novo regime, ainda que o foco em que todos atentavam fosse a luta anticomunista. Paralelamente ao MDLP, ou com algum tipo de ligação, foram nascendo outras organizações, algumas regionais e até locais, mas todas com os mesmos objetivos: tudo

⁴²⁵ Mário Lemos Pires, *A descolonização de Timor – Missão impossível?...*, p. 63.

⁴²⁶ Rui Araújo, *Grandes Reportagens - Regresso a Timor...*, p. 21.

⁴²⁷ Vítor Alves a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2002.

fazer para perturbar, dificultar o mais possível a manobra aos partidos de esquerda, tentando, à sua maneira, provocar o máximo possível de escolhos que minassem o caminho da revolução socialista, que efetivamente estava em marcha. ELP, Maria da Fonte, Viriatos, Resistência, são os exemplos mais conhecidos, ainda que o ELP tenha nascido primeiro que o MDLP, em 6 de Janeiro de 1975⁴²⁸. Daí os assaltos às sedes do PCP, do MDP e de outras agremiações políticas e sindicais conotadas com a esquerda mais ortodoxa; engenhos explosivos em locais ligados de alguma forma a essa corrente ideológica, ainda que se tratasse de instalações diplomáticas de países ditos socialistas, e até direcionadas contra pessoas em concreto. Na cronologia organizada por Eduardo Dâmaso, contam-se por larguíssimas dezenas o número de ocorrências ao longo deste período, entrando pelo ano de 1976 dentro até meados de Junho⁴²⁹.

Foi neste contexto que, respondendo a um pedido de Pinheiro de Azevedo⁴³⁰ e com o conhecimento do CR⁴³¹, Vítor Alves estabeleceu contactos no sentido de chegar à fala com alguns dos dirigentes desses agrupamentos de direita, procurando tentar reduzir o número de atentados, se não fosse possível extingui-los de vez. Lembrou-se do seu amigo e antigo camarada na Escola do Exército, Valentim Loureiro, então um homem de negócios bem-sucedido no Norte do País, e bem relacionado nos meandros políticos e religiosos. Foi Valentim quem tratou dos contactos e marcou um almoço na sua casa de praia, em Moledo, onde compareceram para além de Vítor Alves, o cónego Melo, que era a mão na ação do bispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, verdadeiro líder por parte da Igreja nesta rede bombista, Joaquim Ferreira Torres, que viria a ser vítima num atentado, e Alpoim Calvão, o comandante operacional do MDLP, que lidava diretamente com Spínola.

Depois do almoço, o homem do CR fechou-se com Alpoim num dos quartos e conversaram. Vítor Alves pediu-lhe que pusesse fim às ações que tanto alarme estavam a provocar na sociedade portuguesa, particularmente a norte de Lisboa, porque, prometeu, «democraticamente tudo se resolveria»⁴³², garantindo a realização de eleições

⁴²⁸ João Céu e Silva, 1975- *O ano do furacão revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013, p. 23.

⁴²⁹ Eduardo Dâmaso, *A invasão spinolista...*, pp. 211-234.

⁴³⁰ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2006; Alpoim Calvão *in* Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução...*, p. 108.

⁴³¹ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2006; Coronel Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro...*, p. 213.

⁴³² Vítor Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2010.

legislativas, «objetivo básico»⁴³³ do MDLP, no dizer de Alpoim Calvão. Ao *Expresso*, Vítor Alves afirmou não ter havido qualquer tipo de negociação, adiantando: «Ambos somos oficiais com raízes nas “informações”. Entre nós não era necessário explicar tudo». O homem da Armada prometeu e cumpriu. Os atentados foram diminuindo em número. «O que estava em discussão era a maneira como se iria encerrar a loja» referiu Alpoim Calvão, que confirmou o encontro, situando-o no tempo a 16 de Janeiro de 1976⁴³⁴.

Em data que não foi possível apurar, mas que terá sido próxima do 25 de Novembro, Vítor Alves deu indicações a Cavaleiro Ferreira, seu chefe de gabinete, para se deslocar a Paris, a fim de conversar com Sanches Osório, exiliado devido ao 11 de Março. A viagem teve como finalidade, além de resolver questões ligadas ao Ministério da Educação, tentar, por outra via, estancar a atividade destrutiva e desestabilizadora do MDLP⁴³⁵.

Na entrevista que concedeu ao autor, Vítor Crespo afirmou que Vítor Alves teve um papel importantíssimo no esbatimento do impacto terrorista na sociedade portuguesa. Outros conselheiros da Revolução terão dado o seu contributo, ainda que sem o conhecimento do CR. Só mais tarde Alpoim Calvão viria a revelar os seus nomes e juntou ao de Vítor Alves, o de Canto e Castro, o de Pinho de Freire e de Pinheiro de Azevedo. Calvão adiantou que os primeiros contactos aconteceram nos dias que se seguiram ao 11 de Março via telefone com Pinheiro de Azevedo⁴³⁶. Eduardo Dâmaso defendeu que os contactos mantidos por Vítor Alves terão provocado algum mal-estar no seio do Grupo dos Nove. O major de Infantaria apresentou as suas razões, ao dar conta que os *moderados* estavam entre dois fogos intensos. De um lado a esquerda militar e a extrema-esquerda, que «estavam bem armados», e do outro a extrema-direita, escudada nos vários movimentos clandestinos, que «recebiam apoios do estrangeiro, tinham muitos caceteiros à mistura»⁴³⁷ e insistiam na violência armada e bombista. Por isso tornou-se necessário agir, «...acabar com isso e procurar a democracia para todas as correntes políticas e ideológicas»⁴³⁸.

⁴³³ Luísa Amaral *et al.*, «As frentes do combate de 75», *Expresso*, 24 de Novembro de 1990, p. 15.

⁴³⁴ Rui Hortelão *et al.*, *Alpoim Calvão – Honra e dever*. Braga: Caminhos Romanos, 2012, p. 379.

⁴³⁵ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

⁴³⁶ Eduardo Dâmaso, *Invasão Spínolista...*, p. 75.

⁴³⁷ Eduardo Dâmaso, *Invasão Spínolista...*, p. 86.

⁴³⁸ Eduardo Dâmaso, *Invasão Spínolista...*, p. 98.

Vítor Crespo alvitrou que os contactos de Vítor Alves tenham começado em meados de 1975 e prolongaram-se até aos primeiros meses do ano seguinte. Esta estimativa do atual almirante está em conformidade com os registos a que tivemos acesso, tanto porque, Valentim Loureiro⁴³⁹, deu conta de um contacto que patrocinou em Junho de 1975, o que está em sintonia com um artigo do *Expresso*⁴⁴⁰, enquanto Alpoim Calvão, como já vimos, remeteu para Janeiro do ano seguinte o encontro com Vítor Alves⁴⁴¹. De acordo com Vítor Alves o MDLP não pretendia outra coisa que não fosse «um retorno a um marcelismo sem guerra colonial»⁴⁴². No mesmo artigo, Alpoim Calvão, fez questão de sublinhar: «Vítor Alves não era para nós homem de confiança».

O Documento dos Nove e o 25 de Novembro

«O perigo de guerra civil dá-se na altura do 25 de Novembro. Os acontecimentos do Verão, por si só, não conduziram a uma guerra civil. A guerra civil só podia existir com uma divisão, que existia de facto no seio das FA, mas se essas FA se aliassem a grupos políticos e uma das partes desencadeasse a ação. No 25 de Novembro uma das partes desencadeou a ação, mas a outra soube colmatar rapidamente isso, com o papel muito importante do marechal Costa Gomes»⁴⁴³.

A publicação do *Documento dos Nove* é o desencadear público das hostilidades, mas surge por imperativo das circunstâncias políticas. «...Tínhamos de tentar parar uma coisa que parecia inevitável» disse Vítor Alves. Costa Gomes insistia em dar posse a um novo governo liderado por Vasco Gonçalves, quando, ao longo do mês de Julho, este fora perdendo o apoio dos partidos maioritários. Por fim, também a componente militar moderada terá sentido algum incómodo ao manter-se num Governo do qual já não fazia parte o PS, partido com quem tinha mais afinidade ideológica. «A saída dos partidos do Governo foi o catalisador. A reação (contra o *gonçalvismo*) já estava em marcha. (...) E é aqui que o chamado Grupo dos Nove está no mesmo comboio que o PS. Lutámos os dois pela mesma coisa - a legalidade democrática»⁴⁴⁴. Em 23 de Julho, Vasco Lourenço deu o pontapé de saída na luta ostensiva contra o *gonçalvismo* ao reunir os delegados de Infantaria à Assembleia do Exército, exigindo a demissão de Vasco Gonçalves e a

⁴³⁹ Felícia Cabrita, «Valentim Loureiro - Um português tranquilo» in *Expresso*, 6 de Julho de 1996, p. 43.

⁴⁴⁰ Luísa Amaral *et al.*, «As frentes do combate de 75», *Expresso*, 24 de Novembro de 1990, p. 15.

⁴⁴¹ Rui Hortelão, Luís Sanches de Baêna e Abel Melo e Sousa, *Alpoim Calvão – Honra e dever...*, p.379.

⁴⁴² Luísa Amaral *et al.*, «As frentes do combate de 75», *Expresso*, 24 de Novembro de 1990, p. 15.

⁴⁴³ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

⁴⁴⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

dissolução da 5ª Divisão⁴⁴⁵. Melo Antunes abandonou o Governo a 29 do mesmo mês, seguido de Jorge Sampaio e João Cravinho, no dia seguinte⁴⁴⁶.

A base de apoio de Vasco Gonçalves diminuía, quer ao nível partidário, quer ao nível militar. Não obstante, o PR insistiu em dar posse ao V Governo. Vasco Lourenço afirmou a Maria Manuela Cruzeiro que após um encontro com Costa Gomes, sentiu-o determinado a conceder nova oportunidade a Vasco Gonçalves. Face à situação, foi ao encontro de Melo Antunes e pediu-lhe que passasse para o papel o que, há muito, vinham a conversar dentro do grupo a que ambos pertenciam. Salientou os contributos de Vítor Alves, Vítor Crespo, dele próprio e de Melo Antunes, sendo este, como era regra no que se referia à produção de documentos, o mais influente⁴⁴⁷. Podemos encontrar versão condizente na obra de Gomes Mota⁴⁴⁸. Era tempo de agir. Algumas horas depois, o documento estava pronto e foi rapidamente assinado por Vasco Lourenço, Melo Antunes, Vítor Alves e todos os *moderados* que pertenciam ao Conselho da Revolução, com a exceção de Marques Júnior. Também a distribuição pelas unidades militares para recolha de assinaturas não tardou, enquanto uma cópia chegou à redação do *Jornal Novo*, que o publicou⁴⁴⁹. O ataque foi violento: «É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projeto que, dizendo-se socialista, acabará na prática numa ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos. É necessário repelir energicamente o anarquismo e o populismo, que conduzem inevitavelmente à catastrófica dissolução do Estado, numa fase de desenvolvimento da sociedade em que, sem Estado, nenhum projeto político é viável»⁴⁵⁰. Era a consumação da rotura e as ondas de choque não se fizeram esperar. Para Vítor Alves, a sociedade «sentia-se conduzida num sentido que não desejava e de repente sente um eco às suas aspirações». O Documento dos Nove teve o efeito de «desbloqueador da sociedade portuguesa, (...) clarificador da situação político militar, na medida em que se demarcam dentro do MFA determinadas posições. (...) Chegara o momento de dizer basta»⁴⁵¹.

⁴⁴⁵ António Reis, *Portugal – 20 anos de democracia...*, p. 33.

⁴⁴⁶ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes...*, p. 303.

⁴⁴⁷ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço...*, pp.445-448.

⁴⁴⁸ José Gomes Mota, *Resistência...*, p. 241.

⁴⁴⁹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril - Mitos de uma Revolução...*, p. 183.

⁴⁵⁰ Excerto do Doc. dos Nove in Adelino Gomes e J.P. Castanheira, *Os dias Loucos do PREC...*, p.243.

⁴⁵¹ Francisco Pinto Balsemão, «Entrevista a Vítor Alves», *Expresso*, 21 de Setembro de 1975.

Costa Gomes não apreciou a publicidade que os promotores quiseram dar ao *Documento*. Reconheceu, mais tarde, que concordava com o seu teor, mas não com a forma arquitetada para o divulgar. Por isso, na reunião de 10 de Agosto do Diretório⁴⁵², com Vasco Gonçalves, votou a favor da suspensão dos conselheiros da Revolução que o assinaram, com a exceção dos comandantes das regiões militares do Centro, Franco Charais, e Sul, Pezarat Correia. Assim, Vítor Alves, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Crespo, Sousa e Castro, Canto e Castro e Costa Neves, viram-se afastados do órgão de poder a que pertenciam. Foi porém, sol de pouca dura já que foram reintegrados na sequência da AMFA de Tancos, a 5 de Setembro, reunião magna onde se travou um duro duelo entre Vasco Gonçalves e Melo Antunes, marcando este a posição dos *moderados*, segundo a qual, só se podia chegar ao socialismo através da democracia pluralista⁴⁵³. Vítor Alves considerou que neste debate Melo Antunes esteve «brilhante»⁴⁵⁴. César Oliveira classificou a vitória dos *moderados* como «esmagadora»⁴⁵⁵.

A 13 de Agosto decorreu uma reunião entre os *Nove* e Otelo «na procura de um compromisso», prosseguindo as reuniões nos dias seguintes ao ponto de o *Expresso* de 15 de Agosto aludir a este entendimento, ao fazer capa com um artigo intitulado: «*Nove* e COPCON, complementares e não antagónicos». A 19, deu-se uma reunião em S. Julião da Barra entre os *Nove*, Otelo e Costa Gomes, onde foi decidido «...iniciar, a título muito reservado, o processo de consultas para a formação do VI Governo. Carlos Fabião deverá chefiar o Gabinete»⁴⁵⁶.

Enquanto se avançava na formação do VI Governo, já sob a coordenação de Pinheiro de Azevedo por recusa de Carlos Fabião, cujas causas abordaremos mais adiante, os *moderados* não hesitaram em usar manobras dissimuladas para substituir Eurico Corvacho, o comandante da Região Militar Norte. Sousa e Castro teve uma intervenção direta nesta matéria, ao levar a que vários oficiais conotados com o Grupo dos Nove, exigissem que as respetivas unidades passassem para a esfera de poder do comandante da Região Militar do Centro, Franco Charais, por se recusarem a

⁴⁵² Organismo de cúpula eleito pelo CR, que integrava o PR, o Primeiro-ministro e comandante do COPCON.

⁴⁵³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa...*, p. 244.

⁴⁵⁴ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

⁴⁵⁵ César Oliveira, *Anos decisivos...*, p. 189.

⁴⁵⁶ *Idem*, pp. 269-270.

permanecer na cadeia de comando liderada por Corvacho, que, assim, não viu como evitar a sua substituição, sucedendo-lhe Pires Veloso⁴⁵⁷.

O setor militar do Grupo dos Nove, liderado pelo tenente-coronel Ramalho Eanes, organizava-se, preparando-se para a eventualidade de haver um golpe extremista. A pressão ia subindo, como planeado, sendo plausível que suscitasse uma qualquer reação. «Nós preparámo-nos para nos contrapormos a qualquer ação de força, para salvaguarda da revolução de Abril»⁴⁵⁸. A partir de Outubro, contudo, esta estrutura é denunciada pelos jornais como o «Plano dos Coronéis»⁴⁵⁹.

Faltava a última substituição e, quiçá, a mais problemática e também dolorosa, pelo menos para alguns dos *Nove*. O comando da Região Militar de Lisboa devia passar de Otelo para Vasco Lourenço, que, para o efeito, seria graduado em brigadeiro. A decisão foi tomada na reunião das Laranjeiras, a 15 de Novembro, onde marcou presença, entre muitos outros, Vítor Alves. Na sequência desta decisão, foi tomada uma outra que nunca chegaria a ser concretizada: a nomeação de Otelo como vice-CEMGFA⁴⁶⁰. Nada seria oferecido de bandeja nem de forma tranquila, porque, se a esquerda mais extremista estava a perder o controlo da situação política e militar, mantinha uma enorme capacidade mobilizadora para encher ruas e praças, com força suficiente para perturbar, impedir mesmo, o normal funcionamento das instituições. Assim se deu a enorme manifestação do Terreiro do Paço, em resposta à que ali tivera lugar uma semana antes, de apoio ao VI Governo, e o cerco ao Palácio de S. Bento, sequestrando os deputados da Assembleia Constituinte e alguns membros do Governo, entre os quais o Primeiro-ministro, perante a passividade das forças armadas e de segurança. Perante todo o tumulto, de que esta ação dos trabalhadores da construção civil serve apenas de exemplo, Costa Gomes era acusado por sectores do Governo e pelas forças políticas que o apoiavam, de manifestar alguma passividade. Assim, em mais um almoço no Chocalho, o restaurante em Santos que serviu de porto de abrigo conspirativo ao Grupo dos Nove, alguém se lembrou de recuperar uma ideia lançada na reunião das Laranjeiras, que consistia em propor a suspensão temporária da atividade do Governo.

⁴⁵⁷ Coronel Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro...*, p. 323.

⁴⁵⁸ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

⁴⁵⁹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril, Mitos de uma Revolução...*, 237.

⁴⁶⁰ José Gomes Mota, *Resistência...*, p. 179.181.

Gomes Mota assumiu a paternidade da ideia⁴⁶¹, contudo, Cavaleiro Ferreira disputou-lha⁴⁶². Independentemente de quem tenha sido o autor, logo Melo Antunes atalhou, cerceando os entusiasmos que a proposta gerara, contrapondo que não fazia sentido um governo entrar em «greve». Contudo, a ideia foi bem acolhida por Mário Soares, que esteve presente neste almoço, e foi ele quem se comprometeu a estabelecer contacto com os dirigentes do PPD, que também viram na proposta uma boa forma de pressionar o PR⁴⁶³. Estas reações positivas levaram a que fosse abordado o Primeiro-ministro que rapidamente passou a ser um dos principais entusiastas da iniciativa. E mais não foi preciso para que o Governo entrasse em «greve» e assim se mantivesse até ficar decidido militarmente o 25 de Novembro.

O papel de Costa Gomes em todo o processo militar que levou à derrota das forças mais extremistas em 25 de Novembro, foi determinante. A pessoa que, muitas vezes, foi acusada de hesitante, sendo até alcunhado de *Rolha*, talvez porque nunca dissesse tudo quanto pensava ou tivesse a arte de se manter sempre à tona de água, emergiu como um verdadeiro cabo-de-guerra que, sob um aparente caos informativo, soube exatamente o que devia fazer e como fazer. No momento certo fez saber que defenderia sempre a legalidade e, quem prevaricasse, sofreria as consequências. Talvez a difusão desta frase cortante no momento certo tenha desmotivado muitos que estariam disponíveis para sair dos quartéis. Ao líder do PCP, assegurou-lhe que o seu partido jamais seria ilegalizado, mas fez-lhe ver que era primordial evitar a guerra civil, com o que Álvaro Cunhal terá concordado. O pragmatismo de Vítor Alves leva-o a afirmar: «Havia muito receio de ver um partido com a estrutura do PCP regressar à clandestinidade. Por isso, acabou por vingar a tese da recuperação do PCP para a democracia»⁴⁶⁴. Ainda sobre o assunto, Ramalho Eanes esclareceu: «O Dr. Cunhal foi sempre um homem muito contido. Não é que não quisesse o poder, como todos os políticos, mas porque tinha uma grande experiência (...) foi sempre contra o chamado aventureirismo»⁴⁶⁵. O próprio Álvaro Cunhal deu uma achega quando, ao *Expresso*, afirmou ter tentado falar com Melo Antunes, mas «a porta nunca se abriu»⁴⁶⁶. Estava em causa a decisão do Comité Central de 10 de Agosto, segundo a qual «qualquer confronto militar era um confronto votado a

⁴⁶¹ José Gomes Mota, *Resistência...*, p. 182.

⁴⁶² Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

⁴⁶³ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução...*, p. 244.

⁴⁶⁴ Eduardo Dâmaso, *Invasão Spínolista*. Lisboa: Fenda Editores, 1999, p. 98.

⁴⁶⁵ José P. Castanheira, «Se perdêssemos seria fuzilado», *Expresso*, 19 de Novembro de 2005, p. 21.

⁴⁶⁶ Maria João Avillez, «O tempo de Cunhal», *Expresso*, 11 de Março de 2000, p. 56.

uma vitória da reação e com a possibilidade de instauração de uma nova ditadura»⁴⁶⁷, pelo que tudo devia ser feito para o evitar. Não obstante as declarações de Álvaro Cunhal, Nuno Brederode Santos, amigo de Melo Antunes, na edição seguinte no mesmo jornal, confirmou o encontro, porque, disse, foi ele próprio que abriu a porta. Tudo se passou em sua casa⁴⁶⁸. Independentemente da divergência destaca-se a hipótese de se estar a falar de encontros diferentes, já que Cunhal afirmou que «o não encontro» foi no final do Verão, enquanto Brederode Santos diz que ocorreu em vésperas do 25 de Novembro. Na verdade, os encontros entre o PCP e os *Nove* multiplicaram-se ao longo do «Verão Quente». «Álvaro Cunhal e Carlos Brito falavam com Melo Antunes; Carlos Costa procurava Vítor Alves...»⁴⁶⁹.

O papel determinante que Costa Gomes acabou por ter no 25 de Novembro, levou Vasco Lourenço a afirmar: «Quem tivesse o Presidente da República do seu lado ganhava»⁴⁷⁰. Não se cansando de elogiar Costa Gomes, Vítor Alves assegurou que o general «Baralhou todos e voltou a dar. Manobrou tão bem, deu razão a todos, *moderados*, esquerda radical, *spínolistas*, e acabou por travar uma espiral de loucura que se instalara»⁴⁷¹. Sánchez Cervelló concorda: «... cauteloso, sempre indefinido, sem tomar decisões claras e concludentes, sem excluir nenhuma hipótese e estabelecendo pontes em todas as direções»⁴⁷².

No fim, quando as contas foram feitas e se sabia quem perdera, Otelo, cuja neutralização Varela Gomes considerou decisiva para a derrota da sua facção⁴⁷³, foi chamado a Belém. Numa recente entrevista que deu à RTP⁴⁷⁴, disse que o PR, em cumprimento do que fora decidido pelos *Nove*, lhe propôs que ocupasse o cargo de vice-CEMGFA, o que recusou, recusando também a promoção a general de quatro estrelas que o cargo implicaria. No documentário atrás referido, emitido pelo Canal História, deu a sua versão dos acontecimentos após a recusa do convite: «Tirei as estrelas de general (posto a que fora graduado para o desempenho das funções de comandante do COPCON), entreguei-as a Costa Gomes, coloquei os meus galões de major, que

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

⁴⁶⁸ Nuno Brederode Santos in «Testemunho», *Expresso*, 18 de Março de 2000, p. 26.

⁴⁶⁹ Maria João Avillez, Soares, *Ditadura...*, citado in Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes...*, p. 449.

⁴⁷⁰ Alexandrina Pereira e Rui Pinto de Almeida, *O Último Dia da Revolução*, documentário televisivo de 2011, emitido a 25 de Novembro de 2012, Canal História.

⁴⁷¹ Eduardo Dâmaso, *Invasão Spínolista...*, p. 99.

⁴⁷² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa...*, p. 260.

⁴⁷³ José Pedro Castanheira, «Talvez fosse o mais perigoso», *Expresso*, 19 de Novembro de 2005, p. 25.

⁴⁷⁴ Otelo Saraiva de Carvalho em entrevista a Fátima Campos Ferreira, RTP 1, 25 de Abril de 2013.

trouxera de casa e despedi-me: “meu general, camaradas...” e pronto, acabou a revolução!»⁴⁷⁵.

⁴⁷⁵ Alexandrina Pereira e Rui Pinto de Almeida, *O Último Dia da Revolução...*, Canal História.

Capítulo VI – O MEIC

Carlos Fabião foi a primeira escolha do Grupo dos Nove para substituir Vasco Gonçalves, no entanto acabou por recusar o convite. Vítor Alves integrou a equipa que, com Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Crespo e Otelo, foi encarregada da redação das bases programáticas para o VI GP⁴⁷⁶. Sobre as razões da recusa, Vítor Alves avançou com a suspeita que envolveu eventuais ameaças a um familiar⁴⁷⁷, sem especificar, enquanto Vasco Gonçalves afirmou que teve a ver com o facto de ele próprio o ter confrontado com as diligências que encetava, sem que tivesse dado uma palavra a quem se propunha substituir. «E o Fabião, que é um homem honesto, honrado e com caracter, ficou muito embaraçado com esta minha intervenção. (...) Colocou os valores éticos acima de quaisquer outros»⁴⁷⁸. Na verdade, Carlos Fabião reconheceu que naqueles meses de brasa «passava a vida em reuniões, não dormia, não era eu...» e que não estivera bem quando aceitou formar governo, daí a recusa⁴⁷⁹ a 25 de Agosto de 1975, no mesmo dia em que foi nomeado o substituto⁴⁸⁰.

Pinheiro de Azevedo avançou para o lugar, sendo, porém, necessário limar algumas arestas no Grupo dos Nove, já que Vasco Lourenço resistiu a tal solução. Vítor Alves, «mais ponderado e pragmático, alertou-o para os perigos de abrir uma dupla frente de batalha e, sobretudo, para os que poderiam advir de uma reação da Marinha»⁴⁸¹. «Pinheiro de Azevedo era um “pinheirista”; não era *gonçalvista* nem perigoso»⁴⁸². Como lembrou Cervelló, a novidade introduzida pelo VI GP foi «a vitória do processo eleitoral sobre a dinâmica revolucionária»⁴⁸³ ao serem tidos em conta os resultados das eleições de Abril na distribuição de pastas pelos partidos. Apesar do Pacto MFA-Partidos não obrigar a tal, a maior sensibilidade dos *Nove* aos mecanismos da democracia representativa levou a esta opção. Houve, contudo, uma pasta ministerial difícil de preencher, a da Educação. «Era o ministério problema. A Educação sempre foi um problema»⁴⁸⁴. Os partidos que faziam parte da coligação governamental não se mostravam interessados em ocupá-la. Segundo Vítor Alves, havia a consciência das

⁴⁷⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço* ..., pp. 470-471.

⁴⁷⁷ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

⁴⁷⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves*..., pp.235-236.

⁴⁷⁹ Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução*..., pp. 189-190.

⁴⁸⁰ César Oliveira, *Anos decisivos*..., p. 188.

⁴⁸¹ Maria Inácia Rezola, *Os militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução*..., p 381.

⁴⁸² Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

⁴⁸³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa*..., p. 245.

⁴⁸⁴ António Brotas em entrevista ao autor, Lisboa, 2014.

inúmeras e pesadas dificuldades que aquele ministério gigantesco representava; o longo historial de problemas nas escolas e universidades, gerado por alunos, professores e funcionários no período revolucionário, desencorajava as forças partidárias a assumirem o Ministério por receio dos custos políticos que daí pudessem advir. António Brotas, em entrevista ao autor, adiantou outra razão: os partidos, mesmo o PCP, o mais apetrechado em termos de quadros, não tinham especialistas em Educação. E assim, avançou aquele a quem, segundo Almeida Santos, se dava para fazer o que não se sabia a quem dar: Vítor Alves.

A 19 de Setembro de 1975 o major assumiu as funções de Ministro da Educação e Investigação Científica, cargo que exerceu até à entrada em funções do I Governo Constitucional. A 21, dois dias após a tomada de posse, foi publicada no *Expresso* uma sua longuíssima entrevista, aliás já abordada neste trabalho várias vezes, onde não existe qualquer referência ao cargo que passou a ocupar, elemento que dá força à tese de que o convite terá surgido nas últimas horas. A investigadora Maria Inácia Rezola chamou-lhe «uma das grandes surpresas do novo executivo»⁴⁸⁵. De facto, nunca até aí Vítor Alves trabalhara em algo, ou dera colaboração a alguém, relacionado com a Educação. Acreditava-se, porém, que o seu prestígio e a sua natural capacidade de liderança dessem frutos. O novo ministro não tardou, contudo, a perceber o porquê de tamanha falta de voluntarismo para ocupar o lugar. «Fui encontrar a bagunça total». No início, o seu trabalho esgotava-se em tentar serenar «lutas políticas internas (...)». Por isso nenhum partido quis nomear o Ministro da Educação»⁴⁸⁶.

Vítor Alves escolheu quatro Secretários de Estado: Mário de Aguiar, um camarada e amigo da Marinha, para a administração escolar; Bártolo Paiva Campos, de Coimbra, ficou com a área da pedagogia; António Brotas com o Ensino Superior e Ciência, e António da Silva Graça, «que era médico e do PCP, mas o único a transitar do Governo anterior»⁴⁸⁷, com a Juventude e Desportos. António Brotas pronunciou-se no mesmo sentido do almirante Cavaleiro Ferreira, quando se referiu ao quase caos em que se encontrava o Ministério: «Durante os anteriores Governos Provisórios, o Ministério da Educação tomou algumas medidas acertadas, mas perdeu o controlo de largos sectores do universo educativo. (...) As tensões internas iam em crescendo e tudo fazia crer que

⁴⁸⁵ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – Mitos de uma Revolução...*, p. 233.

⁴⁸⁶ Vítor Alves em entrevista a Maria Inácia Rezola, Lisboa, 2002.

⁴⁸⁷ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

no ano letivo seguinte haveria gravíssimos problemas no campo da educação. (...) Vítor Alves conseguiu o que já quase ninguém esperava: pacificou quase de imediato o Ministério e, depois, com mais tempo, a Educação no País»⁴⁸⁸.

O gabinete do ministro manteve a estrutura montada para o III Governo Provisório, com a chefia a ser entregue a José António Cavaleiro Ferreira, «talvez dos mais íntimos amigos do Vítor»⁴⁸⁹, e como secretárias, Maria João Seixas, também amiga dos tempos de Moçambique, que sempre o acompanhou nas andanças de ministro, e uma neta de Cunha Leal, o homem da Primeira República, apoiante do 28 de Maio e depois inimigo de Salazar, Zita Ramos Rocha, que viria a casar com José Luís Judas. Como assessores, na área jurídica Luís Silveira, que mais tarde esteve colocado na Provedoria de Justiça, e João Palmeiro na comunicação social.

Particularmente naqueles tempos conturbados, «...este era, sem dúvida, o Ministério mais sensível de qualquer governo, pela quantidade e diversidade de docentes e discentes e o elevado número de funcionários em todo o território»⁴⁹⁰, escreveu Cavaleiro Ferreira, para mais tarde acrescentar: «Esteve por lá muita gente fraca ou com má intenção. Os diretores-gerais eram vitalícios até ao Marcelo, depois, com este, passaram a ser nomeados por períodos de três anos. Magalhães Godinho, que ocupou a pasta no II e no III GP, correu com todos os diretores-gerais, mas nomeou outros, todos eles comunistas. Vim a apanhá-los»⁴⁹¹.

A onda de agitação que varria a sociedade portuguesa era gerada essencialmente pela paixão envolvida nas disputas ideológicas e partidárias, que dispensavam um espaço físico específico para ocorrerem. Não seria preciso mais para desaconselhar a tarefa urgente que Vítor Alves decidiu implementar: «Uma limpeza geral»⁴⁹². Por isso, engendrou uma estratégia que poderia resolver a questão, minimizando os inevitáveis melindres partidários, porque, ao aplicá-la, valorizava apenas a competência para o desempenho de tão altas funções como são as de diretor-geral. «Vamos dar-lhes três meses para cumprirem determinadas tarefas, se as não cumprirem vão-se embora»⁴⁹³. Ficava assim escudado de eventuais acusações de discriminação em razão da ideologia

⁴⁸⁸ António Brotas, «Revolucionário tranquilo», *Referencial...*, p. 32.

⁴⁸⁹ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2012.

⁴⁹⁰ Cavaleiro Ferreira, «Um amigo especial», *Referencial...*, p. 25.

⁴⁹¹ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

⁴⁹² *Idem*.

⁴⁹³ Vítor Alves citado por Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

ou das facções políticas a que cada um pertencia, porque não era isso que estava em causa, mas tão só, a aptidão. «Dos doze só ficaram dois. Um deles, o do Ensino Primário, comunista, mas muito bom»⁴⁹⁴, cujo nome Cavaleiro Ferreira não conseguiu recordar. António Brotas afirmou não ter presente essa «limpeza geral», sendo certo que o diretor geral que dependia da sua Secretaria de Estado, António Manuel Hespanha, foi demitido por sua exigência, como condição para aceitar o convite que lhe formulara Vítor Alves. Na altura o professor Hespanha estava muito ligado ao PCP e a Avelãs Nunes, o secretário de Estado que vinha desde o I GP e que entretanto cessara funções.

Orgulhoso pela obra realizada em tão curtos meses, o então chefe de gabinete de Vítor Alves quis destacar as seguintes iniciativas: a criação do Secretariado de Coordenação para a Educação Infantil e de um tronco de escolaridade gratuita de oito anos, dos quais seis obrigatórios; a introdução da avaliação contínua; a extensão do paralelismo pedagógico a 75% dos estabelecimentos de ensino particular; a fixação do preço máximo dos manuais da escolaridade obrigatória; a integração na universidade das Escolas de Regentes Agrícolas, Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Políticas, Institutos de Contabilidade e Administração e Institutos Superiores de Educação; a criação da Universidade dos Açores, da Universidade Aberta e início do processo de implantação da Universidade da Madeira; a criação de novos cursos de Psicologia, de formação de professores (na Universidade do Minho e na Faculdade de Pedagogia de Lisboa), de Medicina Dentária (em Lisboa e no Porto), de Nutricionismo (no Porto), de Informática, de Engenharia Sanitária, de Estatística e, embora não fosse um curso de nível superior, o de Técnico de Tratamento de Lixos, na Universidade Nova de Lisboa; a regulamentação da criação de Associações de Educação Popular, visando o combate ao analfabetismo, na altura a rondar os 30% da população; reorganização das Escolas do Magistério Primário; a criação do Secretariado para o Ensino Especial; a extensão do suplemento alimentar a cerca de 500.000 alunos do ensino primário e fornecimento de cerca de onze milhões de refeições a 400.000 crianças do ciclo preparatório e ensino unificado; a assinatura de um protocolo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros reorganizando o ensino do português no estrangeiro, junto das comunidades portuguesas na Alemanha, França e países do Benelux; a criação do Instituto Nacional de Investigação Científica; a

⁴⁹⁴ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

institucionalização das Comissões de Pais, procurando envolver na formação dos jovens não só os encarregados de educação, mas também os docentes e os próprios alunos, decisão considerada da maior relevância pelo então chefe de gabinete do MEIC. Num só ano deu-se a integração no sistema de cerca de 50.000 alunos regressados das ex-colónias e verificou-se o acréscimo da população universitária em 20.000 alunos⁴⁹⁵. António Brotas adiantou que estas entradas no ensino superior, a que acrescentou mais 5000 ao número indicado, quase duplicaram as matrículas verificadas no último ano de existência do Estado Novo. No entanto, nos anos seguintes, com os Governos Constitucionais, a capacidade de absorção do sistema foi diminuindo, chegando a atingir anos de 7000 entradas no total. Tal escassez levou à criação das universidades privadas, que, em sua opinião, contribuíram para a degradação do ensino superior em Portugal. Quis ainda fazer referência a uma coleção de livros a preços acessíveis, que visava promover a literatura portuguesa junto das camadas populacionais mais desfavorecidas, a Biblioteca Breve, publicada sob a égide do MEIC e com a direção de Fernando Namora, que perdurou até meados da década de oitenta, fazendo sair cerca de 100 títulos⁴⁹⁶.

Apesar das obrigações internas inerentes ao Ministério, Vítor Alves não descurou o seu natural talento de diplomata e visitou oficialmente a Suécia e a Jugoslávia, além de ter participado na Conferência dos Ministros da Educação do Conselho da Europa em Estrasburgo. Ao regressar da Suécia fê-lo num estado de espírito misto, já que se dividia entre o entusiasmo pelo que viu e o intrigado pelo que ouviu, quando afirmou: «aquilo é perfeito, mas eles adoram-nos»⁴⁹⁷, referindo-se ao contraste entre as duas sociedades e à simpatia que os nórdicos manifestaram pelos portugueses, não obstante a desorganização lusa, lamentada por Vítor Alves.

Outra questão estruturante para o bom funcionamento do Ministério da Educação, passava por centralizar os serviços, que então se dividiam por mais de cento e vinte delegações espalhadas pela capital. Não obstante as dificuldades postas, entre outros, pelo Ministro das Finanças, Vítor Alves levou o Conselho de Ministros a aprovar a compra «por cerca de um milhão de contos», de um edifício acabado de construir na Avenida 24 de Julho, que, ainda hoje funciona como sede do Ministério da Educação.

⁴⁹⁵ Cavaleiro Ferreira em entrevista ao autor, Miraflores, 2013.

⁴⁹⁶ António Brotas em entrevista ao autor, Lisboa, 2014.

⁴⁹⁷ Vítor Alves citado por António Brotas em entrevista ao autor.

Uma das provas que Cavaleiro Ferreira considerou de fogo para Vítor Alves no cargo, deu-se no decurso da prolongada greve que ocorreu exatamente no Ministério que então tutelava. Na entrevista concedida ao autor, António Brotas identificou esta luta laboral com a levada a cabo pelos funcionários do Instituto Superior Técnico. Para um dos dias da paralisação foi convocada uma concentração dos trabalhadores no espaço fronteiro ao edifício onde estava sediado o gabinete do ministro, na Av. 5 de Outubro. Os espíritos andavam exaltados e, é sabido, as concentrações de massas potenciam essa exaltação, pelo que, a dada altura temeu-se que surgissem distúrbios graves e até que se desse a invasão do edifício, situação que, a suceder, nada tinha de inédita, já que, particularmente os estudantes faziam-no com alguma frequência. No entanto, a manifestação ficou-se pela via pública e nas instalações entrou apenas uma delegação de grevistas que, fruto de uma «condução do encontro particularmente hábil e serena por parte do ministro»⁴⁹⁸, limitou-se a fazer a entrega de um caderno reivindicativo e retirou-se. «A grande empatia de Vítor Alves e a sua capacidade para enfrentar situações não previstas, permitia-lhe tomar atitudes que surpreendiam tudo e todos», pela facilidade e simplicidade de soluções que apresentava para debelar os problemas com que se debatia⁴⁹⁹.

Uma das invasões de estudantes, a que atrás se fez referência, deu-se numa altura em que não se encontrava o ministro. O episódio foi-nos relatado por António Brotas, cujo gabinete se localizava no piso imediatamente inferior ao de Vítor Alves. O então secretário de Estado do Ensino Superior discutia com Fernando Namora os últimos detalhes ligados ao critério de seleção de obras e modo de financiamento da Biblioteca Breve, quando foi informado da invasão. Mandou então que o pessoal administrativo saísse e trancou a porta do seu gabinete. Lembrou-se de uma garrafa de vinho do porto que ali estava desde o tempo de Veiga Simão e enquanto a confusão proliferava no edifício, foi buscá-la, abriu-a e ficou a beber com o escritor, rematando: «sabia a despojos de guerra».

De acordo com Cavaleiro Ferreira, a vigência do VI Governo Provisório foi apenas de dez meses, no entanto, representaram um passo significativo em termos da política de Educação em Portugal. O assinalável desempenho de Vítor Alves neste particular foi

⁴⁹⁸ Cavaleiro Ferreira, «Um amigo especial», *Referencial...*, p. 26.

⁴⁹⁹ *Idem*, pp. 23-26.

reconhecido em várias frentes e, certamente por isso, «Mário Soares quis que ele continuasse na pasta, mas o Vítor não aceitou»⁵⁰⁰. Como já atrás ficou escrito, também Costa Gomes não lhe poupou elogios quando se referiu aos nomes de membros da Comissão Coordenadora do Programa alternativos ao de Vasco Gonçalves para o lugar de primeiro-ministro. Falou do seu nome a par do de Melo Antunes como boas soluções.

Franco Charais, seu antigo chefe no Estado-Maior do Exército, que Vítor Alves e Sanches Osório introduziram no MFA, apesar de não ter conhecimento direto do trabalho desenvolvido pelo major na Educação, registou com agrado «... a surpresa e prazer de ouvir, numa reunião informal de professores da Universidade de Coimbra, a opinião de que Vítor Alves tinha sido o melhor ministro da Educação que haviam conhecido»⁵⁰¹.

Também António Brotas o louvou, adiantando que os resultados foram conseguidos não obstante Vítor Alves dedicar «...ao ministério um tempo parcial, já que era uma figura importante no tumultuoso processo político que se desenrolava no País. (...) No Ministério, considerava que o importante era delegar... Mas estava sempre atento a tudo o que se passava. Impôs assim o seu estilo de calma e serenidade. (...) Quando as questões demoravam, Vítor Alves aguardava, dava tempo ao tempo. O processo foi lento, mas resultou porque o Ministério era dirigido por um homem tranquilo»⁵⁰².

Não obstante todos os elogios, Vítor Alves definiu-se como um leigo em matéria de Educação, limitando-se a dar continuidade à estratégia de Veiga Simão na sua reforma do ensino, «a única obra acabada»⁵⁰³, como a definiu.

⁵⁰⁰ Teresa Alves em entrevista ao autor, Oeiras, 2013.

⁵⁰¹ Franco Charais, «Defensor intransigente do Programa do MFA», *Referencial...*, pp. 22-23.

⁵⁰² António Brotas, «Revolucionário tranquilo», *Referencial...*, p. 32 e 33.

⁵⁰³ Vítor Alves em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Oeiras, 2006.

Conclusão

Dando razão a Agustina Bessa Luís e à frase em epígrafe, em História, nenhum assunto deve ser tido como encerrado. A todo o tempo podem surgir documentos que acrescentem ou ponham em causa algo e levem a reequacionar a tese. Também a matéria abordada neste trabalho, o contributo de Vítor Alves para a instauração da democracia em Portugal, fica longe de poder ser considerada esgotada. Na verdade, a juntar às altíssimas razões invocadas pela escritora, devemos acrescentar, mais prosaicamente, que algumas limitações com que nos deparámos, não permitiram um mergulho mais profundo no tema. Também por isso, «...debaixo dos véus da razão prática» muito fica por fazer; quanto às outras razões, que se prendem com a «... *férrea mão da angústia humana*», a existirem, não emergiram com força suficiente para que pudessem ser exploradas. Entre as primeiras, o autor debateu-se com problemas de vária índole, que interferiram no resultado final deste trabalho. Na impossibilidade de uma abordagem global, evocam-se apenas os mais salientes. Sendo Vítor Alves dotado de uma certa timidez, como ele próprio se definiu, era generoso o suficiente para deixar o «eu» num plano inferior ao «nós». Recorda-se, a propósito, uma expressão sua, que podemos considerar como imagem de marca de quem a produziu: «Eu nunca digo eu!»⁵⁰⁴ Esta forma de ser tem, porém, custos para quem procura estudar uma personagem com estas características, ao contribuir para a escassez de fontes impressas a ela dedicadas. Tal dificuldade forçou o autor a ter de direccionar a metodologia utilizada para as entrevistas, não equacionadas inicialmente. Porém, e aqui introduzimos um segundo problema, decorreram cerca de quarenta anos e alguns pormenores que era necessário aclarar, já se sumiram na bruma do tempo, o que sendo natural nas pessoas que gentilmente prestaram os seus depoimentos, não nos permitiu esmiuçar por completo a dinâmica dos grupos em que esteve inserido, e assim, apurar em concreto o contributo de Vítor Alves nesse domínio. Os custos de que falamos seriam atenuados se fosse possível um cruzamento com outro tipo de fontes, designadamente com o espólio de Vítor Alves, o que não sucedeu em pleno por se encontrar ainda sem tratamento arquivístico, e com o Arquivo Histórico-Diplomático, que possui, por tratar, a documentação referente à descolonização de Timor. Noutra vertente, a limitação espacial imposta para a realização deste ensaio, tornou problemática uma pesquisa mais

⁵⁰⁴ Vítor Alves em entrevista ao autor *et al.*, Oeiras, 2010.

aprofundada no Arquivo Histórico Militar, fonte indispensável para conhecermos, mais em detalhe, as circunstâncias das passagens de Vítor Alves por África.

Os entrevistados pautaram pela unanimidade ao reconhecerem a enorme relevância de Vítor Alves em todo o processo de organização do MFA, a que aderiu numa fase bastante embrionária. Não descuraram, igualmente, o fundamental papel que o Programa político, seu grande cavalo de batalha, teve no período mais conturbado que se seguiu ao 25 de Abril, estabelecendo a diferença entre este levantamento militar e outros, em que ele não existia. Sobre o assunto, Vítor Alves deixou claro o seu pensamento: «Um regime militar, uma vez iniciado, gera linhas de força que, no mínimo, deixam muito duvidoso o seu *terminus*»⁵⁰⁵. Não era este o caminho que desejava para o País e tudo fez para o evitar, daí a insistência com Otelo de que não podia haver golpe sem programa, e com Melo Antunes, para que produzisse o projeto inicial, que depois, ele próprio, com o talento de bom diplomata que lhe era reconhecido, torná-lo-ia consensual entre os conspiradores. O que fez. Também, certamente por isso, Vítor Alves se considerava uma espécie de pai adotivo do Programa do MFA. Recebeu o recém-nascido das mãos do pai biológico, Melo Antunes, mas depois ensinou-o a crescer, a adaptar-se ao mundo, limitando-lhe horizontes, por um lado, e rasgando-os por outro, conferindo-lhe uma personalidade própria, mas sem nunca perder o código genético com que nascera, que Melo Antunes e Vítor Alves partilhavam, ao apontar para um objetivo preciso: a construção de uma sociedade desenvolvida, democrática e plural.

Vítor Alves marcou também fortemente o período pós-25 de Abril, sendo a sua postura a da âncora eficaz, que não deixou levar a nave por vagas de utopias. Tendo uma noção exata dos meandros da geopolítica e, como ser pragmático que era, da *realpolitik*, bem conhecia a importância que os EUA tinham no mundo, e o papel que poderiam vir a desempenhar na revolução portuguesa, quando a legitimidade revolucionária se sobrepôs à legitimidade democrática. Assumindo os riscos que tal ligação então lhe poderia acarretar, terá feito a ponte com a Embaixada norte-americana em Lisboa, abrindo caminho a que a influência da grande potência jogasse a favor da legitimidade democrática.

⁵⁰⁵ Rui Cartaxana, «Portugal hoje, nove meses após o 25 de Abril», *O Século Ilustrado* de 22 de Fevereiro de 1975, p. 9.

Se Vasco Lourenço foi o vendaval necessário, Vítor Alves foi a mão serena capaz de organizar prioridades; se Otelo foi o operacional, também foi o palco e aí, Vítor Alves foi o contrarregra e por vezes o ponto; se Melo Antunes foi o ideólogo, Vítor Alves foi o diplomata, mestre na arte rara de criar consensos. Por tudo isso deixou marcas indeléveis na matriz do MFA. A sua postura na vida, do que foi possível apurar, não nos pode deixar dúvidas sobre os seus valores humanistas, a sua coragem, a sua capacidade de análise, de liderança, a sua ânsia de liberdade e de libertar a Pátria de uma guerra anacrónica, que muito condicionava o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Elementos de prova não faltam: a denúncia que fez da PIDE quando, em 1968, suspeitou que esta havia eliminado dois negros na sua zona de atuação, em Angola; a tese de fim do curso de Estado-Maior, cuja Conclusão é como que uma premonição das preocupações e anseios do MFA, com reflexos visíveis na politização do Movimento e nos principais documentos que este emitiu; o combate contra projetos pessoais ou totalitários, marcado pela oposição que fez a Spínola, e depois a Vasco Gonçalves, levando este a excluí-lo do IV GP, assinalando a primeira rotura visível entre o que viria a ser o Grupo dos Nove e o chamado *gonçalvismo*; por fim, a forma como, com êxito, manobrou a barca pesada do Ministério da Educação no VI GP.

Otelo Saraiva de Carvalho descreveu-o do seguinte modo: «Um certo calculismo, uma serena precaução nas atitudes a tomar, que ele próprio sempre definia como verdadeiro sentido das realidades, apoiados numa inteligência sensível e penetrante. (...) Assim os camaradas acabariam por reconhecer em Vítor Alves uma das figuras decisivas do Movimento»⁵⁰⁶. Uma outra nota refere-se à sua intervenção ao longo do PREC. José Gomes Mota foi o seu autor, e útil é atentarmos na data em que saiu publicada em livro, Julho de 1976, quando as cinzas que resultaram do «Verão Quente» estavam ainda mornas e as memórias bem vivas: «...Vítor Alves, cuja proeminência política terá sido o melhor barómetro da revolucionarite da nossa revolução: a revolução democratiza-se, Vítor Alves sobe; a revolução radicaliza-se, Vítor Alves desce. (...) Manteve um dos comportamentos mais uniformes e estáveis dos militares do 25 de Abril»⁵⁰⁷.

⁵⁰⁶ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril...*, pp. 150-151.

⁵⁰⁷ José Gomes Mota, *A Resistência...*, 1976, p. 63.

Acrónimos e siglas a ter em conta

AGE Arquivo Geral do Exército
AHD Arquivo Histórico-Diplomático
AMFA Assembleia do Movimento das Forças Armadas
ANP Ação Nacional Popular
ANTT Arquivo Nacional Torre do Tombo
APODETI Associação Popular Democrática Timorense
CC Comissão Coordenadora (do MFA)
CCP Comissão Coordenadora do Programa (do MFA)
CD25A da UC Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
CDS Centro Democrático Social
CE Conselho de Estado
CEE Comunidade Económica Europeia
CEMA Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMFA Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CIAAC Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais
CM Conselho de Ministros
COPCON Comando Operacional do Continente
CR Conselho da Revolução
CUF Companhia União fabril
DGS Direção Geral de Segurança
ELP Exército de Libertação Português
EME Estado-Maior do Exército
EMGFA Estado Maior General das Forças Armadas
EPA Escola Prática de Artilharia
EPC Escola Prática de Cavalaria
EPI Escola Prática de Infantaria
EUA Estados Unidos da América
FA Forças Armadas
FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
GNR Guarda Nacional Republicana
GP Governo Provisório
EM Instituto de Altos Estudos Militares
IARN Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
JSN Junta de Salvação Nacional
KGB Comité de Segurança do Estado
LUAR Liga de União e de Ação Revolucionária
MDLP Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP Movimento Democrático Português
MEIC Ministério da Educação e Investigação Científica
MES Movimento de Esquerda Socialista
MFA Movimento das Forças Armadas
MNE Ministério dos Negócios Estrangeiros

MOFA Movimento de Oficiais das Forças Armadas
MPLA Movimento Popular da Libertação de Angola
NATO Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU Organização das Nações Unidas
OUA Organização da Unidade Africana
PAIGC Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAP Plano de Ação Política
PCP Partido Comunista Português
PPES Programa de Política Económica e Social
PIDE/DGS Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de
Segurança
PM Polícia Militar
PPD/PSD Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata
PR Presidente da República
PRP Partido Revolucionário do Proletariado
PS Partido Socialista
RAL 1 Regimento de Artilharia Ligeira 1
RC 7 Regimento de Cavalaria 7
RI 7 Regimento de Infantaria 7
RDA República Democrática Alemã
RFA República Federal Alemã
RTP Rádio Televisão Portuguesa
SWAPO Organização do Povo do Sudoeste Africano
TAP Transportes Aéreos Portugueses
UDT União Democrática de Timor
UNITA União Nacional para a Independência de Angola
UPA União dos Povos Angolanos
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo da Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares

Arquivo da Biblioteca e Museu da Academia Militar

Arquivo da Fundação Mário Soares

Arquivo de Ernesto Melo Antunes - Arquivo Nacional da Torre do Tombo/DGA

Arquivo da PIDE/DGS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo/DGA

Arquivo do Conselho da Revolução - Arquivo Nacional da Torre do Tombo/DGA

Arquivo Geral do Exército

Arquivo Histórico-Diplomático - «Caixa de Tratados Portugal/Indonésia» - MNE.

Espólio Documental de Vítor Alves - Centro de Documentação 25 de Abril, da
Universidade de Coimbra

Fundo jornalístico do autor

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Documentos

Anuário da Escola do Exército - Ano Letivo de 1956/57. Biblioteca da Academia Militar, Lisboa.

Atas do Conselho da Revolução de Março de 1975 a Julho de 1976. Arquivo do Conselho da Revolução, ANTT/ DGA.

Batalhão de Caçadores 547. Angola 1963-1966. Luanda: Neográfica, 1966.

DGARQ, PT-TT- EMA, n.º 129, pasta 7. Programa de Ação Política do Movimento de Oficiais das Forças Armadas – Arquivo Ernesto Melo Antunes - ANTT/DGA.

Espólio Documental de Vítor Alves, CD25A da UC.

Forças Armadas – Grupo de Pressão? – Trabalho final do Curso Complementar de Estado-Maior da autoria de Vítor Alves – Abril de 1973.

PIDE/DGS, Delegação de Angola, PI 235 NT 11.555 - APIDE/DGS – ANTT/ DGA.

PIDE/DGS, SC, Boletim 179.131 – APIDE/DGS – ANTT/ DGA.

Processo militar de Vítor Alves – Arquivo Geral do Exército.

Súmulas das reuniões do Conselho de Ministros do II Governo Provisório,
Espólio Documental de Vítor Alves, CD25A da UC.

Súmulas das reuniões do Conselho de Ministros do III Governo Provisório,
Espólio Documental de Vítor Alves, CD25A da UC.

Súmulas das reuniões do Conselho de Ministros do VI Governo Provisório.
Espólio Documental de Vítor Alves, CD25A da UC.

Entrevistas realizadas pelo autor

António Brotas. Lisboa, 17 de Janeiro de 2014.

Eduardo Alves. São João do Estoril, 21 de Fevereiro de 2013.

Henrique Ferreira Carvalho Hollanda. Entrevista telefónica, 29 de Março de 2013.

Jorge Peneda. Lisboa, 29 de Abril de 2013.

Jorge Velasco Martins. Lisboa, 16 de Maio de 2013.

José António Cavaleiro Ferreira. Miraflores, 7 de Maio de 2013.

Manuel Martins Lopes. Entrevista telefónica, 9 de Maio de 2013.

Maria da Piedade Alves. São Pedro do Estoril, 28 de Fevereiro de 2013.

Maria João Alves. São Pedro do Estoril, 28 de Fevereiro de 2013.

Otelo Saraiva de Carvalho. Lisboa, 2 de Julho de 2013.

Sanches Osório. Lisboa, 3 de Maio de 2013.

Teresa Alves. Oeiras, 14 de Dezembro de 2012.

Vasco Lourenço. Lisboa, 11 de Abril de 2013.

Vítor Crespo. Lisboa, 10 de Maio e 25 de Junho de 2013.

Entrevistas a Vítor Alves

Conjunto de entrevistas realizadas por Maria Manuela Cruzeiro, no âmbito do «Projeto História Oral» do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, Oeiras, 2006.

Entrevista realizada pelo autor, Luísa Amaral e José Luís Andrade, no âmbito de um projeto literário, Lisboa, 2 de Setembro de 2010.

Entrevista realizada por Maria Inácia Rezola no âmbito do seu doutoramento, Lisboa, 10 de Outubro de 2002.

Páginas da Internet consultadas:

abril-de-novo.blogspot.com

avenidadaliberdade.org

aventar.eu

ces.uc.pt/rccs/index.php

ci.uc.pt/cd25a

ephemerajpp.com

fmsoares.pt

Bibliografia

Memórias e Testemunhos

Almeida, Diniz, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Edição de autor, 1977.

Avillez, Maria João, *Do fundo da Revolução*. Lisboa: Público Edições, 1994.

Banazol, Tenente-Coronel Luís Ataíde, *A Origem do Movimento das Forças Armadas*. Lisboa: Prelo Editora, 1974.

Azevedo, Pinheiro de, *25 de Novembro sem máscara*. Lisboa: Intervenção, 1979.

Caetano, Marcello, *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Carvalho, Otelio Saraiva de, *Cinco meses mudaram Portugal*. Lisboa: Portugália Editora, 1975.

Carvalho, Otelio Saraiva de, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

Castro, Coronel Sousa e, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Costa Gomes - O Último Marechal*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Melo Antunes - O Sonhador Pragmático*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves - Um General na Revolução*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Vasco Lourenço - Do Interior da Revolução*. Lisboa: Âncora Editora/Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 2009.

Maia, Salgueiro, *Capitão de Abril – Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril, Depoimentos*. Lisboa: Editorial Notícias, 1994.

Melo, General Galvão de, MFA- Movimento Revolucionário. Lisboa: Portugália Editora, 1975.

Mota, José Gomes, *A Resistência – Subsídios para o estudo da crise político-militar do Verão de 1975*. Lisboa: Edições Jornal Expresso, 1976.

Osório, Helena Sanches, *Um só rosto, uma só fé - conversas com Adelino da Palma Carlos*. Lisboa: Edições Referendo, 1988.

- Osório, Sanches, *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1975.
- Pires, Catarina, *Cinco Conversas com Álvaro Cunhal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- Pires, Mário Lemos, *A Descolonização de Timor – Missão impossível?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- Pontes, Joana; Sousa e Castro, Rodrigo; Afonso, Aniceto, *A Hora da Liberdade*. Lisboa: Bizâncio, 2012.
- Santos, António Almeida, *Quase Memórias – Do colonialismo e da Descolonização* (2 Volumes). Lisboa: Casa das Letras, 2ª edição, 2006.
- Seabra, Zita, *Foi Assim*. Lisboa: Aletheia Editores, 3ª Edição, 2007.
- Soares, Mário, *Portugal Amordaçado - Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia, 1974.
- Spínola, António de, *País sem Rumo*. Lisboa: SCIRE, 1978.
- Themido, João Hall, *Dez anos em Washington (1971-1981) - As verdade e os mitos nas relações luso-americanas*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- Estudos**
- Antunes, José Freire, *Os americanos e Portugal, 1969-1974 – Nixon e Caetano – Promessas e abandono*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.
- Araújo, Rui, *Regresso a Timor in Grandes Reportagens* (Coord. José Manuel Barata-Feyo). Lisboa: Amigos do Livro, 1985.
- Bernardo, Manuel A., *Marcelo e Spínola: a Ruptura - As Forças Armadas e a Imprensa na Queda do Estado Novo, 1973 – 1974*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- Burchett, Wilfred, *Portugal depois da Revolução dos Capitães*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- Castanheira, José Pedro, *Jorge Sampaio, uma Biografia*. Porto: Porto Editora, 2012.
- Castanheira, José Pedro; Gomes, Adelino, *Os dias loucos do PREC – do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: Expresso/Público, 2006.
- Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.
- Correia, Pedro Pezarat, *A Descolonização, in Portugal – 20 anos de Democracia* (Coord. António Reis). Lisboa: Circulo de Leitores, 1994.
- Correia, Pezarat, *Questionar Abril*. Lisboa: Caminho, 1999.
- Dâmaso, Eduardo, *Invasão Spinolista*. Lisboa: Fenda Edições, 1999.

- Ferreira, José Medeiros, *Portugal em Transe, VIII Volume da História de Portugal de José Matoso* (coordenação geral). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Freitas, Amadeu José de; Cruz, Flamarion; Guerra, Álvaro, *Setembro 28 – A negra madrugada*. Lisboa: Ediguia, s/d.
- Gomes, Bernardino; Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci Vs Kissinger – os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- Guerra, João Paulo, *Descolonização Portuguesa - O Regresso das Caravelas*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009.
- Hortelão, Rui, Baêna, Luís Sanches de, e Sousa, Abel Melo, *Alpoim Calvão – Honra e dever*. Braga: Caminhos Romanos, 2012.
- Kohen, Arnold S., *Por Timor – Biografia de D. Ximenes Belo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- MacQueen, Norrie, *A descolonização da África Portuguesa – A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.
- Magalhães, A. Barbedo de, *Timor-Leste – Ocupação indonésia e genocídio*. Porto: Universidade do Porto. 1992.
- Martelo, David, *A Espada de Dois Gumes – As Forças Armadas do Estado Novo*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999.
- Maxwell, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- Moura, Paulo, *Otelo - O Revolucionário*. Alfragide: Dom Quixote, 2012.
- Oliveira, César, *Os Anos Decisivos – Portugal 1962-1985, um testemunho*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- Oliveira, César, *Portugal, dos quatro cantos do Mundo à Europa – A Descolonização (1974-1976)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- Oliveira, Pedro Aires de, *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa (1945-1975)*. Lisboa; Tinta da China, 2007.
- Pinto, António Costa, *O fim do Império português - A cena internacional, a Guerra Colonial, e a descolonização (1961-1975)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Reis, António (coordenação), *Portugal, 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

- Rezola, Maria Inácia, *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- Rezola, Maria Inácia, *António de Spínola, Fotobiografias Século XX* - (direção de Joaquim Vieira). Lisboa: Temas e Debates, 2004.
- Rezola, Maria Inácia, *Melo Antunes, uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora Editora, 2012.
- Rezola, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia (1974/1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- Rocha, Nuno, *Timor - 27ª Província da Indonésia*. Lisboa: Nova Nórdica, 1987.
- Rodrigues, Avelino; Borga, Cesário; Cardoso, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*. Lisboa: Dom Quixote, 4ª edição, 2001.
- Rodrigues, Avelino; Borga, Cesário; Cardoso, Mário, *Portugal depois de Abril*. Edição de autor, 1976.
- Rodrigues, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes – No centro da tempestade*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- Rodrigues, Luís Nuno, *Spínola*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- Rosas, Fernando (coordenador), *O Estado Novo (1926-1974)*, VII Volume da *História de Portugal de José Matoso* (coordenação geral). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Ruas, Henrique Barrilaro (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores - O Governo Palma Carlos*. Lisboa: Editorial Aster, s/d.
- Ruas, Henrique Barrilaro (Dir. e Coord.), *A Revolução das Flores – O Governo de Vasco Gonçalves até ao Acordo de Lusaka*. Lisboa: Editorial Aster, s/d.
- Sá, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- Santiago, Maria José Tíscar, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado – A Questão das Atas*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- Santos, Boaventura Sousa; Cruzeiro, Maria Manuela; Coimbra, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto: Edições Afrontamento/Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997.
- Silva, João Céu e, *1975 – O ano do furacão revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013.

Valente, Vasco Pulido, *Marcelo Caetano – As desventuras da razão*. Lisboa: Oeiras, 3ª edição, 2003.

Artigos

Alves, Vítor, «Colonialismo e Descolonização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 559-567.

Bourdieu, Pierre, «A ilusão biográfica» in Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira, *Usos e abusos da história oral*. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Chartier, Roger, «A história hoje: dúvidas, desafios, propostas», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, Vol. 7, 1994.

Levi, Giovanni, «Sobre micro-história» in Peter Burke, (org.), *A escrita da história: Novas Perspetivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

Levi, Giovanni, «Usos da Biografia», in Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira, *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Schmidt, Benito Bisso, «Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos», in *Revista de Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas*, 1997.

Jornais e revistas

Avante

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Expresso

Flama

História

Jornal (O)

Jornal Ilustrado (O)

Monde Diplomatique (Le)

Público

Referencial

República

Revista Crítica de Ciências Sociais

Século Ilustrado (O)

Vida Mundial

Visão

Visão História

Televisão:

Furtado, Joaquim, «A Guerra» (IV série), episódio emitido pela RTP 1 em 13 de Abril de 2013.

Pereira, Alexandrina e Almeida, Rui Pinto de, «O último dia da Revolução», documentário emitido a 25 de Novembro de 2012, pelo Canal História, 2011.

Anexos

Anexo I – Certidão de Nascimento (Processo militar de Vítor Alves - AGE).

Anexo II – Apresentação no RI 7 de Leiria - (Processo militar de Vítor Alves - AGE).

Anexo III – Avaliação individual referente à primeira comissão de serviço em Moçambique – ano de 1959 (Processo militar de Vítor Alves - AGE).

Anexo IV – Batalhão de Caçadores, nº 457 e artigo de Vítor Alves (Coleção de Henrique Hollanda).

Anexo V – PIDE/DGS, Delegação de Angola, PI 235 NT 11.555 - APIDE/DGS – ANTT/ DGA.

Anexo VI – «Conclusão» do trabalho de fim do Curso Complementar de Estado-Maior da autoria de Vítor Alves (Arquivo da Biblioteca do IAEM).

Anexo VII – «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação» (coleção do comandante Almada Contreiras, in Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado – A Questão das Atas*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 225-227.


Anexo VIII – Programa de Ação Política do Movimento de Oficiais das Forças Armadas. DGARQ, PT-TT- EMA, n.º 129, pasta 7 - ANTT/DGA.

Anexo IX – Versão final do Programa do MFA in Otel Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, pp. 635-639.

Anexo I 1/2

Ano 1935
N.º 729
Folhas 365

Corpo de
Documento N.º 2
Arquivado em 18/10/54
Registrada no livro de emblemas
sob o nº 4011



Registo Civil da República Portuguesa

Certidão de NASCIMENTO.

FRANCISCO ALVES GATO, Ajudante da Conservatoria

do Registo Civil de M A F R A: - - - - -

Certifico que no livro n.º de registos de nascimento, arquivado nesta Conservatória, referente ao ano de 1935 a folhas 365 e sob o n.º 729 existe um registo do teor seguinte:

A' margem — Registo n.º 729. Rodrigues Alves(VITOR MANUEL). Cedula numero sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete, da serie F. - - - - -

----- NO TEXTO:—Às três horas do dia trinta do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta e cinco, nasceu numa casa desta vila e freguesia de Mafra, deste concelho, um individuo do sexo masculino, a quem foi posto o nome proprio de VITOR MANUEL, e de familia de RODRIGUES ALVES, filho legitimo de Eduardo Manuel da Silva Alves, de vinte e dois anos de idade, no estado de casado, de profissão empregado de escritorio, e de Maria Palmira Rodrigues Alves, de vinte anos de idade, de profissão domestica, no estado de casada, naturais desta freguesia de Mafra, e domiciliados nesta vila; neto paterno de Alexandre José Alves e de Alzira da Silva Alves, e materno de Manuel Rodrigues Ferreira Machado e de Zulmira Adelaide Alves Continho Rodrigues. A declaração foi feita pelo pai do re-

ESCUOLA DO EXERCITO

ANEXO I - Certidão de Nascimento (Processo militar de Vítor Alves - AGE)

distando. Foram testemunhas deste registro, as quais declararam querer ser padrinhos, Ernesto de Melo Pimentel, solteiro, maior, encarregado de vendas do Depósito de Garrações, e Maria da Nazaré Mangens, solteira, maior, doméstica, moradores nesta vila de Mafra. Este registro, lavrado nesta Conservatoria às doze horas, depois de lido e conferido com o seu extracto, perante todos, vai ser assinado por mim, Mario Gomes Pires Beirão, Conservador do Registro Civil deste concelho, pelo declarante e pelas testemunhas. A importancia dos emolumentos é de oito escudos e cinquenta centavos, e a dos selos devidos pela parte de três escudos. Mafra e Conservatoria do Registro Civil, aos vinte e um de Outubro de mil novecentos e trinta e cinco. Edmar do Manuel da Silva Alves, Maria da Nazaré Mangens, Ernesto de Melo Pimentel, Mario Gomes Pires Beirão. - - - -

Por ser verdade e me ser pedido, mandei passar o presente certidão que confiro

e assino.

Conservatoria do Registro Civil de MAFRA

26 de Outubro de 1935

CONTA:

Emolumentos:

Artigo 80.º n.º 2 11.200

Artigo 82.º 8.100

Artigo 114.º 250

----- 1

Total 20.150

----- 5.100

Total 25.250

/O Conservador/

Inf. 1056
S. R.

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 7

N.º 1296 Proc. B.M. Leiria, 15 de Abril de 1958

Ao Sr. Chefe da 2.ª Repartição da 1.ª D.G. do Ministério
do Exército

L I S B O A

Assunto: - Apresentação de aspirantes of. de Q.P.

Ref.ª: -

Nos termos da Circular n.º 1266, de 1945,
dessa Repartição, informo V.ª Ex.ª de que o
aspirante of. de Q.P. abaixo indicado, se
apresentou nesta Unidade, vindo da E.P.I.,
em 13 de corrente.

Vitor Manuel Rodrigues Alves

4/ O Comandante,

Fernando Chaby Júnior
Coronel

[Signature]

/RM.

TIP. E ENC. HONORAR BARATA - LISBOA

ANEXO II - Apresentação no RI 7 de Leiria - (Processo militar de Vítor Alves – AGE)

Anexo III

Doc. N.º 8
Arg. em 14/9/1959
O Chefe da Base

COMANDO MILITAR DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Unidade QUARTEL GERAL VISTO

Ano de 19 59

INFORMAÇÃO ANUAL SOBRE INSTRUÇÃO

Período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

Arma ou Serviço: Infanteria

Posto Alferes N.º Nome Vítor Manuel Rodrigues Alves

Funções que desempenhou: Adjunto da 2ª Secção da 2ª Repartição.
Tomou parte numa E.R. na E.A.M.

Aproveitamento obtido: Não houve lugar para se atribuir um grau de aproveitamento.

Grau de conhecimentos militares manifestados: Bom.

Outras indicações complementares que devam ser tidas em consideração para definir a sua aptidão militar para o desempenho das funções do seu posto: é um oficial especialmente dotado para o Serviço de Informações não só pelo grau de conhecimentos militares que possui mas também particularmente pelos conhecimentos que tem de línguas estrangeiras e cultura em geral, o que em conjunto se pode considerar invulgar no seu posto.

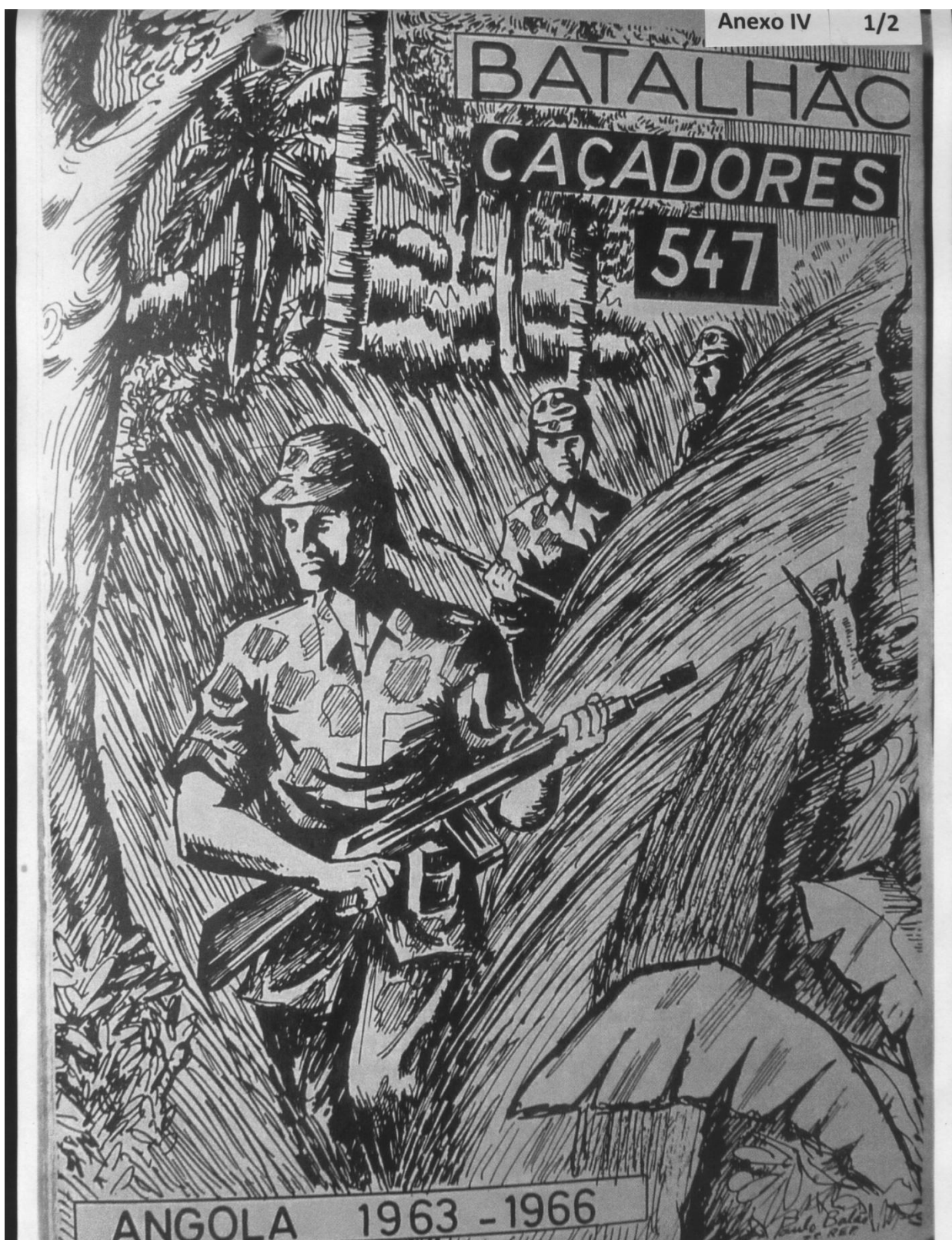
Quartel General em Lourenço Marques 31 de Dezembro de 1959

O CHEFE DO ESTADO MAIOR
O Comandante da Unidade

NOTA: — Informação conforme a determinação 1 da O. E. n.º 5—1.ª Série-1938, e Art.º 249.º do R. G. I. E. (O. S. n.º 8, Art.º 4.º, do Comando Militar de Moçambique, de 1955).
São elaborados 3 exemplares para envio ao Q. G., sendo um devolvido à Unidade para arquivo no respectivo processo individual.

2742 II — Tip. Minerva Central

ANEXO III - Avaliação individual referente à primeira comissão de serviço em Moçambique – ano de 1959 (Processo militar de Vítor Alves - AGE)



ANEXO IV – Capa do livro do Batalhão de Caçadores, nº 457 e início do artigo de Vítor Alves (Coleção de Henrique Hollanda).

BATALHÃO DE CAÇADORES N.º 547

Pelo Capitão VITOR ALVES

Foi a partir de uma nota do E.M.E. que em 16AGO63 se começaram a reunir no R.I. 1 Oficiais, Sargentos e Praças que viriam a formar o nosso Batalhão.

Se no capítulo Sargentos e Praças a constituição inicial se manteve com poucas alterações já o mesmo se não pode dizer no respeitante a Oficiais; as Companhias tiveram vários Comandantes responsáveis pela sua instrução, e os Oficiais do Comando, incluindo o próprio 2.º Comandante, só passaram a ser os actuais já próximo do termo do tempo de instrução.

A partir de 7OUT63 foi o Batalhão dado pronto e separadas as suas Subunidades o que aliado à constante alteração dos quadros verificada até aí pouco ou nada ia concorrendo para a criação de um profundo espírito de corpo, para a unificação tão necessária em Unidades que se formam para a guerra.

Sentindo-se a pouca ligação — natural pelo exposto — entre os elementos do Batalhão, decidiu o Comando visitar as suas Companhias destacadas no Algarve, o que se verificou no mês de NOV63.

Um aspecto do



A constante mudança dos Comandantes das Companhias havia quanto a nós criado grupos inaptos para a condução de uma luta que se avizinhava e tal facto foi objecto de relatório para as entidades competentes.

Contudo em 30NOV63 partiram para Luanda em avião da FAP os 2.º Comandante, Oficial de Operações e Oficial de Pessoal, para prepararem a chegada do grosso da tropa e estabelecerem os necessários contactos previstos nas NEP.

Entre o dia 1DEZ63 e o dia 14DEZ63, data em que o navio «Vera Cruz» atracou em Luanda trazendo o B. Caç. 547, este grupo de 3 Oficiais manteve-se em constante actividade passando por Repartições e Chefias e acabando por ir «aprender» para Salazar, primeiro Subsector a ocupar.

Quando se começou a processar o desembarque imediatamente se notou que a tropa estava pelo menos disciplinada. Tal facto já havia sido ressaltado pelo Comandante de Bandeira daquela viagem na sua última Ordem de Serviço.

O Campo Militar do Grafanil, nosso primeiro estacionamento em Angola, pode, sem vontade de fazer espírito, considerar-se o tormento inicial imposto pela guerra que nos foi movida pelos mosquitos e para a qual não estávamos realmente preparados.

Aí novamente se voltou a salientar o Batalhão pela noção de disciplina existente, o que foi realçado pelo então Comandante do Campo.

Foram recebidos os materiais achados convenientes e as últimas instruções, tendo-se em 20DEZ63 iniciado o deslocamento, em comboio, para Salazar.

O então chefe da 3.ª REP/Q.G. felicitou o Comandante do B. Caç. 547 pela forma como se procedeu ao embarque, estando o

Anexo V

1/4

4



POLÍCIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

DELEGAÇÃO EM ANGOLA

Processo N.º 8896 / GAB

235

Referente a: VICTOR RODRIGUES ALVES

TOA
1970

ANEXO V - PIDE/DGS, Delegação de Angola, PI 235 NT 11.555 - APIDE/DGS –
ANTT/ DGA.



POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO

2/4

Delegação em Angola

Serviço de Telecomunicações

N.º	Grupos	RECEPÇÃO		ENTRADA NO C. MENSAGENS	
		Grupo Data Hora	O radioteleg.	Grupo Data Hora	Rubrica
177	76	191745JUL68	LAGE	191755JUL68	ADIAS
MENSAGEM N.º 178/68-GAB					R
Grupo Data Hora 190930JUL68		Classificação de segurança CONFIDENCIAL		GRAU DE URGENCIA Execução Info	
DE — SCRUIZ PARA — SPINTO INFO — LUANDA E CUITO		<i>CI</i> <i>1 - diário.</i> <i>19 jul. 68</i> <i>AP</i>			

DESAPARECERAM ESTA NOITE DA CONCENTRAÇÃO MAINA ^{M.C.} VG SITA DOIS KMS ESTA
VG UM HOMEM E SEIS MULHERES QUE TINHA SIDO RECUPERADOS POR FUSOS PT
SECULO MAHULO E UM FILHO TAMBEM DESAPARECERAM DA MESMA CONCENTRAÇÃO
HÁ DOIS DIAS DEIXARAM FICAR FAMILIA PT AGENTE TAVARES E NOSSOS FLECHAS
SEGUIRAM PERSEGUIÇÃO PF

RI-1489/68

T
TODAS
TODAS

Polícia Internacional e de Defesa do Estado
ENCER
ENTRADA EM 4017
Data 19/7/68



POLICIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

DELEGAÇÃO EM ANGOLA

N.º 149/68-GAB

C U I T O

Roga-se que na resposta se indiquem os
números e data deste ofício.

COM DECALQUE
A S. PINTO E
RIVUNGO

S.  R.

- S E C R E T O -

3/4

Excelentíssimo Senhor

Subdirector da Polícia Internacional e de
Defesa do Estado

- L U A N D A -

Para os efeitos que Vossa Excelência ti-
ver por convenientes, transcrevo a mensagem confidencial
n.º 1166/OP da Companhia da N.º Riquinha (1779) para o Ba-
talhão 1929, com sede em Serpa Pinto.

" Ref ANX B 3C 1A Perintrep 621, este Comando e A.º A
Rivungo tem fortes presunções Seculo Mahulo e fi-
lho liquidados PIDE.
Averiguações não conduzem conclusões virtude PIDE
dizer os mandou liberdade e nativos não falarem
por medo lhes suceda o mesmo.
Reforça nossa ideia facto famílias e haveres con-
tinuarem Mahina sem saber deles.
Considero atitudes como esta altamente inconveni-
entes e contrárias interesses Nacionais.
Solicito contacto Delegação Distrital i inf. este
Comando.
Posso acrescentar estarem destruir nosso trabalho
fim liberdade acção excessiva possuem "

Este rádio foi emitido com conhecimento
ao C.C.A.A. Eis a razão porque o conhecemos integral-
mente.

Ao Capitão ALVES ^{M/C} da N.º Riquinha, foi en-
viada, através do Rivungo, uma mensagem em que afirma-
mos lamentar o teor do seu rádio.

O assunto da mensagem militar tem rela-
ção com o exposto no rádio n.º 178/68-GAB., do Rivungo.

A BEM DA NAÇÃO

Cuito Cuanavale e Brigada da Polícia Internacional e
de Defesa do Estado, 16 de Agosto de 1968



Polícia Internacional e de Defesa do Estado
ANGOLA - LUANDA
ENTRADA N.º 2575 gab
Rec.º 23/8/1968

O INSPECTOR,


Oscar Cardoso

Salvo melhor opinião de Vossa Excelência, creio que não se deverá dar conhecimento da ocorrência às Instâncias Militares Superiores.

O Capitão, que até é bom militar, já se retractou perante a minha pessoa.

A bem das boas relações que mantemos com as Autoridades Militares, sugiro que se arquive em processo referente ao Capitão de Infantaria VICTOR RODRIGUES ALVES.

*Cravinho e ag
7.2.9.8.68*

[Signature]

M/C

T
TORRE
TOMBO



INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

CURSOS DE ESTADO-MAIOR

FORÇAS ARMADAS —GRUPO DE PRESSÃO?

Major Victor Manuel Rodrigues Alves

2º ano do CCEM

LISBOA, 15 de Abril de 1973

105Aux

ANEXO VI - «Conclusão» do trabalho de fim do Curso Complementar de Estado-Maior (Arquivo da Biblioteca do IAEM).

Conclusões

Do que antecede necessário se torna tirar algumas conclusões para que possamos verificar se as FA constituem ou não, no momento actual, em Portugal, um grupo de pressão. Para tal seguiremos como guia o esquema geral que utilizamos no estudo.

Constatámos que a sociedade portuguesa na sua evolução durante mais de um século terá sofrido as mesmas vicissitudes que a sociedade global. O seu atraso relativamente aos outros povos mais evoluídos da Europa, provoca como que um desfasamento, vindo a verificar-se entre nós o que algumas décadas antes se verificara sobretudo em França, país de há muito tido como guia da nossa cultura.

O estado de guerra - não declarado - prevalecente desde 1961, o precário desenvolvimento industrial, a estagnação da nossa agricultura e, como resultante, a emigração desenfreada e a proliferação de intermediários parasitas, vieram exacerbar entre nós conflitos a que nos havíamos furtado quer durante a IIIGM, quer como resultado do facto nuclear, quer ainda como consequência da guerra fria, também apelidada de IIIGM.

A população encontra-se dividida: os mais jovens contestam e os mais velhos não encontram as respostas adequadas - se é que existem. As mentalidades são de facto muito diferentes. Pertencem à Dr.^a Amélia de Matos, professora de liceu em Coimbra, as seguintes palavras: "A geração a que pertencemos habituou-se a não contestar e a não exigir; solicita, aguarda e, no fim, se vê deferidas as suas pretensões, agradece! Tempos difíceis lhe deixaram impressos no carácter estes vincos de obediência, resignação e reconhecimento". (1)

Mas onde a nossa sociedade se encontra definitivamente com a sociedade global é no cepticismo, na falta de ideologia, num patriotismo por vezes duvidoso. E o "medo" que havia tido fraca penetração entre nós através dos veículos normais noutras sociedades, veio a encontrar o seu maior fermento neste estado de coisas.

Vimos como pelo menos até 1933 a élite militar teve papel significativo, quando não preponderante, na vida política nacional e, vimos também, como a partir daquela data tal papel começou a atenuar-se, fruto, sobretudo, de uma progressiva perda de prestígio. Poderemos dizer que hoje os militares não são mais uma élite em Portugal? Cremos, apesar de tudo, que afirmá-lo não seria totalmente justo, nem verdadeiro. Mas não seria igualmente justo ou verdadeiro, generalizar. Face à teoria da circulação das élites, parece-nos explicar-se bem a rotação havida com as FA. Poderá e deverá estranhar-se é que estando o país a suportar uma guerra dentro do seu território, o mecanismo daquela teoria não tenha de novo fun

(1) Palavras proferidas no Gabinete do MEN em Abr 73

militares no controle!

cionado, agora em sentido inverso. Pensamos porém ter já deixado expressas as razões justificativas da constituição de tal excepção. Vimos também que ao "status" mais elevado corresponde ou a detenção do poder ou grande possibilidade de o influenciar. Ora, o "status" do grupo FA não é neste momento elevado em Portugal, o que justifica não só a sua perca de poder, mas igualmente a sua fraca influência na sociedade em que se inscreve. Vamos mesmo mais longe ao acreditarmos que se pretendessemos estabelecer através de um inquérito, uma escala das elites enunciadas no capítulo II, veríamos as nossas FA relegadas para os últimos lugares.

Quanto à inserção das FA na Nação parece pouco haver a acrescentar ao que já ficou escrito. De isoladas, até à implantação da República por constituir rem grupo muito especial, a integradas no período de ditadura militar, até ao processo de isolamento actual, por tudo têm passado as FA portuguesas. Hoje, porém, à situação de isolamento que se agrava, mais votada que procurada, respondem as FA com o tomar de responsabilidades, uma vontade de fazer tudo aquilo que os outros sectores não podem ou não querem fazer, como que em oposição a esse isolamento e em busca de uma integração que sabem ser vital. Analisando contudo o quadro nacional, parece que o caminho que se percorre tenderá mais a integrar as FA no Estado do que na Nação, já que esta, não informada ou mal informada, não vê nos sacrifícios das suas FA uma tentativa de aproximação, mas antes a sua autorealização.

Mas como será possível chegar-se a uma integração quando existe o divórcio entre as Armas e as Letras? Mas como será possível a integração se isso nem sequer é honestamente tentado dentro das próprias FA? Mas como será possível integração quando não há cooperação válida? Mas como será possível integração sem objectivos concretos definidos? Mas como será possível integração sem prestígio e sem respeito? E acima de tudo, como será possível integração, quando se pretende ter sempre à mão um "bode expiatório"? *exagero...*

A verdade, porém, é que essa integração é fundamental e, por isso, talvez se justifiquem algumas das atitudes que quando assumidas nos parecem não de subordinação mas de subserviência. Mal avisado andará quem aceite que a integração está consumada porque o Presidente da República é o comandante supremo das FA, ou porque existe um Conselho Superior de Defesa Nacional!

Vimos também como as FA portuguesas se situaram durante muitos anos entre os extremos que caracterizamos como tradição de serviço público e quarto poder. Hoje, mais do que nunca e, apesar do isolamento, elas encarnam a tradição de serviço público. Contrariamente ao que aprendemos nas lições de Estratégia, verifica-se uma total subordinação da Estratégia à Política, para o que não nos parece razão suficiente, antes pelo contrário, o estarmos em guerra. E não nos deixemos iludir por afirmações proferidas por militares no desempenho de cargos civis.

mas não a propósito!

Eles não representam as FA, nem falam em nome delas. Os artigos 9º, 14º e 15º do Estatuto do Oficial das FA, são bem prova disso.

Ao propormos a escala do cap. IV, quanto aos graus de participação das FA na política, talvez não tivéssemos pensado no caso português, já que agora ao tentar a sua aplicação sentimos certas dificuldades. De facto existe o direito de voto, mas não é possível considerar as FA nem apolíticas, nem informadas. Será algo que se situa no meio, uma situação híbrida. Não há muito tempo que neste Instituto, um oficial superior com certas responsabilidades afirmava publicamente que só lia as letras gordas do jornal! Infelizmente não se trata de uma posição pessoal, tipo excepção. É ainda vulgar entre nós ouvir-se e, cremos mesmo que muitas vezes é dito com certo orgulho: "não percebo nada de política nem que ro perceber" (1). Daqui, e, em consequência da política vigente, que seja difícil considerar as nossas FA informadas, na sua generalidade.

Estamos agora em condições de sintetizar e responder à pergunta que formulamos no título do capítulo.

Atendendo que:

- o grupo FA portuguesas não é de forma alguma um grupo coeso;
- a sociedade portuguesa atravessa um período de cepticismo, de falta de ideologia e de patriotismo duvidoso;
- o "status" do grupo FA é baixo causa/consequência da elite militar estar pouco prestigiada e ser pouco influente;
- se verifica um processo de isolamento progressivo das FA em relação à Nação;
- as FA se encontram praticamente apolíticas;
- as FA cumprem com honra, dignidade e sacrifício, as missões que lhe são cometidas;

e, embora considerando, potencialmente, as FA são sempre um grupo de pressão, conclui-se que nas actuais circunstâncias não se encontram reunidas as condições necessárias e suficientes para classificar as FA portuguesas como tal.

Aceita-se sim que cada um dos Ramos funcione como grupo de interesses, mormente aqueles que possuem estabelecimentos de gestão autónoma, e que vão mesmo até ao ponto de exercerem alguma pressão, sobretudo quando se trata de obter maiores fatias no orçamento.

Perspectivas

Não gostaríamos de terminar este estudo sem procurar lançar um rápido olhar para o futuro previsível. Se para o mundo em geral tal visão é extraordinariamente difícil, face à conjuntura nacional actual tudo se torna ainda mais difícil, pois que para além dos nossos problemas se encontram em concorrência forças poderosíssimas, que num momento poderão fazer virar o curso da história da humanidade. Cremos porém que o espírito de independência, cultivado durante sécu

(1) Palavras do Alm. Reboredo e Silva ex-CEM da Armada ao "Expresso" em 28 Abr 73: "Neste campo (o da política), mal comparado talvez, diria que não fui além do ensino básico..."

los, nos permitirá apesar de tudo, manter o nosso caminho. Mas por que valorizamos esta constante histórica, não nos devemos furtar a outras.

Quer aceitemos um determinismo étnico, que nos mostra que nas Nações latinas os militares sempre tiveram grande influência na política; quer aceitemos um determinismo histórico que nos mostra que nos países da área do velho Império Romano existe tendência para ditaduras militares e para a influência dos militares na política; quer aceitemos um determinismo geográfico, que nos mostra que nos países de clima mais quente a influência dos militares na política é mais intensa do que nos países de clima mais frio; quer ainda verifiquemos que só após 1933 os militares se afastaram da política no nosso país; somos conduzidos a aceitar que mais tarde ou mais cedo tal situação se poderá repetir, apesar de toda a conjuntura parecer indicar o contrário. Também num futuro imprevisível o problema do nosso ultramar terá uma de duas soluções:

- ou a constituição da comunidade portuguesa - alargada ou não para comunidade luso-afro-brasileira - dentro do espírito da autonomia progressiva expresso na Constituição;
- ou a independência daqueles territórios.

Não nos interessa aqui especular muito sobre o assunto. Interessa-nos sim verificar que embora a primeira solução resolva muitos dos problemas que a segunda levantaria, no âmbito do nosso estudo ambas concorrerão, em escalas diferentes é certo, para um refluxo das FA à metrópole, para a ^{Quadros} concentração de um aparelho militar empolado que não tem a noção do seu volume desde 1961.

O reajustamento da instituição, consequência da deficiente preparação militar e extra-militar dos quadros, vai ser difícil. A integração do pessoal militar numa sociedade em que a animosidade é crescente, também não será fácil.

A impossibilidade prática da Nação, através do seu governo, compensar todos os sacrifícios consumados em prol da Pátria provocará descontentamentos, tanto mais graves quanto se verificarão em seres psiquicamente cansados e pouco dispostos a sofrer mais, sem razão aparente.

"O perigo militar", hoje quase inexistente em Portugal devido a uma sólida noção de honra e dever, que coloca a Pátria acima dos interesses pessoais, é uma ameaça que o futuro reserva ao país, se não forem desde já consideradas e postas em prática medidas positivas para o evitar.

Embora conscientes das diferenças apontáveis, parece-nos pertinente terminar com a transcrição de parte de uma carta de Marcus Flavinius, centurião da 2ª. Coorte da Legião Augusta, para seu primo Tertullus, em Roma:

"Tinham-nos dito, no momento em que deixámos a terra natal, que partíamos em defesa dos direitos sagrados que nos são conferidos por tantos cidadãos instalados lá longe, tantos anos de presença, tantos benefícios concedidos às populações que têm necessidade do nosso auxílio e da nossa civilização.

Podemos verificar que tudo isso era verdade, e, visto que era verdade, não hesitamos em derramar o imposto de sangue, em sacrificar a nossa juventude, as nossas esperanças. Não lamentamos nada, mas enquanto aqui este estado de espírito nos anima, dizem-me que em Roma se sucedem as intrigas e as conspirações, se desenvolve a traição e que muitos, hesitantes, perturbados, cedem com facilidade às piores tentações do abandono e aviltam a nossa Nação.

Não posso acreditar que tudo isso seja verdade e, no entanto guerras recentes mostraram até que ponto podia ser pernicioso um tal estado de alma e ao que ele podia levar.

Suplico-te, tranquiliza-me o mais breve possível e diz-me que os nossos concidadãos nos compreendem, nos defendem, nos protegem como nós próprios protegemos a grandeza do Império.

Se tudo fosse diferente, se tivéssemos de deixar em vão os nossos ossos embranquecidos sobre as pistas do deserto, então, cuidado com a cólera das Legiões!"

Pedrouços, 15 de Abril de 1973

I.1. - Documento de Cascais: "O "Movimento", as F.A. e a Nação

O "Movimento", as F.A. e a Nação

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das F.A. um "movimento de oficiais", cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendem oportuno clarificar e definir. O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as F.A. enfrentam - sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as F.A. da Nação e do momento crítico que o País atravessa - e, em seguida, consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as F.A. têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica para cuja orientação - com passagem pela necessária definição do interesse nacional - o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia da obediência sem discussão, por parte das F.A., aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e às F.A. a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da "apolitização das F.A.", que transformou os militares, que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima, em meros executores de uma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações "oportunistas" da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se, antes de 1961, as F.A. não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou naq. ou eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as F.A. descobriam não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viaam claro, o seu divórcio real da Nação. As F.A. são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximos do desastre.

Estava inventado o "bode expiatório" e criadas as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas F.A. E daí em diante, o desprestígio das instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não pôde inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. A medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os se. e aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), a medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique), e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável, a medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das F.A., de atingir os objectivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia; incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexistência de tal via, as F.A. aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como a grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País, e que não é só crise política, como também económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as F.A. e a Nação, aumenta o desprestígio

ANEXO VII - «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação» (coleção do comandante Almada Contreiras, in Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado - A Questão das Atas*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 225-227.

dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vão uma vez mais confirmar esta realidade por todos gentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjuntural poderá atenuar.

Faço é com aumentos de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das FA para a condução da guerra em notáveis tecnicamente eficazes (o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil), não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das FA, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. Serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das FA, porque o problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socio-profissional: o prestígio das Instituições militares só será alcançado quando as FA se identificarem com a Nação, quando entre as FA e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontornável pelo poder. Se está generalizada, tanto no seio das FA como na sociedade civil a ideia de que não é possível obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as FA não terão mais que seguir-lhe para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultimamente é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformar as FA, uma vez mais, em bóia de espantado de uma estratégia impossível: uma solução política que salve a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios - o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas - Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e paz. Sabem, no entanto, os nossos militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela Nação. Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política.

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

- SEJAM DEFINIDOS E CLARIFICADOS OS OBJECTIVOS NACIONAIS E ESTES ACQUI-
TOS PELA NAÇÃO.
- SEJA A NAÇÃO CLARAMENTE EDUCADA SOBRE A PARCELA DESSOS OBJECTIVOS
CUJA PROSECUÇÃO CABE ÀS F.A..
- SEJA PROMOVIDA E GARANTIDA A PERMANÊNCIA DA COORDENAÇÃO DESSA
PARCELA COM A CAPACIDADE DOS POBROS.
- SEJA PROMOVIDA A REESTRUTURAÇÃO DAS F.A. VISANDO A QUALIFICAÇÃO DOS
SEUS CHEFES BASEADA NO SEU VALOR MILITAR, O APROVEITAMENTO DOS MEIOS
E TAMBÉM DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, O RESPEITO pelos DIREITOS INDI-
VIDUAIS, E A JUSTIÇA.
- POSSAM AS F.A. SENTIR QUE É EFECTIVA EMTE PROPORCIONADA A SALVAGUAR-
DA LEGÍTIMA DO SEU PRESTÍGIO, INCLUINDO A SUA PRÓPRIA IDENTIFICAÇÃO COM
OUTRAS ACTIVIDADES QUE NÃO PERTENCEM AO SEU MÓDUS ESPECÍFICO.

Só nestas condições poderão as F.A. ter um mínimo de garantia de
que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao
serviço de qualquer grupo. Então, já não lhes será permitido duvidar,
nem da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos
e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as F.A. alcançar o prestígio que rei-
vindicam, pois só então haverá a necessária unidade entre
o povo e as Instituições militares: na verdade, o Exército só será o
"povo em armas" quando entre o Exército e o povo não existirem quais-
quer barreiras, quando o Exército for realmente a incarnação de uma
vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pe-
lo próprio povo, da segurança e independência nacional.

5

PROGRAMA DE ACÇÃO POLITICA DO MOVIMENTO DE OFICIAIS
DAS F.A.

Considerando que a instauração, a curto prazo, da democracia Política em Portugal é o objectivo maior do Movimento de Officiais, sem o qual os objectivos de natureza especificamente militares — entre os quais avulta o do Prestígio das Forças Armadas — jamais serão alcançados;

considerando a necessidade de dar conteúdo concreto ao projecto de democratização, por forma a que, desde a primeira hora, uma direcção firme e consciente conduza os destinos do país;

considerando ainda a profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, o Movimento de Officiais das F.A. ~~expõe~~ ^{expondo} o seguinte projecto politico, plataforma que entende necessaria para o saneamento das instituições, ^{para a} democratização dos ~~nosso~~ ^{nos} ~~instuções politicas~~ ^{instuções politicas} ~~da nação~~ ^{da nação}, para ~~o~~ ^o ~~seu~~ ^{seu} ~~progreço~~ ^{progreço} e bem estar, assim como para a resolução da grande crise nacional que atravessamos, de ordem politica, economica, social e moral.

A - MEDIDAS IMEDIATAS

1. Controle do poder politico por um Directorio Militar, do qual o oficial mais antigo será o Presidente e o seguinte em antiguidade o Vice-Presidente, até à formação, a curto prazo, de um governo provisório civil.
2. O Directorio Militar decretará:

- 2.1 - A extinção imediata da DGS, Legião e organizações de juventude fascistas, sendo delatados para posterior julgamento os elementos da DGS culpados de crimes no exercício das suas funções.
As instalações, materiais e documentação pertencentes a estas organizações serão provisoriamente confiadas ao Exército.
- ~~2.1.1~~ 2.1.1 - O controle de fronteiras, enquanto não for criado um serviço próprio, será das atribuições da Guarda Fiscal.
- 2.1.2 - ^{indivíduos culpados de} Distúrbios cometidos contra a nova ordem política serão entregues ao Exército enquanto durar o período de vigência do Directorio Militar, ficando a aguardar instrução de processo e julgamento.
- 2.2 - A destituição imediata do actual Governo e dissolução da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, medidas que serão acompanhadas do anúncio público de convocação, no prazo máximo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo Lei Eleitoral a elaborar pelo futuro governo provisório.
- 2.3 - A amnistia imediata de todos os presos políticos, na metrópole e ultramar.
As instalações prisionais de qualquer natureza onde se encontram actualmente os referidos presos serão entregues ao Exército.
- 2.4 - Abolição da censura e exame-prévio.
- 2.4.1 - Reconhecendo-se, sobretudo, a necessidade

de evitar perturbações na opinião pública, causadas pelas agressões ideológicas do fascismo e dos órgãos de opinião tradicionalmente ligados aos meios mais reaccionários, será criada uma "Comissão ad-hoc", para controle da imprensa, rádio e Televisão, de carácter transitório e directamente dependente do Directorio Militar, a qual se manterá em funções até à publicação de novas Leis de Imprensa, Rádio e Televisão pelo futuro governo provisório.

2.5 - O controle imediato da Emissora Nacional e Radiotelevisão.

2.6 - A destituição de todos os governadores civis na metrópole.

Os assuntos correntes dos governos civis serão despachados pelos respectivos secretários - gerais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo governo provisório.

2.7 - As medidas mais urgentes para o saneamento e início da reestruturação das F.A., bem como da GRN, PSP e GF.

2.8 - A extinção imediata da A.N.P., ficando as suas instalações e documentação entregues ao Exército.

B - MEDIDAS A CURTO PRAZO

1.1 - Constituição de um Governo Provisório civil, no prazo máximo de tres semanas após a conquista do poder, chefiado pelo militar que no Directorio desempenhar as funções de Vice-Presidente.

Este governo manter-se-á no poder até à realização de eleições gerais para o futuro

Parlamento, por sufrágio universal, directo e secreto, em data e condições a estabelecer pela futura Assembleia Nacional Constituinte.

- 1.2 - A composição do governo provisório será obtida por acordo entre o chefe do governo, o movimento de oficiais (através da sua "comissão coordenadora" e "comissão política") e os ~~grupos~~ ^{grupos} ~~representantes~~ e correntes políticas interessadas na transformação da ordem vigente e personalidades independentes.

~~1.2.1~~ - Excluem-se deste acordo os grupos ou personalidades de direita.

- 1.3 - A Presidência da República será confiada ao militar que no Directório desempenhar as funções de Presidente, sendo-lhe atribuídos poderes semelhantes aos ~~actuais~~ ^{previstos} na actual Constituição.

O Presidente da República manter-se-á em funções até à realização de eleições gerais para a Presidência da República, por sufrágio ~~universal~~ universal, directo e secreto, em data e condições a estabelecer pela futura Assembleia Nacional Constituinte.

- 2.4 - Enquanto durar o "período de excepção", imposto pela necessidade histórica de transformação política (período esse que terminará logo que novo governo seja constituído após a formação de um Parlamento efectivamente representativo, saído de eleições gerais), o governo provisório governará por decretos-lei, os quais terão de obrigatoriamente obedecer ao espírito e à letra do presente projecto político.

- 3.1 - O governo provisório promoverá com urgência

a aplicação dum conjunto de medidas que garantam o exercício ~~efectivo~~ formal da democracia política, sem prejuízo de, a médio prazo, serem estudadas e postas em prática medidas preparatórias, de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política, fundamento de toda a ordem democrática.

3.2 - Em aplicação do anterior princípio, serão restauradas as liberdades públicas e os direitos e garantias individuais.

3.3 - Será garantida a liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma.

3.3.1 - Considerando, porém, a necessidade de defender a liberdade dos ataques, daqueles que contra ela, ~~sempre~~ por todos os meios, sempre atentaram, medidas especiais regulamentarão o exercício desse direito.

3.3.2 - Será decretada nova Lei de Imprensa, de conteúdo essencialmente democrático. A referida lei deverá prever expressamente a criação dum "comissão governamental de defesa da opinião", ~~suplementar~~ e que se ocupará, com os meios previstos na lei, da defesa da opinião pública contra os ataques ideológicos e políticos da imprensa reaccionária, bem como da agressão generalizada de que é vítima a população portuguesa por parte de todos os ~~elementos~~ sub-productos "culturais" e "artísticos" que têm intoxicado o meio

Social português.

3.3.3 - Será elaborada nova Lei da Rádio e Televisão, ~~em~~ em conformidade com os princípios da já referida lei de imprensa e prevendo a criação de órgãos semelhantes ao criado em 3.3.2., tendo em conta a necessidade imperiosa de colocar estes poderosos meios de comunicação de massa ao serviço dos interesses do povo português, subtraindo-os portanto à influência dos grupos reacccionários.

3.3.4 - Será abolida a censura ao Teatro e ao cinema.

Lei especial regulará a actividade teatral e cinematográfica, sendo levada em consideração a mesma necessidade de defesa da opinião pública em relação às actividades reacccionárias nestes campos.

3.4 - Será garantida a liberdade de reunião e associação.

3.4.1 - Em aplicação deste princípio será permitida a formação de "associações políticas", possíveis embriões de futuros partidos políticos.

Não serão, contudo, permitidas "associações" de carácter fascista.

3.4.2 - Ainda em aplicação do mesmo princípio, será garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará em base ampla a democracia o seu exercício.

4.1 - O governo provisório promoverá um conjunto de medidas e disposições tendentes a assegurar, a

11
 custo prático, a independência e a dignificação
 do Poder judicial, Tendo em consideração que
 as grandes reformas de fundo só poderão ser
 adoptadas no âmbito da Assembleia Nacional
 Constituinte.

4.1.1- Serão, entretanto, extintos os "tribunais
 especiais" e dignificado o processo
 penal em todas as suas fases.

4.1.2- Serão completamente abolidas as chamadas
 "modas de segurança".

4.1.3- Os crimes cometidos contra o Estado, no
 novo regime, serão instruídos por juizes
 de direito e julgados em tribunais ordi-
 nários, sendo ^{em todas as} garantidos de defesa aos
 arguidos. ~~As acusações relacionadas com~~
~~crimes desta natureza~~ As acusações relacionadas com
 crimes desta natureza serão cometidas
 a um Departamento de Segurança a
 criar no interior da Polícia Judiciária.

5.1- O governo provisório lançará as bases de uma nova
 política económica, posta ao serviço do povo por-
 tuguês, em particular das camadas da população
~~até~~ até agora mais desfavorecidas.

5.2- As preocupações imediatas estarão voltadas para
 a luta contra a inflação e a alta excessiva do
 custo de vida, o que necessariamente implica
 uma estratégia económica anti-monopolista.

6.1- O governo provisório lançará os fundamentos duma
 nova política social que, em todos os domínios, terá
 essencialmente como objectivo a defesa dos inte-
 resses das classes trabalhadoras e o aumento pro-
 gressivo, mas acelerado, da qualidade de vida dos portugueses.

- 7.1 - O governo provisório promoverá, à partida, uma política externa fundada nos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a não ingerência nos assuntos internos dos outros países.
- 7.2 - Reconhecendo-se a necessidade de alargar e diversificar as relações internacionais em base da amizade e cooperação, o governo provisório tomará as iniciativas julgadas convenientes para a aproximação e eventual estabelecimento ~~de relações~~ diplomáticas com os países socialistas.
- 8.1 - A política ultramarina do governo provisório será orientada pelos seguintes princípios:
- 8.1.1 - Reconhecimento de que a solução das guerras em África é política e não militar.
 - 8.1.2 - Estabelecimento dos contactos julgados convenientes para um rápido restabelecimento da paz.
 - 8.1.3 - Claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones.
 - 8.1.4 - Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.
 - 8.1.5 - Eventual consulta à Nação nos Territórios e nas condições que foram definidas pela Assembleia Nacional Constituinte.

ANEXO XXXII

PROGRAMA DO MOVIMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, e fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

A — Medidas imediatas

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destruição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1) Os Governos-Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregado do Governo, até nomeação de novos governadores-gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude.

No Ultramar a DGS será reestruturada e sancada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam vigilância e controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio;

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de

novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e sancionamento das Forças Armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O controlo de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B — Medidas a curto prazo

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigará-se a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «asso-

ciações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do poder judicial;

1) A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juizes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6— O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os portugueses.

7— O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação:

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8— A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C — Considerações finais

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações.